



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
MÁRCIO JOSÉ DA SILVA

**AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE *MORTE E VIDA SEVERINA***

RECIFE

2016

MÁRCIO JOSÉ DA SILVA

**AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE *MORTE E VIDA SEVERINA***

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo.

Coorientador: Prof. Dr. Djair Teófilo do Rego

RECIFE

2016

Ficha catalográfica



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Folha de Aprovação

**AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE *MORTE E VIDA SEVERINA***

POR:

MÁRCIO JOSÉ DA SILVA

Comissão Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo – Orientadora
Universidade Católica de Pernambuco

Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros
Universidade Federal de Pernambuco — *Campus Recife*

Prof. Dr. Karl Heinz Efken
Universidade Católica de Pernambuco

Data da aprovação:

RECIFE

2016

DEDICATÓRIA

Especialmente ao professor Karl Heinz Efken, aquele para quem, sem saber, eu escrevia;

A minha esposa, Marília Backô, pela compreensão e todo o apoio durante a pós-graduação;

A minha mãe, Gilva Maria, quem me mostrou *Balada do Enterrado Vivo*, o primeiro poema.

AGRADECIMENTO

Sou grato a minha orientadora, prof^a. Dr^a. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo, por sua colaboração e confiança em mim; ao meu coorientador, prof. Dr. Djair Teofilo do Rego pela benevolência, compreensão e bibliografia; ao prof. Dr. Karl Heinz Efken pela parceria filosófica; ao prof. Dr. Lourival Holanda pela magnanimidade em atender ao meu pedido; à prof^a. Dr^a. Roberta Varginha Ramos Caiado pela solicitude; ao prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa pela iniciação no universo da pesquisa; à prof^a. Elizabeth Carvalho pelo incentivo à formação; aos servidores Marlene Cardoso, Albany Morais, Maria das Graças Oliveira, por me auxiliarem em questões burocráticas no início da capacitação; a Marcondes Vieira pela ajuda na gráfica sempre; ao prof. Dr. Adriano Moura pela colaboração; aos colegas de trabalho que me ajudaram na obtenção da minha RSC, que facilitou a realização do mestrado: prof^a. Dra. Lialda Cavalcanti, prof^a. Josefa Josabeth Barbosa, prof^a. Maria de Fátima Figueiredo, prof. Marivaldo Rosas, prof. Paulo Antunes, prof. Ozias Ferreira e o prof. Wagner Ribeiro; aos demais professores do Mestrado e aos colegas do curso e do trabalho que, de algum modo, contribuíram para esta dissertação; a Matheus Tenório, meu irmão, pelos serviços e pelo Windows; a Eriberto Backô, meu cunhado, pela bibliografia; a Marília Backô pelo Word e por tudo; aos demais entes queridos.

Dizer que *toda* ciência é *sempre* investida (circundada e ameaçada) pelo “ideológico” é reconhecer, vamos repetir, que a luta entre materialismo e idealismo é uma luta sem fim, de modo a não ser jamais atingida uma situação inexpugnável que constituiria por si mesma um certificado e uma garantia do materialismo. Isso significa dizer, em outros termos, que as ciências não podem, de modo algum, “expelir” a Filosofia, uma vez que *toda ciência* supõe em seu desenvolvimento concreto uma *tomada de posição pela objetividade*. [...] Isso não quer dizer que toda ciência se baseia no postulado de objetividade como “ética do conhecimento científico”. A tomada de posição pela objetividade não é a condição prévia, mas a forma de realização que a prática científica toma.

Michel Pêcheux

RESUMO

A finalidade deste trabalho é analisar a formação imaginária de João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina* a fim de verificar o discurso generalizado de que ele é o poeta da razão, reforçado não só por críticos e estudiosos de sua obra, mas, *inclusive*, pelo próprio escritor em diversas entrevistas. Para isso, servimo-nos de alguns conceitos da Análise do Discurso francesa, a saber: discurso, interdiscurso, formação discursiva, formação ideológica e formação imaginária, os quais discutimos com farta exemplificação e aplicamos, mediante a comparação entre a formação ideológica racionalista e a formação ideológica irracionalista, a três partes do poema-drama *Morte e Vida Severina: auto de natal pernambucano*. Também foi necessário explicitar o significado do termo razão na filosofia, o qual não é homogêneo; no entanto, tivemos de aceitá-lo de uma formação discursiva racionalista, isto é, como uma ideia platônica, pois, só assim o discurso ‘João Cabral é o poeta da razão’ poderia fazer sentido. É dessa perspectiva, a princípio antidiscursiva, que verificamos a plausibilidade da referida formação imaginária do poeta pernambucano; senão, teríamos de analisar o discurso ‘a razão é um universal’, mais distante de uma relação com o discurso literário e com o poeta. Com base na teoria e procedimento metodológico da Análise do Discurso, nossa conclusão vai de encontro ao que pensa uma tradição, pois os discursos presentes na obra mais famosa desse artista revelam a interpelação de formações discursivas irracionalistas. Além desses aspectos, fazemos uma comparação entre a filologia e a Análise do Discurso e demonstramos o reflexo dos pressupostos de cada uma na leitura das sequências discursivas; apresentamos, ainda, algumas contribuições que a Análise do Discurso pode oferecer como uma nova crítica literária.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso literário. João Cabral de Melo Neto. Razão.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyse the imaginary formation of João Cabral de Melo Neto in *The Death and Life of a Severino* in order to verify the usual discourse that he is the poet of reason, reinforced not only by critics and scholars of his work, but even by the writer himself in various interviews. To achieve so, we use some concepts of the French Discourse Analysis, namely, discourse, interdiscourse, discursive formation, ideological formation and imaginary formation, which we discuss with abundant explanations and apply to three parts of the drama-poem *The Death and Life of a Severino: a Pernambuco Christmas play* by comparing between an irrationalist ideological formation and a rationalist ideological formation. It was also necessary to explain the meaning of the term reason in philosophy, which is not homogeneous; however, we have to take it from a rationalist discursive formation, *i.e.*, like a platonic idea, for, only this way the discourse ‘João Cabral is the poet of reason’ could make sense. From that perspective, antidiscursive at first, we verify the plausibility of the said imaginary formation of the Pernambucan poet; otherwise, we would have to analyse the discourse ‘reason is a universal’, more distant from a relation to literary discourse and the poet. Based on the theory and methodological procedure of Discourse Analysis, our conclusion goes against a thinking tradition, for the existing discourses in the most famous work of that artist reveal the interpellation from irrationalist discursive formations. Besides these aspects, we make a comparison between philology and Discourse Analysis and we demonstrate the reflections of each in the reading of discursive sequences; we still present some contributions that Discourse Analysis can offer as a new literary criticism.

Keywords: Discourse Analysis. Literary Discourse. João Cabral de Melo Neto. Reason.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A RELAÇÃO ENTRE JOÃO CABRAL E A RACIONALIDADE, O SIGNIFICADO DE ‘RAZÃO’	18
2.1 João Cabral, o poeta da razão.....	18
2.2 O sentido histórico-filosófico do termo razão e o seu sentido na alcunha de João Cabral.....	23
3 COMPARAÇÃO ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO E A FILOLOGIA, A LEITURA DISCURSIVA DO TEXTO JURÍDICO E DE DADOS, O DISCURSO LITERÁRIO, A CRÍTICA LITERÁRIA DISCURSIVA, CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	33
3.1 Análise do discurso x filologia: continuação ou ruptura?.....	33
3.2 A importância da Análise do Discurso como uma teoria (geral) da leitura.....	40
3.3 A análise do discurso literário.....	44
3.4 Contribuições da Análise do Discurso para a crítica literária.....	52
3.4.1 A plurissignificação.....	52
3.4.2 Metáfora	56
3.5 Conceitos fundamentais da Análise do Discurso utilizados nesta dissertação.....	59
3.5.1 O discurso.....	60

3.5.2 O silêncio.....	63
3.5.3 O interdiscurso.....	65
3.5.4 Formação discursiva e formação ideológica.....	67
3.5.5 As formações imaginárias.....	71
4 <i>CORPUS</i> DISCURSIVO: TRÊS EXCERTOS DE <i>MORTE E VIDA SEVERINA</i>.....	74
4.1 Análise do <i>corpus</i> discursivo.....	76
5 CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Algo que sempre incomodou muitos filósofos são os discursos que circulam como se fossem verdades incontestáveis, quando, efetivamente, não passam de lugares-comuns carentes de um exame criterioso. Vemos esse desconforto em Descartes, que imaginava erigir toda sua filosofia do chão, do nada e em Michel Pêcheux, cujos textos demonstram tal inquietação com frequência. Pêcheux chega mesmo a suspeitar de algo pretensamente tão insuspeito, a existência do sujeito; contudo, não é o único. Para questionar esse conceito, ele faz suas as palavras de Althusser (1985 *apud* PÊCHEUX, 2009, p. 32): “Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’, a evidência de que vocês e eu somos sujeitos [...] é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar”. Saussure (1977, p. 85) afirmou que estamos atados à língua por não podermos escolher as palavras, no máximo, podemos pegar uma já existente, uma espécie de escolha forçada. Os discursos circulam de modo semelhante, excetuando o otimismo saussuriano, que alega existir a possibilidade de escolha. Com efeito, depois que um discurso instala-se no imaginário coletivo, torna-se muito trabalhoso para que minguem e perca seu valor. Por isso que Joseph Goebbels, o Ministro da Propaganda da Alemanha nazista, declarou que uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade.

Não se pode encontrar a origem do discurso, afigura-se, igualmente, que ele não tem fim. Apenas enfraquece, mas não é impossível seu retorno. No Brasil atual, há pessoas defendendo a volta da monarquia, vendo, na figura de um rei brasileiro, a possível saída para o fim dos problemas nacionais. Quem imaginaria que esse discurso saudosista, em voga, no final do século XIX e no início do século XX, mas muito antigo na história do mundo, estaria vivo na primeira metade do século XXI em nosso país?

No universo literário, há muitos exemplos de discursos que viraram uma espécie de tradição: “uma das características do barroco é o *carpe diem*”; “na obra *O Guarani*, o herói é um índio”, “Olavo Bilac é um poeta parnasiano”. Até onde essas afirmações têm valor absoluto? Por ora, não pretendemos responder a essas questões. O que importa, nesta reflexão, é que não costumam ser contestadas ou verificadas por quem as ouve, incluindo muitos intelectuais, produtores de material didático, professores e estudantes. Aqui, elas servem apenas de exemplo para uma questão que deve sempre acompanhar um analista do discurso: *como esse discurso surgiu?* Um pouco parecida com a questão de Foucault (2008, p. 30): “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”, mas,

surpreendentemente, mais próxima do ceticismo de Descartes. “Surgiu”, nesse caso, não tem que ver com a busca da origem, mas quais os fundamentos que justificam sua circulação. Enfatizamos, no entanto, que não temos a pretensão de encontrar a verdade utilizando a Análise do Discurso como ferramenta. Pelo menos, não a verdade num sentido que Platão validaria: racional, universal, objetiva, isto é, além do discurso. A despeito disso, consideramos que há discursos mais defensáveis que outros, respeitando, obviamente, as condições de sua produção.

Um discurso recorrente na literatura, de natureza semelhante aos que citamos no parágrafo anterior, impeliu-nos para a realização deste trabalho, o que afirma ser João Cabral o poeta da razão. Suspeitamos que os discursos desse artista, na sua obra, não têm sido levados em consideração adequadamente. De certo modo, é compreensível que seja assim, pois, a partir do momento em que é identificado com a Geração de 45¹, mesmo que apenas a princípio, ele tem sido avaliado mais pelos aspectos estéticos de suas obras² que pelos discursos veiculados nela; embora essas dicotomias sejam um devaneio da perspectiva da Análise do Discurso. Ademais, são tantos os discursos que, a partir deles, não se encaixaria esse poeta ou qualquer outro em escola alguma. Contudo, fica patente que existe uma lacuna nos estudos de sua produção, quando notamos que há uma carência de interpretação do texto cabralino nos moldes da Análise do Discurso, com seus pressupostos e com os conceitos organizados por Michel Pêcheux, os quais são aplicados e traduzidos nesta dissertação, a saber: discurso, interdiscurso, formação imaginária, formação discursiva, formação ideológica, só para citar alguns. Na verdade, o discurso literário, de um modo geral, só de uns anos para cá tem sido visitado por analistas do discurso. Entretanto, a investigação que faremos concentra-se apenas *na análise do discurso de Morte e Vida Severina*, obra mais conhecida de João Cabral. Nosso objetivo não poderia ser mais amplo que isso.

¹ “No ambiente carregado de esperanças políticas que sucedeu à queda do Estado Novo, [...] foi a **Geração de 45, a que João Cabral pertence**, que abriu o processo de julgamento do Modernismo brasileiro [...]” (NUNES, 2007, p. 18, grifo nosso).

² O elemento distintivo da Geração de 45 em relação às duas fases do modernismo é precisamente sua preocupação formal, o que a fez ser considerada neoparnasiana: “O desleixo com o ritmo, o desequilíbrio na composição, o emprego de recursos fáceis e vulgares, como a piada, o trocadilho e a anedota, figuram na lista das acusações que os herdeiros do Modernismo levantaram contra a poesia sob o estímulo da qual haviam nascido. [...] dizia um de seus porta-vozes, essa poesia ‘formalmente revelou-se uma aventura sem disciplina, e, quanto ao fundo, dela não soube alijar o prosaico e o excrescente’. [...] os poetas da Geração de 45 rejeitaram os aspectos do Modernismo que lhes pareciam impuros. Inspirou-se nessa ideia a compreensão da forma como revestimento de conteúdos significativos, que era propícia, contra o verso livre, à restauração, pelo freqüente emprego de metros tradicionais, de um passado com o qual o modernismo romperá. Não era pois exagerado que se falasse na atitude de *reacionarismo estético* da Geração de 45, adotada até por aqueles seus representantes que veicularam o anseio de revolução social [...]” (NUNES, 2007, p. 18-19, grifo do autor).

Espera-se que essa visão generalizada de João Cabral e enfatizada por ele mesmo em entrevistas, como veremos abaixo, essa suposta formação imaginária seja confirmada nas formações discursivas presentes em sua obra-prima, a fim de que esse discurso possa circular tão livremente. É óbvio que João Cabral tem a liberdade de posicionar-se como preferir, porém, é contraditório para quem se denomina um racionalista, falar de uma formação discursiva irracionalista. E a contradição de um racionalista é uma agravante, pois nega, involuntariamente, espontaneamente as ideias que sustenta. Assim, pretendemos não apenas *analisar as formações imaginárias de João Cabral de Melo Neto como poeta da razão*, mas também *as formações discursivas e ideológicas em Morte e Vida Severina; o interdiscurso nessa obra*.

Para analisar a alegada formação imaginária de João Cabral, explicamos a concepção de ‘razão’ a partir do ponto de vista de filósofos reconhecidamente racionalistas, ou seja, do mesmo sentido que esse termo tem quando é utilizado em relação ao poeta pernambucano. Toda homogeneidade é sempre suspeita para um analista do discurso, o qual sabe que os sentidos não existem de *per si*, mas não para alguém que se considere da escola de Descartes. Julgamos válido definir o termo, pois era necessário saber do que estávamos tratando e o que numa formação discursiva racionalista se entende por razão, quando se afirma que a poesia de Cabral é racional, a saber: uma formação ideológica, numa concepção discursiva, que defende valores como universalidade da verdade; defesa do sujeito cartesiano, consciente de suas ações; crença em verdades *a priori*; possibilidade de comunicação por meio da linguagem. Assim, já há uma concepção na filosofia do que seja racional, e se há uma quase unanimidade em reconhecer João Cabral como racionalista, deduzimos que ele poderia ter algo em comum com o pensamento de Kant ou de Descartes, talvez de Sócrates, senão haveria um uso muito desleixado do termo ‘racional’ com referência ao poeta. Não tratamos de apenas um filósofo, porque queríamos mesmo abordar a questão considerando os discursos da filosofia racionalista, e sabemos que não são de propriedade de nenhum autor específico. Ainda assim, entre os filósofos racionalistas, o pensamento de Kant teve um peso levemente maior, pois vemos no questionamento de Severino uma questão moral e Kant escreveu uma obra a respeito desse assunto.

Quando estamos definindo razão, não entramos no mérito do que seria uma filosofia irracionalista, ou melhor, uma filosofia que, mesmo racionalmente, defenda que a realidade é irracional em última análise, o que, de algum modo, se supõe pela explicação do contrário; no entanto, na análise do *corpus*, utilizamos discursos de filósofos dessa linha, especialmente Schopenhauer, a fim de cotejar as duas formações ideológicas e perceber em qual delas João

Cabral se situa mais apropriadamente em *Morte e Vida Severina* e se, de fato, é arrazoado que o chamemos de Poeta da Razão.

Julgamos ser apropriado esse drama para verificar tal opinião sobre a racionalidade do poeta, porque é uma obra que não deve ser desconsiderada quando tratamos de João Cabral, pois é o trabalho que mais lhe deu projeção. E é por meio dele, às vezes, somente por ele que muita gente irá conhecer o poeta. Além do mais, ele estreou na literatura no surrealismo, não faria sentido buscar a racionalidade aí. Outro problema de analisar um livro de poemas é que os temas são diversificados, queríamos algo com uma história e uma unidade para observarmos o discurso cabralino. A variação de discursos numa análise de trinta poemas de um livro pode levar a todos os caminhos ou a lugar nenhum. A possibilidade de diversos “eus” líricos tende a ser enorme.

Por pragmatismo, fizemos um recorte, pegamos o monólogo inicial e o diálogo entre o retirante e Seu José, que no drama tem uma interrupção, por conseguinte, julgamos estar tratando de três partes da obra. Os três excertos escolhidos representam na obra a *apresentação* (e um conflito, pois o protagonista não consegue dizer quem é); o *clímax* (com mais um conflito: o protagonista se vê diante de um problema existencial, quer suicidar-se nas águas do Capibaribe) e o *desfecho*. Percebemos, nessas passagens, as relações entre a literatura, ou mais especificamente, entre a obra de João Cabral e a filosofia, a qual Benedito Nunes mencionará mais adiante em 2.2. E, nesta dissertação, a filosofia está presente desde o momento que passamos a problematizar a racionalidade cabralina utilizando a Análise do Discurso como aparato teórico. Nunes (2007, p. 61) afirma, *inclusive*, que o “clímax aprofunda-se com o diálogo de Severino e seu José [...]”. Portanto, as reflexões que são feitas nesse diálogo não poderiam ser ignoradas na nossa análise, assim como o desfecho, que é também parte desse diálogo interrompido. O início ou *apresentação* foi escolhido para verificarmos se o drama inicia e termina defendendo o mesmo discurso ou se havia uma mudança de posição discursiva ao longo da história.

Não temos a ilusão de estar trabalhando só com esses recortes, como propõe Descartes no seu método. Não há conhecimento construído do chão. A ciência pretere o todo pela parte, mas, na Análise do Discurso, o texto é uma construção ilusoriamente encerrada no ponto final, o(s) sentido(s) das sequências discursivas extrapolam os limites da página. Sabemos que “algo fala” de algum lugar sempre, como será mais bem explicado adiante, ao tratarmos das formações discursivas e do interdiscurso. E se há influxo de discursos que vêm de outros lugares, que se dizer então das partes que preterimos da obra mesma? Não se pode entender o desfecho do diálogo entre Severino e Seu José sem levar em consideração o nascimento da

criança e os detalhes desse acontecimento, como a miséria em que já está inserida. No entanto, não estamos afirmando que discutimos qualquer parte do livro, procuramos centrar-nos no *corpus discursivo*. O que não tentamos esconder é a possível intervenção de outras partes da história, ainda que fosse num nível indireto, ou inconsciente. Na verdade, bem mais que isso, já que, na seção 2.1, que trata do poeta, por exemplo, fazemos menção a outras obras de João Cabral.

Pode soar estranho, para analistas do discurso e linguistas, a presença de tantos filósofos num trabalho de Análise do Discurso. Porém, a filosofia não é desconhecida da Análise do Discurso. Com efeito, embora não costume ser compreendida deste modo, ela é uma corrente filosófica e, por vezes, adquire um caráter epistemológico, que tem seus instrumentos específicos, listados acima, para a leitura dos discursos:

O leitor filósofo já deve sem dúvida ter chegado a uma conclusão, **que não é supérfluo explicitar, para uso dos pesquisadores que trabalham em outras “especialidades”**: essa conclusão é a de que as questões “linguísticas,” que abordamos aqui estão simultaneamente inscritas numa problemática filosófica que é, globalmente, a do empirismo e do subjetivismo “modernos” [...]. (PÊCHEUX, 2009, p. 28, grifo nosso).

Se para Pêcheux, recordemos que ele, antes de qualquer outra coisa, é, principalmente, um filósofo, a discussão, nesse seu trabalho, gira em torno do empirismo e do subjetivismo, quanto aos aspectos filosóficos; no nosso caso, gira em torno do racionalismo e do irracionalismo; demais, *inclusive* dessa suposta dicotomia, na formação imaginária de João Cabral em *Morte e Vida Severina*.

E se não devemos admirar-nos com a presença da filosofia nesta dissertação, o mesmo vale para a literatura e para a teoria da literatura, as quais recebem, também, o tratamento da Análise do Discurso francesa, precisamente pecheutiana. Veremos como a literatura é apenas mais uma representante dos processos discursivos e como a divisão entre o literário e o não literário na Análise do Discurso não corresponde, é óbvio, ao modo como o formalismo russo concebe a questão. Tratamos, também, de outras correntes da crítica literária. Esse procedimento não ocorre apenas porque estamos discutindo uma obra literária, mas está relacionado ao modo como concebemos o papel da Análise do Discurso nos diversos discursos. Por isso, fizemos, ainda, uma comparação exaustiva entre a leitura baseada na Análise do Discurso e a leitura de uma perspectiva filológica. Veremos que, conquanto a filologia tenha perdido prestígio com o surgimento da linguística moderna, por sua versatilidade, ela permanece até hoje como uma prática de leitura em diversos ramos, se não

completamente, mas mediante alguns de seus pressupostos, presente até mesmo no marxismo e na psicanálise, o que nos leva a defender a importância da Análise do Discurso como uma teoria geral da leitura, aplicável a qualquer discurso, sem a intenção de extinguir as demais.

2 A RELAÇÃO ENTRE JOÃO CABRAL E A RACIONALIDADE, O SIGNIFICADO DE ‘RAZÃO’.

[...] o fato de a atenção estar voltada exclusivamente para o objeto fora do poeta (a pedra, o ovo), não deva confundir: é ainda a óptica do poeta que predomina, fortalecida por um processo rigoroso de pensamento “científico”³, arquitetônico, de engenheiro, símile do filosófico.

Massaud Moisés⁴.

2.1 João Cabral, o poeta da razão

O pernambucano João Cabral de Melo Neto (1920-1999) é considerado um dos poetas mais importantes da língua portuguesa, com obras traduzidas para diversos idiomas. Essa é uma condição que ele auferiu obter ainda em vida, uma glória reservada a poucos. Contudo, o que fez João Cabral de exclusivo na poesia para que recebesse tanta atenção? Numa homenagem da revista Cadernos de Literatura Brasileira ao poeta, é possível não apenas confirmar o que temos dito sobre ele neste parágrafo, como descobrir o que sua poesia tem de original:

A despeito de diferentes sensibilidades, gostos e grupos, não se pode escapar de uma evidência: **João Cabral de Melo Neto é o poeta vivo de maior ascendência da língua portuguesa e tem raros rivais quando se considera a poesia do idioma neste ou em qualquer outro século.** [...] A poesia da língua portuguesa muda de rumo a partir de João Cabral. E tem um peso sobre os ombros depois dele. **O rumo passa a ser o da sensibilidade da razão.** O peso, o da responsabilidade em dar seqüência a uma poética madura, **“da lucidez mais extrema”**, como já observou Haroldo de Campos, um dos expoentes do concretismo, que tantos pontos de contato possui com a poesia de João Cabral. (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 1996, p. 8, grifo nosso).

É com a introdução do elemento racional, à primeira vista tão estranho ao poético, que João Cabral marcará a poesia lusófona. O termo razão é relacionado a João Cabral de diversas maneiras: lucidez, objetividade, consciência, racionalidade. Pode-se mesmo afirmar que razão é tomado na acepção do termo, isto é, em toda a sua extensão: opondo-se a sentimentalismo,

³ Que formação discursiva relacionaria ótica pessoal com pensamento científico? Não uma positivista, certamente. Apesar disso, nota-se, nessa passagem, um entendimento de que a trajetória de João Cabral reside num diálogo contraditório, numa antinomia discursiva.

⁴ MOISÉS, M. *A literatura brasileira através dos textos*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1988, p. 489.

subjetividade, inconsciência, religiosidade, em suma, a toda e qualquer forma de irracionalismo. Essa generalização do termo não é algo absurdo, pois a referência é feita a toda a obra do poeta, e não é impossível que nela caibam todas essas questões. No entanto, focaremos especialmente apenas no adjetivo racional, conquanto possamos tratar de questões afins como objetividade, consciência, coerência, verificando se está presente discursivamente em três excertos de *Morte e Vida Severina*, obra mais conhecida do poeta.

Chamar a poesia de João Cabral de racional, assim como ele também, já é parte de uma tradição. Para se ter uma noção, o número dessa revista que mencionamos na citação anterior tem a participação de Alfredo Bosi, renomado crítico literário, e João Alexandre Barbosa, estudioso dedicado da obra de João Cabral, só para citar dois nomes importantes na crítica literária brasileira. Outro também presente na entrevista, Benedito Nunes, que, como João Alexandre Barbosa, também pesquisou bastante o trabalho do poeta, não pensa diferentemente como se pode ler neste seu trabalho:

Embora tivesse despertado à vocação do ofício poético por influência de Bandeira, João Cabral, esquivo ao lirismo, e que será um anti-Bandeira no melhor sentido — terá nesse outro pernambucano, Joaquim Cardozo, uma escola de iniciação, das mais ricas e competentes, à arte da poesia. Como ele, porá em prática o princípio de que “a formação poética só é perfeita quando passa pelo crivo da racionalidade...” (NUNES, 2007, p. 21).

Assim, a imagem, ou melhor, a formação imaginária de um João Cabral racionalista chega a ser um clichê, de “tão evidente”. Ele até se teria livrado da possibilidade de qualquer influência “irracional” que pode ter existido na sua formação com poeta. Na sua última entrevista, publicada na revista *Sibila* (2009, p. 8), na qual é chamado de “um dos maiores poetas brasileiros de todos os tempos”, aparece este comentário na apresentação, o qual alude a algo que ocorre no documentário *Recife/Sevilha* — João Cabral de Melo Neto:

[...] surge no filme o testemunho descontraído e por vezes comovente de sua filha Inez Cabral, que expõe um lado menos conhecido do pai, um lado mais humano e subjetivo, onde habitam superstições, manias, as cores exóticas de alguns de seus automóveis, o carinho e o respeito pelas crianças... *Recife/Sevilha* não revela apenas as duas cidades de um poeta, mas as duas, ou as muitas, faces de um homem. (SIBILA, 2009, p. 9-10).

Esse trecho revela a força dessa imagem de João Cabral como poeta racional. Há mesmo um exagero *inclusive*. João Cabral é comparado a uma máquina, no que ela é esvaziada de sentimentos e, assim, não se inclinaria a dar qualquer tipo de atenção a uma criança. Sobre as suas várias faces, é interessante descobrir se isso se aplica também a sua

poesia, ou se ela é apenas puramente racionalista. Dois cognomes de João Cabral são reveladores de como ele era visto: Poeta da Razão e Engenheiro da Palavra. Este o relaciona a uma área das ciências exatas, embora fosse um artista; aquele, à filosofia. Ele declarou preferir a companhia de arquitetos e de engenheiros a poetas. E essa proximidade transformou radicalmente sua visão de mundo:

Há escritores influenciados pela música, pela pintura, pelos filósofos. Quem mais influência exerceu sobre mim, teoricamente, foi o arquiteto Le Corbusier. Quando ainda rapaz, no Recife, amigos meus, discípulos do imenso Joaquim Cardozo, me deram para ler todas as obras de Le Corbusier. [...] Nenhum poeta, nenhum crítico, nenhum filósofo exerceu sobre mim a influência que teve Le Corbusier. Durante muitos anos, ele significou para mim lucidez, clareza, construtivismo. Em resumo: **o predomínio da inteligência sobre o instinto**. (VEJA, 1972, p. 3-4, grifo nosso).

Vê-se como João Cabral contribuiu bastante para reforçar a marca da sua racionalidade quando dava entrevistas. Não era um discurso apenas presente em sua poesia. Ele também fazia questão de enfatizar que não gostava de música, pois alegava que sua atenção era mais visual, a música lhe dava sono (SIBILA, 2009, p. 44-46). É válido lembrar que a música, em termos interpretativos, é uma arte essencialmente irracional. Sobre a poesia cabralina, Antônio Cândido faz esta consideração:

É visível nas suas fases iniciais certa marca de Murilo Mendes e sobretudo Carlos Drummond de Andrade, sem prejuízo de uma forte originalidade, que foi-se acentuando até fazer da sua poesia um inconfundível monumento de radicalidade poética, **onde a força da mensagem é função exata do rigor da construção**, que experimenta com as sonoridades mais secas da palavra, mediante um ânimo combinatório de que resultam figuras verbais com alto poder de sugestão. (CÂNDIDO, 1999, p. 91, grifo nosso).

Murilo Mendes e Carlos Drummond têm grande apreço pela subjetividade e, assim como Manuel Bandeira, estão na formação de João Cabral como poeta. O pernambucano conta que foi apresentado a Carlos Drummond por Murilo Mendes e que aquele “foi quem realmente [lhe] fortificou no caminho da poesia” (ARQUIVO N, 2009b). Ledo Ivo afirma que João Cabral lhe disse que “se não tivesse lido um poema do Drummond, [...] não seria poeta”. (MESTRES DA LITERATURA BRASILEIRA, 2007), pois Cabral só teve contato na escola com uma poesia mais tradicional, ele não imaginava que se pudesse fazer uma poesia diferente dos modelos clássicos. É possível, efetivamente, que alguém, neste caso, João Cabral, livre-se completamente de sua história e produza uma poesia contrária a essa formação?

Antônio Cândido, alegando uma relação entre mensagem e rigor da construção concernente à obra de João Cabral, encampa, igualmente, o discurso tradicional acerca desse poeta. Contudo, é possível comprovar, por exemplo, que cada verso de João Cabral é de uma precisão matemática em termos de informação? Há esse rigor também na construção? Ou será que ele desperdiçou algum verso com excesso de informação, com redundância? Eis a resposta da unanimidade: “O pernambucano João nunca foi de desperdiçar palavra, sem enfeite, sem um verso a mais [...]. Obsessivo, ficou dez anos fazendo e refazendo um só poema”. (ARQUIVO N, 2009a).

Seja como for, tem-se utilizado o tratamento que João Cabral deu a forma poética para criar uma imagem desse autor, uma formação imaginária. Na breve análise que faremos da forma na poesia cabralina, demonstraremos que essa escolha também reflete uma formação discursiva, e não outra. Por exemplo, poesia clássica *versus* poesia trovadoresca ou popular. Há muitas implicações na escolha do metro, tomadas de posições discursivas. O embate entre parnasianos e modernistas comprova isso; enquanto estes desprezam o metro regular, aqueles consideram o verso livre uma ofensa à poesia. Assim, vemos que a forma poética também é discurso. E, igualmente a partir dela, poderemos observar se a imagem mais corriqueira que se aventa de João Cabral resiste a uma análise dos discursos presentes na sua obra-prima⁵, a saber, *Morte e Vida Severina*.

É curioso que, apesar de todo o sucesso desse poema, João Cabral alegasse não gostar dele: “Eu não creio que *Morte e Vida Severina* tenha marcado a poesia brasileira [...]. *Morte e Vida Severina* não marcou, e eu não marquei. [...] Talvez ache que [o poema] não é completamente ruim”. (ARQUIVO N, 2009c). A rejeição é bem conhecida de todos, no entanto, há quem conteste: “A poética desse auto de Natal nunca foi reconhecida pelo autor como uma ‘obra maior’, **mas revela-se uma grande obra do ponto de vista de sua construção** [...]”. (REBUZZI, 2010, p. 68, grifo nosso). Mais adiante, a autora revela ceticismo sobre esse sentimento de recusa de *Morte e Vida Severina* pelo poeta: “De tal forma o texto poético caminha nesse auto de Natal, que fica difícil crer que João Cabral o desconsidere”. (REBUZZI, 2010, p. 77). Ferreira Gullar é mais enfático ao discordar do poeta pernambucano: “*Morte e Vida Severina* é uma obra-prima da literatura de língua portuguesa sem nenhuma dúvida”. (ARQUIVO N, 2009c). Certamente, parte do menoscabo de Cabral deve-se a um excesso de modéstia.

⁵ ‘Obra-prima’ não expressa que *Morte e Vida Severina* seja o trabalho mais perfeito do poeta, mas o mais importante, pois seu sucesso contribuiu para o reconhecimento que teve João Cabral. Além disso, é por meio desse poema, poema-drama ou drama que muitas pessoas passam a conhecer o poeta pernambucano. Ou seja, *Morte e Vida Severina* é a porta de entrada mais provável para o universo cabralino por ser antológica.

A primeira obra de João Cabral, *Pedra do Sono*, tinha muito influxo do surrealismo. Sendo assim, é a partir de seu trabalho seguinte, *O Engenheiro*, que começará a surgir a formação imaginária desse poeta com a qual todos estão acostumados, a saber, poeta da racionalidade⁶. No entanto, Peixoto (1983, p. 37) faz sobre essa obra a seguinte observação:

Apesar do título e da epígrafe de Le Corbusier — “Machine à émouvoir” — *O Engenheiro* (1945) não revela uma visão única do poeta como construtor e do poema como um mecanismo eficaz. Na verdade, o livro inclui teorias e métodos poéticos divergentes. Há poemas que continuam o lirismo surrealista de *Pedra do Sono*. Outros indagam o ato de escrever e questionam a relação entre a vida interior do poeta e as palavras que ele escreve no papel. Os poemas que melhor refletem o título e a epígrafe são aqueles em que a poesia aparece como o produto de um esforço construtivo e que sugerem a existência de um *eu* integrado observando os objetos do mundo físico e controlando racionalmente as emoções.

Como se pode perceber a partir dessa citação, *inclusive* no seu segundo livro, aquele que iniciara a construção de sua formação imaginária de poeta da razão, não há uma uniformidade discursiva, uma coerência na sua visão de mundo. O surrealismo ainda está presente. Entretanto, embora não seja sobre *O Engenheiro* que faremos nossa análise do discurso, se seguirmos uma lógica na “evolução” do discurso do poeta, podemos deduzir o que acontecerá na análise discursiva de *Morte e Vida Severina*: João Cabral afastar-se-á ainda mais de qualquer forma de irracionalismo:

O salto de Cabral — original e definitivo — estará na efetivação de um estilo que repele toda confissão ou pieguismo; estará na construção de uma matéria poética que se quer imune à oscilação e à angústia, qualificada por um máximo de economia e resistente a qualquer ameaça de desequilíbrio. É o que se pode reconhecer em alguns poemas de *O engenheiro* (1945), em que se promove a passagem para a poética manifesta e radical de *Psicologia da composição* (1947). (VILLAÇA, 1996, p. 146-147).

Portanto, uma vez que o racionalismo está no auge em *Psicologia da Composição*, deve haver uma manutenção dessa postura em *Morte e Vida Severina*. Cabral já está maduro como poeta, já encontrou seu caminho na poesia. Contudo, buscar a conotação no texto cabralino, decerto, conduzir-nos-ia ao irracional, não faria sentido esse tipo de pesquisa. Porém, o poético, como se verá em 3.3, não se limita a isso. Assim, a análise do discurso dos três

⁶ “A poesia de João Cabral seguiu a mesma tendência [de neutralização do lirismo puro]. Crescerá porém em regime de crise interna e, numa luta consigo mesma, que reflete a própria crise histórica da poesia, chegará, **submetendo o processo criador a uma análise reflexiva e crítica que já começa em *O engenheiro***, sob a instigação intelectual de Valéry, a problematizar, na poética negativa de *Psicologia da composição* (1947), o alcance da lírica moderna.” (NUNES, 2007, p. 22, grifo nosso).

excertos de *Morte e Vida Severina* focará na forma poética: nos versos e na métrica, compreendidos também como discurso; e nos discursos que são depreendidos a partir da interpretação dos trechos investigados da obra, ou seja, a formação discursiva de onde Cabral fala.

2.2 O sentido histórico-filosófico do termo razão e o seu sentido na alcunha de João Cabral

O termo razão (e os correlatos racional, racionalismo), com o qual se costuma caracterizar João Cabral ou sua poesia, merece ser discutido, de modo que esclareçamos o que entendemos por um João Cabral racionalista. Para esse fim, julgamos ser apropriado utilizarmos a filosofia⁷ como alicerce do nosso ponto de vista, mais precisamente o pensamento de alguns filósofos, historicamente estimados racionalistas, alguns dos quais serão relacionados abaixo, pois é desse ramo do conhecimento que se origina o sentido desse termo. A literatura não dispõe de um conceito de racional. Assim, caso se queira obter alguma informação sobre ‘razão’, ‘racional’, uma sugestão é consultar um dicionário de filosofia, não de literatura; no *Dicionário de Termos Literários*, de Massaud Moisés, por exemplo, não existem tais verbetes. Analogamente, para conhecer o racionalismo e descobrirmos que se trata de uma corrente filosófica, é necessário recorrer a um livro de história da filosofia, e não a compêndios literários. Assim, Mora (1978, p. 236, grifo nosso), no verbete ‘racionalismo’, faz este esclarecimento:

As diferenças entre racionalismo e voluntarismo ou empirismo, ou intuicionismo, não são cortantes. Em grande medida, os empiristas modernos — especialmente os grandes empiristas ingleses: Locke, Hume e outros —, embora costumem combater o chamado racionalismo continental, de Descartes, Leibniz, etc., nem por isso deixam de ser racionalistas, pelo menos sob o aspecto do método usado nas suas respectivas filosofias. **Por isso se preferiu definir o racionalismo não como um mero e simples uso da razão, mas como o abuso dela.**

⁷ “Nunca são diretas e sim transversais as relações entre poesia e filosofia. Mas se o poeta é eminentemente crítico como João Cabral, se a poesia, para ele, nasce em contraposição a toda êxtase, a toda inspiração, e portanto contra o vago para o irracional, o vago e o místico, de um movimento de ascese, capaz de criar o poema como ‘trabalho de arte’, se esse mesmo crítico poeta ou poeta crítico escreve *Psicologia da Composição* — na verdade uma filosofia da composição, senão uma fenomenologia do poema, tematizando, como permanente acompanhamento da sua obra, a ascese que depura pacientemente a linguagem até neutralizar aí o sujeito como Eu, para assegurar à mesma linguagem a comunicabilidade por meio da forma construída —, então mais prosperam as relações transversais entre poesia e filosofia.” (NUNES, 2007, p. 129, grifo do autor).

Com base nisso, não adotaremos o pensamento de filósofos que, por exemplo, defendem que todo saber provém da experiência. O racionalismo será entendido não apenas como a utilização de um discurso racional, mas também como uma filosofia que defende o primado da razão sobre a experiência. Do contrário, até o epistemólogo Paul Feyerabend será um racionalista, pois ele mesmo reconhece filosofar racionalmente:

Tenha-se sempre em mente que as demonstrações e a retórica usada não expressam ‘profundas convicções’ minhas. Apenas mostram como é fácil, através de recurso ao racional, iludir as pessoas e conduzi-las a nosso bel-prazer. Um anarquista é como um agente secreto que participa do jogo da Razão para solapar a autoridade da Razão (Verdade, Honestidade, Justiça e assim por diante). (FEYERABEND, 1977, p. 43-44).

Contudo, mesmo entre os filósofos racionalistas, o sentido de razão não é ponto pacífico. A partir disso, convém enfatizar que há de mister ignorar essas questões que são caras aos estudiosos da filosofia. Ora, veremos em 3.5.4 que há contradição, dissensão dentro de uma mesma formação ideológica, entre discursos de um mesmo indivíduo ou ideologia, que se poderia esperar do pensamento de filósofos diversos, ainda que de uma mesma corrente?

Uma solução para evitar tais discrepâncias seria adotar apenas um filósofo, Kant, por exemplo, melhor ainda, uma obra sua apenas. Esses recortes dariam mais “cientificidade” ao trabalho nesse ponto específico, segundo a ótica cartesiana de partir os objetos em partes menores para poderem ser estudados e conhecidos com mais exatidão em sua totalidade, o que na prática só seria verdadeiro se, num eventual doutorado ou mesmo por puro diletantismo, voltássemos ao tema e, ainda, só existisse um ângulo de observação ou ponto de vista. No entanto, a despeito de fazer algum sentido esse procedimento e ter mais fácil aceitação na academia, essa não foi a causa de não termos feito o trabalho com apenas um filósofo racionalista.

Como partimos do discurso da racionalidade da poesia cabralina, foi preciso ignorar as distinções que possam existir entre cada filósofo no uso do termo razão. Se diverso fosse o procedimento, de início já não se justificaria nossa dissertação, ou teríamos de tê-la encaminhado noutra direção, pois, para o discurso de que João Cabral é o poeta da razão, ter-se-ia de opor um trabalho que demonstrasse que, mesmo do ponto de vista da filosofia, não existe ‘a razão’, mas ‘razões’. E chamá-lo de Poeta da Razão é uma generalização

completamente descabida, pois, como veremos, Kant e Habermas⁸ não terão a mesma concepção de razão, mas, apesar disso, utilizaremos as reflexões deste filósofo também. Em rigor, num só filósofo, seu sentido pode variar: “[...] nos escritos de Kant [...]; não só se pode falar da razão pura, da razão prática e das suas variantes, como também pode falar-se de razão na medida em que é distinta do entendimento”. (MORA, 1978, p. 302).

Entretanto, se o direcionamento deste trabalho levasse em conta as nuances do significado de razão, caber-lhe-iam duas justas críticas: a) os literatos, poetas, críticos literários não estavam tratando do termo à maneira de um filósofo racionalista específico ou num sentido específico; b) razão, ao se referir à obra de João Cabral, é uma universalização do termo, uma ideia, no sentido platônico, algo que agrupa as qualidades do racional. Assim, não se faria jus ao termo razão na alcunha de João Cabral, ao considerar o poeta do ponto de vista de um filósofo específico. Soaria como submeter um jogo a regras que não fazem parte dele. Portanto, é preciso verificar se há elementos na obra de João Cabral, aos quais se possa atribuir o predicado racional, em vez de tentar negar o termo “razão” na sua alcunha. Do contrário, far-se-ia mais uma análise discursiva de obras filosóficas que de *Morte e Vida Severina*, o que, de maneira alguma, serviria para que esse discurso em relação ao poeta fosse repensado. O auto não se baseia num tratado filosófico, de modo que não se espera encontrar nele o pensamento, em toda sua profundidade, de qualquer filósofo que seja. Se uma obra literária precisasse obedecer a isso para ser discursivamente racional, de pronto já se poderia declarar que não existe obra poética racional, o que incluiria a produção cabralina.

No entanto, para que essa universalização do termo razão fique mais clara, apresentamos uma reflexão, mote desta dissertação, que sobressai em *Morte e Vida Severina*, cuja análise será cotejada com interdiscursos presentes em obras de alguns filósofos racionalistas⁹, a fim de verificar quão racional o discurso cabralino pretende ser: *o papel ou importância da palavra e sua capacidade de definir ou explicar*. O tratamento discursivo que ela recebe em *Morte e Vida Severina* faz jus à formação imaginária racionalista de João Cabral? E podemos acrescentar mais uma questão que desmembraremos na própria análise do *corpus*: *os demais discursos presentes nos excertos que investigaremos confirmam a racionalidade do poeta ou a possibilidade de inseri-lo nessa formação discursiva?*

⁸ A inserção de Habermas justifica-se precisamente por ser um racionalista bastante distinto dos demais filósofos deste trabalho, pois João Cabral pode ser racionalista apenas na perspectiva habermasiana.

⁹ Na análise do *corpus*, haverá o cotejo também com (inter)discursos irracionaisistas a fim de, pela oposição delimitar com mais clareza a formação discursiva de onde fala João Cabral em *Morte e Vida Severina*.

Sendo assim, consciente de que razão não é algo homogêneo na filosofia¹⁰, mas que é possível, a partir de outra formação discursiva, concebê-la como uma ideia, um universal, como se observa na alcunha de João Cabral, um dos filósofos, em cuja obra verificar-se-á a racionalidade do discurso cabralino em *Morte e Vida Severina* é Immanuel Kant (1724-1804).

Apesar de ter conciliado racionalismo e empirismo, Kant defende a existência de um conhecimento *a priori*, ou seja, aquilo que é afirmado ou estabelecido sem verificação, o qual se opõe a empirismo, que só dá crédito ao saber provindo da experiência, *a posteriori*. O conhecimento apriorístico ou racional também possui uma característica universalista, que independe das circunstâncias; senão, cair-se-ia numa espécie de relativismo ou subjetivismo:

Todo conhecimento racional é: ou *material* e considera qualquer objecto, ou *formal* e ocupa-se apenas da forma do entendimento e da razão em si mesmas e das regras universais do pensar em geral, sem distinção dos objectos. (KANT, 2007, p. 13, grifo do autor).

Nessa obra, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant propõe-se a estabelecer bases racionais para as ações humanas: “A presente Fundamentação nada mais é, porém, do que a busca e fixação do *princípio supremo da moralidade*” (KANT, 2007, p. 19, grifo do autor). Nela, ele demonstra as regras para uma moral que pode ser aplicada a todos os indivíduos em qualquer situação, uma moral universal. Segundo ele, uma vontade boa é necessariamente racional e obedecerá a este imperativo: “*Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*”. (KANT, 2007, p. 59, grifo do autor). Se o filósofo de Königsberg não nega completamente o valor da experiência em sua filosofia, em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, é apenas a razão que deve estabelecer o que é certo ou errado:

Kant had always felt that the difference between right and wrong was a matter of reason, not sentiment. In this he agreed with rationalists, who said the ability to distinguish between right and wrong is inherent in human reason. Everybody knows what is right or wrong, not because we have learned it but because it is born in the mind. According to Kant, everybody has “practical reason”, that is, the intelligence that gives us the capacity to discern what is right or wrong in every case.¹¹

¹⁰ Esse problema também ocorrerá com o termo racionalismo: “[...] na época actual surge um novo conceito de racionalismo, o que volta a provar que, tanto sistemática como historicamente, **é pouco apropriado definir o vocábulo racionalismo de um modo unívoco**”. (MORA, 1978, p. 237-238, grifo nosso). Essa é a perspectiva da Análise do Discurso, na qual isso não só se confirma, mas será aplicável a diversos conceitos.

¹¹ Kant percebeu que a diferença entre certo e errado era uma questão racional, não de sentimento. Nisso ele concordou com os racionalistas, que diziam que a faculdade de distinguir o certo do errado é inerente à razão humana. Todos sabem o que é certo e o que é errado, não porque aprenderam, mas porque já nasceram com isso.

Dessarte, conquanto haja na filosofia de Kant mais de um tipo de razão, sua presença aqui se justifica pela razão prática, aquela que pode ser aplicada em nossas ações para distinguir o certo do errado, uma vez que há uma questão moral na principal indagação de Severino, aliás, de *Morte e Vida Severina* mesmo, a saber: *não é preferível o suicídio a uma vida miserável?*¹² O retirante quer saber como deve proceder diante desse problema. No momento oportuno, discutiremos essa dúvida da personagem e mesmo a possibilidade de um severino fazer tal tipo de pergunta, de ser, digamos assim, “assombrado” pela razão.

A razão¹³ funciona como uma lei, um norte externo e, por conseguinte, é objetiva e acessível a todos, já que há, nela, a presunção de um indivíduo consciente de seus atos. No direito, por exemplo, um analfabeto pobre e um letrado milionário, não obstante tenham instrução e condições muito distintas, estão sujeitos às mesmas obrigações legais. Certamente, há as atenuantes e as agravantes no direito, mas isso não é a essência da lei, são detalhes dela. A Constituição Federal Brasileira não autoriza ninguém a roubar, ainda que seja para comer. Roubar, portanto, é crime para qualquer pessoa que o pratique. Kant sustenta que uma lei moral não poderia ser derivada da experiência particular, mas apenas da razão pura:

Toda a gente tem de confessar que uma lei que tenha de valer moralmente, isto é como fundamento de uma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta; que o mandamento: <<não deves mentir>>, não é válido somente para os homens e que outros seres racionais se não teria que importar com ele, e assim todas as restantes leis propriamente morais; que, por conseguinte, o princípio da obrigação não se há-de buscar aqui na natureza do homem ou nas circunstâncias do mundo em que o homem está posto, mas sim *a priori* exclusivamente nos conceitos da razão pura, e que qualquer outro preceito baseado em princípios da simples experiência, e mesmo um preceito em certa medida universal, se ele se apoiar em princípios empíricos, num mínimo que seja, talvez apenas por um só móbil, poderá chamar-se na verdade uma regra prática, mas nunca uma lei moral. (KANT, 2007, p. 15-16, grifo do autor).

Outro ponto interessante da moral kantiana é que a ação precisa ser por dever para que seja efetivamente moral, não pode ser algo espontâneo. Quem deixa de roubar, porque pode ser preso, não age moralmente. Porém, quem sabendo que não seria preso se roubasse, e,

De acordo com Kant, todos têm uma “razão prática”, isto é, a inteligência que nos dá a capacidade de discernir o certo do errado em cada situação. (GAARDER, 2003, p. 277, tradução nossa).

¹² Essa pergunta é feita de diversas maneiras durante a conversa entre Severino e Seu José Mestre Carpina, aqui ela aparece parafraseada.

¹³ A esta altura é importante deixar claro que a Análise do Discurso vai de encontro ao discurso racionalista de um modo geral: “Ora, esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é **atravessado por uma série de equívocos**, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc que ‘cobrem’ ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e o das administrações”. (PÊCHEUX, 1990, p. 32, grifo nosso).

mesmo assim, não o faz por respeito à lei, ao dever, essa é uma ação moral. E aquele que espontaneamente não rouba, age de maneira menos racional, portanto, menos moral que aquele que tem vontade de fazer, mas não o faz por obediência ao dever.

Basear-nos-emos em Kant nessa questão moral e em outros pressupostos de um ponto de vista racionalista, para fazermos um confronto com os discursos que se encontram em *Morte e Vida Severina*, embora, não imaginemos que exista um discurso puro no *corpus* em apreço, quer racionalista, quer irracionalista. Disso, contudo, não se deduza que haja forçosamente um equilíbrio: pode-se ter uma formação ideológica sobrepujando quase que completamente a oposta. Em se tratando de João Cabral, espera-se que o racionalismo, no mínimo, prepondere. Além desse filósofo alemão, há outros que são de formação ideológica notadamente racionalista. Consideramos relevante mencioná-los, embora não tenhamos a intenção de cotejar os discursos de *Morte e Vida Severina* com o pensamento de cada filósofo racionalista da história da filosofia.

Platão¹⁴ (428-347 a.C.) é um desses filósofos. Seu pensamento contribuiu bastante para a ampliação do conceito dos universais. Ele considerava que nós só podemos ‘opinar’ sobre o que existe no mundo dos sentidos; o ‘conhecimento verdadeiro’ das coisas só pode ser percebido com a razão. Não utilizaremos alguma obra específica sua para fazermos nossa análise. Estamos mais interessados nas questões gerais de sua filosofia, como sua postura antirrelativista ou antissofista, o que significa defender uma verdade universal. Isto é, existem objetos aos quais as palavras se referem, fatos nus.

Ao perceber que, neste mundo, não encontramos algo que seja branco absolutamente, mas que várias coisas são brancas, Platão notou que esses particulares possuem em comum uma essência, a brancura em si, uma ideia. Com isso, o filósofo defende a existência de universais ou de um mundo de ideias, mais “real”, inclusive, que o mundo sensível. O filósofo racionalista e matemático Bertrand Russell comenta o que estamos discutindo nestes termos:

¹⁴ Como já aludíamos, Habermas (1997 *apud* EFKEN, 2014, p. 105, grifo nosso) confirma a existência diferenças entre Platão e Kant: “A crítica da razão é obra dela própria: tal ambiguidade kantiana resulta de **uma ideia radicalmente antiplatônica, segundo a qual não existe algo mais elevado ou mais profundo ao qual possamos apelar**, uma vez que, ao chegarmos, descobrimos que nossas vidas já estavam estruturadas linguisticamente”. Ressaltamos novamente que, embora tenhamos consciência dessa heterogeneidade, a princípio, agiremos de modo contrário à Análise do Discurso, a fim de podermos analisar a sequência discursiva ‘João Cabral é o poeta da razão’, baseando-nos em *Morte e Vida Severina*. Do contrário, teríamos de negar a possibilidade do uso do termo razão de modo homogêneo como é feito nessa alcunha, para analisar o discurso ‘a razão é um universal’, mais distante de uma relação com o poeta. Nesse caso específico, entendemos a desqualificação do termo razão como negar-se ao diálogo, ou submeter um jogo a regras fora dele; por conseguinte, evitamos tal postura.

A “ideia” de *justiça* não é idêntica a nenhuma coisa que é justa: ela é alguma coisa diferente das coisas particulares, das quais as coisas particulares participam. Não sendo particular, ela mesma não pode existir no mundo dos sentidos. Além disso, não é efêmera ou mutável como os objetos dos sentidos: eternamente ela mesma, imutável e indestrutível. (RUSSELL, 2005, p. 73, grifo do autor).

O pensamento de Platão confunde-se com o de seu mestre, Sócrates (470-399). Algo que fica muito claro na filosofia de ambos é a importância que a palavra tem na condução do homem ao conhecimento, à verdade. O método socrático por excelência era a maiêutica: fazer muitas perguntas a seus oponentes ou discípulos a fim de mostrar-lhes, mediante as próprias respostas deles, a debilidade de seus argumentos. Desse modo, Sócrates refutava o ponto de vista do seu interlocutor e atingia o conhecimento, embora, em muitas situações, ele, ao encerrar um diálogo, mencionasse a importância de continuar a discussão.

Assim, duas coisas eram indispensáveis à consecução da verdade, consoante o método socrático: a palavra, na acepção do termo, e a razão, pois seus argumentos tinham base lógica. Algo que também se pode inferir do pensamento desse filósofo é que a verdade já está aí, não é algo que se cria como concebiam os sofistas, uma vez que ‘maiêutica’, em grego, é o ofício da parteira, modernamente, do obstetra. Esses profissionais só ajudam as mães a darem à luz. A criança já existe. Em *Morte e Vida Severina*, há um diálogo entre Severino e Seu José, no qual aquele questiona se não seria mais apropriado para ele, um miserável, cometer suicídio. Veremos se o diálogo, à moda socrática, será suficiente para dirimir as questões de Severino.

Quanto mais se recua no tempo, mais fica a impressão de estarmos acessando a fonte de um determinado discurso. Isso só ocorre, porque muitos documentos da Antiguidade perderam-se e ainda não havia uma maneira, ou mesmo interesse em alguns casos, de registrar os textos orais. Só se pode, no máximo, acessar supostas cópias de textos escritos do passado. Por conseguinte, não podemos considerar Sócrates a origem da racionalidade; anterior a ele, já existia outro filósofo que percebeu um princípio racional em tudo que existe, Heráclito (540-480 a. C.):

Instead of the term ‘God’, Heraclitus often used the Greek word *logos*, meaning reason. Although we human do not always think alike or have the same degree of reason, Heraclitus believed that there must be a kind of ‘universal reason’ guiding everything that happens in nature. [...] This ‘universal reason’ or ‘universal law’ is something common to us all, and something that everybody is guided by. And yet most people live by their individual reason, thought Heraclitus.¹⁵

¹⁵ Em vez do termo ‘Deus’, Heráclito costumava utilizar a palavra grega *logos*, que significa razão. Embora nós, humanos, não pensemos do mesmo modo ou tenhamos o mesmo grau de razão, Heráclito acreditava que deve

A crítica a uma razão individual aparece nesse excerto. *Mutatis mutandis*, um ponto de vista bastante semelhante ao de Kant. Para Heráclito, a particularização do pensamento é um engano. E nele vive a maioria das pessoas. Participar da verdade é tomar parte na razão universal ou no *logos*.

René Descartes (1596-1650), considerado o pai da filosofia moderna, é mais um filósofo para quem o conhecimento racional é a única maneira que pode fazer o homem atingir a verdade, ao passo que os sentidos nos levam ao engano. Sua formação ideológica assemelha-se bastante com a formação ideológica socrático-platônica:

‘Like Socrates, he was convinced that certain knowledge is only attainable through reason. We can never trust what the old books tell us. We cannot even trust what our senses tell us.’

‘Plato thought that too. He believed that only reason can give us certain knowledge.’

‘Exactly. There is a direct line of descent from Socrates and Plato via St. Augustine to Descartes. They were typically rationalists, convinced that reason was the only path to knowledge.’¹⁶

Descartes sustenta que não se pode aceitar algo como verdadeiro até que se possa percebê-lo com clareza. Para se chegar a isso, deve-se dividir algo complexo em partes menores tanto quanto possível. Depois se deveria fazer uma enumeração das partes e verificar se nada está de fora. Assim, deveria proceder aquele que quisesse chegar a uma conclusão segura. Descartes é considerado o pai da geometria analítica, por isso seu método lembra um procedimento matemático. Ele tenta provar verdades filosóficas como se tenta provar um teorema. Em outras palavras, ele queria utilizar o mesmo instrumento que utilizamos quando lidamos com números, a saber: a razão. Descartes argumentava que, mesmo quando estamos dormindo ou morrendo de dor, dois mais três são sempre cinco e um quadrado não terá mais que quatro lados. Por prescindir da experiência, as ciências matemáticas são mais precisas que todas as demais.

haver uma espécie de ‘razão universal’ conduzindo tudo que acontece na natureza [...] Essa ‘razão universal’ ou ‘lei universal’ é algo comum a todos nós, que guia a todos. Ainda assim, a maioria das pessoas vive de acordo com sua razão individual, pensava Heráclito. (GAARDER, 2003, p. 31, tradução nossa).

¹⁶ — Como Sócrates, ele estava convencido de que conhecimento verdadeiro só pode ser alcançado pela razão. Nunca podemos confiar no que livros velhos nos contam. Não podemos nem mesmo confiar no que nos dizem nossos sentidos.

— Platão pensava assim também. Ele acreditava que apenas a razão pode oferecer-nos conhecimento verdadeiro.

— Exatamente. Há uma linha de pensamento vinda de Sócrates e Platão, mediante Santo Agostinho, até Descartes. Eles eram tipicamente racionalistas, convictos de que a razão era o único caminho para o conhecimento. (GAARDER, 2003, p. 194, tradução nossa).

Finalmente, também pode ser utilizado aqui, a fim de ajudar-nos a cercear o que entendemos por racional, o filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-presente), o qual defende que a razão deve ser comunicativa e participar na construção de um consenso em todas as discussões. A composição desse acordo seria de todos livremente, ou seja, sem nenhum constrangimento, o que aponta na direção de uma sociedade mais democrática e na pressuposição de uma sociedade racional tanto na prática quanto potencialmente. Todos terão interesse em seguir aquilo que foi obra da coletividade, precisamente, porque contribuiu para a elaboração de determinada regra ou lei. Para se chegar a um consenso, ninguém pode ser diminuído, nem serão aceitos malabarismos verbais ou retóricos, mas apenas argumentos verdadeiros. E, nisso tudo, a palavra tem um papel fundamental para Habermas (2004, p. 102):

A racionalidade de uma pessoa mede-se pelo fato de ela se expressar racionalmente e poder prestar contas de seus proferimentos adotando uma atitude reflexiva. Uma pessoa se exprime racionalmente na medida em que se orienta performativamente por pretensões de validade; dizemos que ela não apenas se comporta racionalmente, mas que *é* racional, quando pode prestar contas de sua orientação por pretensões de validade. Também chamamos esse tipo de racionalidade de *plena responsabilidade*.

Portanto, do ponto de vista racional o acesso ao real, ao mundo objetivo, dá-se por meio da linguagem. Esse acesso indireto ao real, igualmente, verifica-se no pensamento kantiano. E conquanto a palavra não possa mostrar-nos as coisas em si, é por meio do discurso racional que chegaremos o mais próximo do conhecimento verdadeiro. Superar a subjetividade, estar convicto de que o que vejo e expresso pode ser comunicado de modo homogêneo torna-se inviável, do ponto de vista racionalista, sem a palavra.

Apesar de Habermas, diferentemente de Kant, levar em conta o outro, a comunicação na construção do racional, ou seja, não há uma razão que exista de *per si*, essa exigência habermasiana nos interessa no significado que terá a palavra ou a linguagem em seu pensamento e no adjetivo racionalista, que também lhe pode ser atribuído. Habermas é listado por sua ênfase no valor e na possibilidade da comunicação. Averiguaremos até que ponto a comunicação é possível em *Morte e Vida Severina*, já que a descrença na comunicação não é uma postura racionalista. Não cabe aqui comparar Kant e Habermas, quanto às especificidades sobre o conceito de razão num e noutro, quanto às diferenças, mas no que têm em comum, com o que é destacado nesta citação:

Com a destrancendentalização altera-se o próprio conceito do transcendental. A consciência transcendental perde as conotações de uma grandeza situada “no além”, no âmbito do inteligível; na forma dessublimada da práxis cotidiana comunicativa, ela desce à terra. O mundo da vida profana assumiu o lugar transmundano do numenal. Mesmo que mantenha o questionamento transcendental, o pragmatismo abranda a oposição entre o transcendental e o empírico. **Sem dúvida, mesmo o uso comunicativo da linguagem ainda exorta os participantes a íngremes idealizações. Na medida em que os falantes se orientam por pretensões de validade incondicional e supõem uns dos outros plena responsabilidade, seu alvo está além de todos os contextos contingentes e meramente locais.** (HABERMAS, 2004, p. 25, grifo nosso).

Na verdade, O fato de Habermas ser um crítico ferrenho da razão kantiana não deve ser entendido como um problema, mas como algo positivo, porquanto, se o termo razão na alcunha de João Cabral não estiver sendo idealizado, é possível que o poeta seja racional na perspectiva de um desses filósofos apenas. E, exatamente por suas diferenças em relação a esses racionalistas mais tradicionais, é interessante a presença de Habermas aqui.

Com base nessas reflexões, podemos afirmar que a impossibilidade de atingirmos a verdade com a palavra geraria uma valorização do elemento instintivo, do inconsciente, da certeza sem saber por quê. Assim, só será arguível reputar João Cabral como um poeta racionalista, também em sua obra-prima, se, nesse drama, os discursos representarem o campo semântico ligado à razão — clareza, consciência, exatidão, objetividade, universalidade, termos com os quais é comum traduzir-se sua poesia; e for suficiente para resolver o questionamento supracitado de Severino.

3 COMPARAÇÃO ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO E A FILOLOGIA, A LEITURA DISCURSIVA DO TEXTO JURÍDICO E DE DADOS, O DISCURSO LITERÁRIO, A CRÍTICA LITERÁRIA DISCURSIVA, CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Em matéria de estudo da literatura, a análise do discurso seguiu uma evolução oposta à da filologia. Enquanto esta última focalizava progressivamente *corpora* antigos prestigiosos, a análise do discurso, originariamente voltada para *corpora* de pouco prestígio, admitiu que podia, sem alterar sua natureza, interessar-se também pelo discurso literário e por *corpora* antigos. Trata-se de um processo clássico: as novas problemáticas começam por cultivar os territórios deixados de lado pelas práticas dominantes, antes de ampliar seu espaço de investigação.

Dominique Maingueneau¹⁷

3.1 Análise do discurso x filologia: continuação ou ruptura¹⁸?

É o próprio Pêcheux (1990, p. 53-55), filósofo fundador da Análise do Discurso (AD)¹⁹, que vai chamá-la de *disciplina de interpretação*. Sua emergência na França, nos anos 60 do século passado, não acontece por acaso. Essa foi uma época de efervescência política e cultural em todo o mundo ocidental. Nesse período, há uma mudança também no sistema de ensino desse país:

[...] sob a pressão de diversos fatores: em particular, o aumento considerável do número de estudantes e de universidades, a multiplicação das vagas de docentes de Letras no ensino secundário, o surgimento dos diplomas de “letras

¹⁷ MAINGUENEAU, D. Filologia e análise do discurso. In: RODRIGUES, M. G. S.; NETO, J. G. S.; PASSEGGI, L. (Org.). **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 50.

¹⁸ Outros confrontos interessantes são *Análise do Discurso x pragmática* e *Análise do Discurso x análise crítica do discurso*. O espaço e outras razões evitam que nos delonguemos tanto nessas comparações (com fins elucidativos). Privilegiamos a filologia devido a sua relação histórica com o texto literário, objeto de nossa análise discursiva, e com os textos não literários, ou seja, por ter sido uma espécie de teoria geral da leitura, mas com raízes ainda em vigor.

¹⁹ “Este livro, portanto, é mais uma das homenagens cotidianas que tenho feito a Michel Pêcheux, **o fundador da análise de discurso**.” (ORLANDI, 2014, p. 13, grifo nosso). E mais adiante ela reitera: “Não falaremos só em homenagem. Nosso objeto de reflexão aqui são os textos de Michel Pêcheux, **o fundador da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso**”. (ORLANDI, 2014, p. 14, grifo nosso). Mussalim (2006, p. 101, grifo nosso), por sua vez, trata da origem da Análise do Discurso nestes termos: “Para entender a gênese dessa disciplina é preciso compreender as condições que propiciaram a sua emergência. Maldidier (1994) descreve a **fundação da Análise do Discurso através das figuras de Jean Dubois e Michel Pêcheux**”.

modernas”, nos quais o espaço da língua grega era nulo e o do latim, marginal. (MAINGUENEAU, 2010, p. 51).

Essas transformações tirariam o prestígio da filologia, naquilo em que ela se confronta com a AD, a saber: a análise de conteúdo. Na verdade, as mudanças mencionadas podem ter dado apenas o arremate, já que a perda da importância da filologia nos estudos linguísticos inicia-se em 1916, ano em que a linguística obtém *status* de ciência, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, postumamente, aliás. É Ferdinand Saussure, com essa obra, que fará o trabalho de isolar a linguística dos estudos filológicos e históricos (comparativos): “Quanto à Filologia, já nos definimos: ela se distingue nitidamente da Linguística, malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam”. (SAUSSURE, 1977, p. 14).

O Pai da Linguística precisava definir seu objeto e método específicos para que pudesse transformá-la em ciência. Não havia espaço para os estudos filológicos, pois devemos lembrar que a filologia foi, antes do século XIX, um ramo do conhecimento que tinha objetivos muito amplos, uma espécie de ciência da cultura. Tratava de gramática, de retórica, de poética, de história, de filosofia, de todo saber que fosse necessário para a interpretação dos textos (MAINGUENEAU, 2010, p.45). Entretanto, há também uma filologia mais restrita, surgida no século XIX, compreendida como “um conjunto de práticas de análise de uma grande tecnicidade: decifração de escritas antigas, estudo de manuscritos (datação, critérios de autenticidade, [...]), trabalhos de lexicologia histórica etc.” (MAINGUENEAU, 2010, p.47).

Outra área dos estudos linguísticos, muito próxima da filologia, até confundindo-se com ela às vezes, que, outrossim, era um óbice à transformação da linguística em ciência era a linguística histórica ou comparativa:

Coisa idêntica sucede com o estudo histórico: percorra-se um determinado período do francês (por exemplo, do século XII ao século XX), ou um período do javanês, ou de qualquer outra língua; em tôda parte se opera com fatos similares, que bastaria aproximar para estabelecer as verdades gerais de ordem diacrônica. O **ideal** seria que cada estudioso se dedicasse a uma ou outra de tais pesquisas e abarcasse o maior número possível de fatos nessa ordem; **é, porém, muito difícil dominar cientificamente línguas tão diferentes**. Por outro lado, cada língua constitui praticamente uma unidade de estudo e nos obriga, pela força das coisas, **a considerá-la ora estática ora historicamente**. (SAUSSURE, 1977, p.116, grifo nosso).

Dessarte, a fim de dar um caráter científico à linguística, havia de mister fazerem-se diversos cortes, entre os quais se incluíam os projetos filológico e comparativo. Como se nota,

Saussure produz o primeiro grande abalo que sofre a filologia. Não estamos sozinhos nesse ponto de vista, assim também entende Pessoa (2005, p.14):

Com a ascensão da linguística, sobretudo depois da importância que assumiu o Estruturalismo, a filologia começou a perder hegemonia e importância. Enquanto o manuscrito era o centro de interesse dos filólogos, os linguistas deixavam sua atenção passar ao largo dessa especificidade, valorizando os fenômenos linguísticos independentemente da tecnologia que os gerou, mas obviamente buscando nos textos impressos sua fonte de pesquisa.

A despeito do crescente desprestígio da filologia em relação ao estudo da língua, três espaços não foram ocupados pela linguística, a saber: — (I) o estudo da literatura, pois no *Curso*, Saussure (1977, p. 163) demonstra mais interesse pela língua natural que pela língua literária, mais estável e menos espontânea; (II) a interpretação dos textos, visto que questões semânticas, nesse nível, não são o alvo do estruturalismo, mais preocupado com a língua do ponto de vista sistêmico; esses textos ficaram mais a cargo das ciências humanas e sociais, devido à fragmentação do conhecimento no mundo moderno; (III) os textos manuscritos, os quais permaneceram sob os cuidados dos filólogos, mas essa cultura foi perdendo cada vez mais espaço após a expansão do impresso.

Desse modo, embora a filologia tenha perdido prestígio, a literatura e o estudo dos textos em geral não ficaram a cargo da nova ciência, a linguística. No *Curso* mesmo encontramos esta passagem curiosa:

Qual é, enfim, a utilidade da Linguística? Bem poucas pessoas têm a respeito ideias claras: não cabe fixá-las aqui. Mas é evidente, por exemplo, que as questões linguísticas interessam **a todos — historiadores, filólogos etc. — que tenham de manejar textos.** (SAUSSURE, 1977, p. 14, grifo nosso).

Saussure está dizendo-nos que os linguistas não terão de interpretar textos? Seja como for, o que, de fato, fica patente é que, ao tentar, ao máximo, purificar a linguística de tudo que fosse externo ao exclusivamente linguístico, o objeto central de sua ciência não poderia ser o texto, devido ao risco certo de enveredar em outras áreas do conhecimento. Uma certeza é que aos filólogos ainda competia o estudo do texto:

Historicamente, com efeito, podemos dizer muito rapidamente que a análise de conteúdo se encontra ligada à pré-história da linguística, na medida em que as teorias clássicas da linguagem faziam apelo, ao mesmo tempo, no estudo dos textos sagrados, na prática dos comentários filológicos, etc. Isto é, quando se tratava de falar sobre um texto, de analisar um texto, colocava-se simultaneamente a questão de sua descrição nos dois sentidos do termo, isto é,

descrição de seu funcionamento e descrição da função de transmissão de sentido que ele realizava; e, de outro lado, tinha-se a seu respeito uma atitude normativa. (PÊCHEUX, 2014a, p. 204).

Como se vê, o estudo do texto não faz mesmo parte do nascimento da linguística científica, menos ainda o texto literário. A semântica, de fato, é algo além da língua²⁰. Noutro ponto também, não apenas na interpretação dos textos, é possível comparar a filologia com a AD, a perceber mais uma coincidência entre elas: ambas não são ciências, sem que isso signifique demérito. Possenti (2011, p. 388) cogita que possamos, a respeito da AD, fazer a mesma asserção que fez Foucault sobre o marxismo e a psicanálise: considerá-la importante demais para ser ciência. Quanto às semelhanças entre a AD e a filologia, elas encerram-se nessas que mencionamos.

A disputa entre elas, que não se tinha levado em consideração até muito recentemente, fez surgir a seguinte questão: a AD rompe completamente com a filologia ou é sua continuidade ou evolução? Se os estudos em torno do discurso constituem uma nova filologia ou se eles são uma ruptura, Maingueneau (2010, p. 45) faz esta afirmação:

Esse tipo de debate não poderia ser de todo modo, conclusivo: primeiro, porque não há um critério seguro que se permita dizer a partir de quando se passa de um saber ao outro; depois, porque a noção de filologia — assim como a de análise do discurso, aliás — é de uma grande plasticidade.

Embora Maingueneau não se decida nessa questão, somos obrigados a discordar dele, em virtude das enormes diferenças entre a filologia e a AD. Não é errado de todo notar algumas similaridades entre elas quanto ao seu objeto de estudo, ambas interessam-se pela leitura; no entanto, os pressupostos, quando podem ser comparados, encontram-se, não raro, no nível da oposição. Com isso, o próprio Maingueneau (1997, p. 10), noutra produção sua, concorda conosco: “a análise do discurso ocupou uma boa parte do território liberado pela antiga filologia, porém com pressupostos teóricos e métodos totalmente distintos”. Possenti (2011, p. 359) também concebe a AD como uma ruptura com a filologia:

Se aceitarmos que de fato a filologia é o conjunto de procedimentos de interpretação de textos que vigorou pelo menos até meados do século XX (sem que o surgimento de outros e a crítica à filologia a tenham feito desaparecer), pode-se dizer que a AD surge rompendo com ela.

²⁰ ‘Língua’ na concepção saussuriana evidentemente. “[...] se a Linguística se constituiu como ciência [...] foi, precisamente, no interior de um constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de *banir de suas fronteiras a questão do sentido*”. (PÊCHEUX, 2009, p. 78, grifo do autor).

A concepção de leitura trazida pela filologia, por exemplo, que busca a verdade do texto, uma interpretação autorizada ou verdadeira; a crença num indivíduo consciente, controlador dos sentidos que foram colocados no texto; a ideia de um contexto biográfico e cultural por meio do qual uma obra surgiria são pontos de vista que a AD empenha-se em refutar. E ela faz isso de três modos: I) compreende que a língua é equívoca, e não unívoca como a imagina a filologia, e o sentido do texto é polissêmico; aliás, não há sentido no texto, mas efeitos de sentido; II) concebe o sujeito como “assujeitado”, uma vez que é atravessado pelo inconsciente e pela ideologia, de modo que, ao dizer, diz mais do que o que imagina, além de ser, um porta-voz de uma ou de várias ideologias, ou seja, não é ele de fato quem diz; III) opõe a um contexto histórico homogêneo, uma sociedade dividida em classes ou grupos²¹. A isso a AD chama de *condições de produção*²².

Mesmo o termo conteúdo, que aparece nesta dissertação, pode ter uma boa aceitação por parte de filólogos e de outros cientistas sociais, mas é rejeitado, ainda que indiretamente, pelos teóricos da AD, já que o texto não tem um sentido que vamos buscar com nossa leitura, mas nós atribuímos sentido(s) a ele. Em verdade, a AD requer uma reformulação terminológica, devido à introdução de novos conceitos. As palavras veiculam discursos que, por vezes, destoam ideologicamente da AD.

Ao mencionar a filologia, temos em mente seu trabalho com o texto escrito; todavia, durante a Idade Média, a leitura em voz alta tinha muita importância, precisamente, para que outros igualmente pudessem “ler”, ou melhor, ouvir os textos. Poucos liam (menos ainda escreviam) do modo como atualmente se pensa, *grosso modo*, a leitura. Isso se devia a diversas razões: não havia uma padronização — uma gramática da norma culta ou mesmo uma norma; um dicionário da língua nacional, isto é, não havia ortografia; também não havia separação entre as palavras no manuscrito e os tipos de letras eram abundantes; além disso, para piorar a situação, era muito comum que em vez da língua nacional, se usasse mesmo o latim. Num contexto desse tipo, havia muito pouco espaço para um modo de leitura como

²¹ Concepção marxista da história: “A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. [...] Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto. [...] O que distingue nossa época — a época da burguesia — é ter simplificado a oposição de classes. Cada vez mais, a sociedade inteira divide-se em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado”. (MARX; ENGELS, 2009, p. 23-24).

²² “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.” (ORLANDI, 2010, p. 30). Esse contexto sócio-histórico, ideológico não é apenas contemporâneo ao texto. O passado também está incluso, assim como textos de todas as épocas. Mesmo a imagem que um indivíduo projeta de si mesmo e do outro, ou seja, as formações imaginárias, o cargo que ele ocupa, além de outros elementos, compõem, igualmente, as condições de produção de um discurso.

quer a AD. Uma leitura profunda de um texto em grego clássico era impraticável para estudantes franceses. Numa aula com esse tipo de material, o professor tendia a voltar-se muito mais para questões idiomáticas que propriamente discursivas.

Estamos cientes de que a filologia ainda perdura e que floresceu bastante durante o século XIX. Contudo, à medida que o conhecimento tecnológico avança, menos ela se tem feito necessária para os textos do presente. “Um dos objetivos, senão o mais importante, da atividade do filólogo reside na recuperação do texto original — do qual os outros a ele relacionados são cópias —, editando-o.” (PESSOA, 2005, p. 16). A preocupação em chegar ao original²³, tentando, *inclusive*, descobrir a intenção do autor, pois, nessa época, as cópias eram feitas à mão, faz que a AD vá de encontro à filologia. Nessa busca do filólogo, a fim de facilitar a compreensão do texto, havia um trabalho de interpretação quando ele era editado, pois trechos escritos ilegíveis ou ausentes precisavam ser esclarecidos ou acrescentados. Isso comprometia a originalidade e, conseqüentemente, a “verdade” do texto. Também significa dizer que muitos textos, especialmente os mais antigos, que lemos hoje sofreram acréscimos de um ou de alguns filólogos. E há até aqueles que nem se sabe ao certo se sua autoria é mesmo legítima, situação das epopeias que teriam sido obra do poeta grego Homero. Isso demonstra que os filólogos ficavam diante de problemas que sua teoria não podia superar e que negavam a base ideológica da filologia. A verdade era fruto da interpretação de um editor e, muitas vezes, ficava inacessível.

Quanto aos problemas da filologia, a AD tem outras respostas, pois esta, diferentemente daquela, sempre sustentou a equívocidade do texto (mesmo legível!); a falta de clareza; negou a autoria por outro viés, no sentido de que não existe um discurso original, individual, e os textos atuais não costumam oferecer dificuldade quanto à autoria. Essa é uma questão da cultura do manuscrito. Para esses documentos antigos, a filologia ainda cumpre uma função. Na verdade, a AD nunca tentou resolver os problemas da filologia. Como pudemos ver, alguns deles nem existiriam para AD, despreocupada, por sua natureza, com a exatidão e com a verdade filológicas. De fato, o que ocorria no mundo da filologia, aristocrático, era uma negação da luta de classes, do anseio de diversos setores. Daí essa ideologia do sentido único, a cuja chave só o filólogo tinha acesso, interpretando-o de acordo com os interesses de uma determinada classe, normalmente a dominante. A maneira com que os sacerdotes católicos lidavam com a Bíblia: reclamando para si sua exegese exclusiva dá uma noção de como se

²³ A relação entre originalidade e verdade é antiga, remete a Platão e ao seu mundo das ideias, do qual o real é um reflexo imperfeito. A etimologia tem como pressuposto essa teoria platônica. A AD nega a originalidade e a crença numa verdade, especialmente, numa perspectiva absoluta. É mais apropriado relacionar a AD com os sofistas, em virtude do relativismo presente em suas ideias.

dava o funcionamento da interpretação no mundo aristocrático: quem interpretasse esse texto de outra forma, que não a oficial, era considerado herege.

No mundo em que a AD desenvolve-se plenamente, não existem trechos ilegíveis ou mesmo textos incompletos, normalmente manuscritos, os quais seriam preenchidos com a habilidade do filólogo. O impresso e o digital dispensaram o filólogo desse trabalho. Assim, novas condições de produção fez entrar em cena o analista do discurso. O texto moderno em línguas modernas permitiu o surgimento de uma disciplina como a AD, pois, uma vez que a legibilidade não era um problema, foi possível a uma corrente de pensadores passarem ao discurso, a buscar outras questões. Não mais com as concepções tradicionais de sujeito, por exemplo, mas com as contribuições da psicanálise e do marxismo.

No que concerne aos métodos, é necessário esclarecer que não há equivalência entre as disciplinas, porque os dois mundos de que cada uma participa são completamente diferentes. A filologia ainda tem sua utilidade, pois não há muito que possa fazer a AD para verificar se os manuscritos da obra de Homero ou do poeta Gregório de Matos são mesmo autênticos (por vezes, nem mesmo a filologia soluciona o problema). Um trabalho que se mistura com a arqueologia e com a paleografia, ciência auxiliares da história:

[...] aquele que compulsava um texto medieval editado, uma cantiga trovadoresca, não faz ideia de como é sua forma original, de quanto trabalho teve o paleógrafo para transcrevê-la, interpretá-la ou mesmo fazer acréscimos. Observe-se este verso de uma cantiga de Aires Nunes presente no Cancioneiro da Vaticana (*apud* SPINA, 1977, p. 109) cuja dificuldade de visualização existente no manuscrito, devido à letra utilizada e às condições do material, não nos foi exequível reproduzir:

nō b9 qdes uos au'dadaq

Nesse verso estão presentes cinco abreviaturas: ò= on; 9= us (notação tironiana); q= que (não conseguimos sobrepor um traço (¯) ao q); u'= ver (uer na época);. Desse modo, o verso seria assim transcrito:

non busquedes vós a verdad' aqui

Esse trecho mostra não apenas as diferenças históricas na escrita, mas também que, sem os paleógrafos, não teríamos tido acesso a nenhum texto anterior a 1650, profissionais imprescindíveis para a leitura dos textos antigos. (SILVA, 2010, p. 15-16).

Nesse ponto, a AD não supera a filologia ou concorre com ela. Com relação aos princípios filosóficos de cada uma das teorias, a ruptura é gigantesca e pode-se afirmar, categoricamente, que a AD contrapõe-se à filologia e que, de modo implícito, questiona sua continuidade na interpretação de textos. Aliás, sem tirar o mérito do trabalho do filólogo, seria

também possível uma filologia, nesse caso, estamos falando da técnica de restauração e edição de textos antigos, que utilizasse as concepções da AD para embasar o trabalho interpretativo, pois esse parece ser o maior conflito efetivamente. Contudo, sabemos que essas questões não interessam a AD por ora e, considerando os fatos da maneira como estão postos atualmente, o embate entre filologia e AD é inevitável, sobretudo, porque esta disciplina passa a ocupar-se também da interpretação do texto literário, questão que veremos mais adiante.

3.2 A importância da Análise do Discurso como uma teoria (geral) da leitura

Foi dito acima que muitos textos ficaram a cargo das ciências sociais, deixando a filologia mais próxima dos textos literários; contudo, a filosofia que embasa as concepções de mundo da filologia permanece no modo como essas ciências, ou pelo menos algumas delas, leem o que a AD chama de sequências discursivas. Esse é um problema ao qual o analista do discurso precisa não só estar atento ao fazer suas pesquisas, mas também fazer contraposição a ele, pois, se temos consciência de que a interpretação que nos é apresentada da história depende das concepções ideológicas do historiador, não é certo que esse discernimento esteja presente em relação a outras áreas. A leitura profunda de um texto deve iniciar-se observando essa questão:

O que eu queria acrescentar é que, constituindo-se como disciplina científica nesses diferentes níveis, a linguística retirou-se de certo número de terrenos que deixou descobertos, livres para outras influências e, em particular, o que está no fundo do problema que nos concerne, *a região da comunicação ou da transmissão do efeito de sentidos foi deixada livre para o que chamamos as ciências sociais, ciências humanas ou ciências do comportamento, que acreditaram poder instalar-se aí, reproduzindo as questões que haviam de fato sido em parte as da ciência clássica*²⁴, a saber: o que é a comunicação? Dito de outra forma: como podemos reencontrar, recolocar, os problemas que haviam sido deixados de lado na constituição científica da linguística? (PÊCHEUX, 2014a, p. 205, grifo do autor).

Recoloquemos, então, os problemas da linguística clássica, mas não como um filólogo faria, mas como um analista do discurso. É esse o sentido aqui de “recolocar” para nós. Pensemos numa outra ciência social, o Direito, e nos pressupostos conceptuais em que se

²⁴ A linguística clássica ou a linguística pré-científica: a filologia ou a linguística histórica.

fundamenta. Sejam ainda mais precisos: *com que noção de sujeito, por exemplo, o direito opera?* Algo que implica também uma visão de língua.

O modo como as pessoas são punidas dá-nos uma ideia. Os nazistas, após o término da Segunda Guerra Mundial, começaram a ser procurados pelos vencedores do conflito. A responsabilidade foi atribuída a alguns poucos indivíduos, mormente os que ocupavam posições hierárquicas de maior importância no partido ou no meio militar. O que, realmente, pretende-se com isso é obter uma espécie de pena exemplar, algo para causar, nas pessoas em geral, a sensação de que os culpados foram castigados devidamente. É a figura do indivíduo racional responsável por seus atos que entra em cena, pois, efetivamente, se considerássemos tudo o que viabilizou o nacional-socialismo, faltariam prisões para todos os envolvidos — do militante desempregado, a grandes industriais do mundo inteiro; do nazista alemão, ao fascista eslavo (!). As condições de produção do discurso de extrema direita na Alemanha não se esgotam nessas amostras. A própria política de segregação racial nos EUA contribuiu também, porquanto um discurso circulará com mais facilidade sempre que houver paráfrases dele.

Um fato muito intrigante ocorreu com o término da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Os Estados Unidos buscaram a colaboração de diversos nazistas para combater o comunismo. Klaus Barbie é um exemplo muito conhecido. Nessa função, ele recebeu durante muito tempo proteção dos americanos, ou melhor, de órgãos de inteligência como a CIA. No final dos anos 80, quando deixou de ser útil, foi condenado à prisão perpétua por crimes contra a humanidade, mas só os ligados à Segunda Guerra. Os crimes contra os comunistas, isto é, a serviço do capitalismo, não foram incluídos. Assim, a política ou as condições de produção de um discurso tem um peso muito grande nas decisões judiciais.

Que fique claro que não estamos fazendo uma separação maniqueísta das pessoas. Apenas, estamos partindo da premissa já existente de que o nazismo foi um crime. Desse modo, incluímos também aqui aqueles que simpatizaram em parte com a ideologia de Hitler, caso de muitos franceses que não defendiam os nazistas, mas que tacitamente apoiavam seu projeto político. Os alemães que ignoraram as práticas nazistas por não serem as vítimas. As nuances são inúmeras. No entanto, alguém será punido sozinho. Mesmo quando há um grupo sendo punido, há sempre o pensamento de que é possível isolar o(s) culpado(s).

No entanto, embora as coisas no direito se deem desse modo, isso acontece, porque essa ideologia ou aparelho ideológico do estado, utilizando uma noção de Althusser, opera com uma noção de sujeito consciente, cartesiano, isto é, com uma noção de sujeito (ideológico): “O futuro do subjuntivo da lei jurídica ‘aquele que causar um dano...’ (e a lei *sempre* encontra

‘um jeito de agarrar alguém’, uma ‘singularidade’ à qual aplicar sua ‘universalidade’) produz o sujeito sob a forma do *sujeito de direito*”. (PÊCHEUX, 2009, p. 145, grifo do autor).

Nisso, está implícito o que Pêcheux chama de esquecimento nº 1, a ideia de que o sujeito é a origem do discurso; portanto, é ele quem fala, por extensão, que pratica uma ação; em suma, senhor de sua vontade. Há uma relação clara de separação entre sujeito e objeto. Esse sujeito responsável, e o indivíduo meritório são duas faces da mesma moeda: uma ilusão do *efeito-sujeito*. Embora não dê detalhes de como as coisas funcionavam antes, Pêcheux afirma que as coisas não foram sempre assim:

Essas relações sociais jurídico-ideológicas não são intemporais: elas têm uma história, ligada à construção progressiva, no fim da Idade Média, da ideologia jurídica do Sujeito, que corresponde a novas práticas nas quais o direito se desprende da religião, antes de se voltar contra ela. Mas isso não significa, em absoluto, que o efeito ideológico de interpelação apareça somente com essas novas relações sociais: simplesmente elas constituem uma nova forma de assujeitamento²⁵, a forma *plenamente visível da autonomia*. (PÊCHEUX, 2009, p. 145, grifo do autor).

No Código de Hamurabi, um homem que matasse o filho de outro seria punido com a perda do próprio filho. Algo muito curioso, pois todo homem é filho de outro. De qualquer modo, o filho não era um sujeito, mas uma propriedade do pai. O mesmo acontecia com escravos e mulheres. Na famosa história bíblica de Jó, ele perde tudo: mulher, filhos, bens. E como se trata de “coisas”, basta-lhe obter uma nova mulher e ter filhos com ela que o problema estará resolvido. Com esses exemplos, percebe-se que o que Pêcheux aponta como novo tem relação com o papel que a razão passou a ter com o declínio do pensamento religioso e como isso contribuiu para a constituição do sujeito, um conceito que parece natural, mas que é fruto da ideologia.

Não pretendemos fazer uma história do direito aqui, mas apenas mostrar como todas as áreas possuem sua base ideológica e as consequências teóricas e materiais que advêm disso. A esta altura, pode-se perguntar como seria a aplicação da justiça com os pressupostos da AD. Também poderíamos adir: como seria uma justiça com base no “não julgueis para que não sejais julgados”? A resposta a essas questões, por ora, interessa-nos menos que observar como o direito adota soluções mais simples para fazer justiça: pegam-se alguns homens e castigam-nos em nome de boa parte de toda a humanidade, de modo que a justiça, nesse caso, é apenas um símbolo, não uma realidade, um modo de perpetuar a ideologia do sujeito. Sem mencionar

²⁵ Consideramos esse termo menos adequado que ‘assujeição’, porquanto o vernáculo não possui o termo ‘sujeitamento’, mas dispõe da palavra ‘sujeição’.

que, estatisticamente, a lei é mais dura para os que dispõem de menos renda ou menos força, o que já é outro problema. A questão dos pressupostos teóricos também foi apontada por Pêcheux sob outro aspecto, ou seja, como a ideologia capitalista influencia as ciências humanas, ditando seus rumos:

[...] o modo de produção capitalista reprime e orienta a pesquisa em ciências humanas, não somente por meio de critérios políticos e econômicos (como no caso das ciências da natureza), mas também por intermédio da *ideologia prática dominante*: isto se deve ao lugar particular que as ciências humanas ocupam atualmente, à junção da prática científica e à prática política. Mais precisamente, as “concepções de mundo” ligadas à ideologia prática dominante intervêm de modo maciço na pesquisa em ciências humanas, através de uma “filosofia espontânea” que seleciona os problemas pertinentes: as ciências humanas, enquanto *elemento social* do “progresso científico e técnico”, estão de fato estreitamente dependentes da classe em proveito da qual se efetiva este progresso. (PÊCHEUX, 2014b, p. 194, grifo do autor).

Os problemas essenciais presentes nas ciências humanas aos quais Pêcheux se refere são o empirismo e a formalização. Esta é representada pelo uso da matemática. Esse filósofo francês não é completamente contra a ingerência da matemática, porém, quando ela está presente apenas como uma técnica de medida ou de verificação, Pêcheux toma partido contra ela. As pessoas facilmente acreditam em dados nos dias de hoje. No entanto, aquelas mais esclarecidas já estão cientes de que dados são manipuláveis. É possível, por exemplo, considerá-los ora como números absolutos, ora como números percentuais, de acordo com o interesse de quem divulga uma informação. Costuma-se, igualmente, comparar dados dentro de um período de tempo específico. Por exemplo: dados do desemprego no Governo Dilma Rousseff medidos nos últimos dez anos. É mais vantajoso, para quem se opõe à Presidente, cotejar com números da época em que Lula governava que com os anos em que o PSDB era situação, pois o Brasil teve um crescimento bastante favorável nos dois primeiros mandatos do PT. A imprensa brasileira utiliza dados desse modo constantemente, pois os números dão a ilusão de objetividade, quando, efetivamente, estamos diante de pura retórica.

Outra ideologia muito presente nas ciências humanas é o empirismo, cuja falha reside, para Pêcheux, na concepção de que “há ‘dados’ primeiros a partir dos quais as teorias seriam imaginadas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 196, grifo do autor). Ele não só considera isso falso, como adverte para o fato de que acreditar nisso é também ser partidário de uma série de pressupostos correspondentes a essa ideologia — a clara separação entre sujeito e objeto seria um deles; ou mesmo a ilusão de que há fatos sobre os quais alguém poderia, posicionando-se

fora de qualquer ideologia, tratar deles objetivamente, isto é, a existência do sujeito transcendental.

Com base nessas reflexões em torno das concepções que constituem algumas ciências sociais, ou as ciências humanas, a AD passa a disputar a leitura de qualquer texto, de reclamar para si todos os terrenos onde haja o discurso para que possa realizar plenamente sua tarefa. A AD não pode recusar-se a interpretar determinados discursos, não pode delegar sua interpretação exclusivamente a determinadas áreas, se ela operar com vieses ideológicos que vão de encontro às concepções da AD. E, nisso, inclui-se o discurso literário.

3.3 A análise do discurso literário

A análise do discurso literário²⁶ ainda se está consolidando, e existe desconfiança entre os teóricos da literatura em relação a ela. Sobre essa questão, fazemos nossas as palavras de Gama-Khalil (2009, p. 273) quando ela afirma que “a AD não está a serviço de um só tipo de discurso”, pois, apesar de suas peculiaridades, o texto literário também transmite um discurso, o qual, *a priori*, nada tem de especial concernente aos discursos dos demais textos. O próprio Pêcheux não restringiu a AD ao discurso político. Ele esclarece que “o discurso político [...] serve [...] apenas de representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

É relevante lembrarmos, por exemplo, que a literatura já esteve a serviço do discurso religioso, caso de alguns expoentes da escola barroca como o Padre Antônio Vieira; também já esteve a favor da abolição da escravidão com a poesia de Castro Alves. Como já faz séculos que o discurso literário separou-se do místico, cuja sacralidade, aliás, depende da formação discursiva de quem lê ou ouve, podemos tirar, outrossim, essa áurea de sagrado, de intocável do discurso artístico²⁷. Na verdade, não podemos imaginar que a concepção de literatura na época do Padre Antônio Vieira seja a mesma atualmente:

²⁶ “A própria noção de ‘discurso literário’ é problemática. Ela parece pressupor que, por proximidade de gênero e diferença específica, haveria uma categoria correspondente a um subconjunto bem definido da produção literária de uma dada sociedade, o discurso literário [...] não designa uma união estável, mas permite agrupar um conjunto de fenômenos que são parte de épocas e sociedades muito diversas entre si.” (MAINGUENEAU, 2012, p. 9, grifo do autor).

²⁷ João Cabral denega essa imagem, porém, em relação ao poeta: “[...] existe toda uma literatura em volta dessa coisa de poeta [...] como se o poeta fosse [...] um estado intermediário entre o homem e o místico, entre o homem e o santo [...]”. (ENTRELINHAS, 2009).

De maneira geral, o Barroco é um estilo identificado com uma ideologia [...] fornecida pela Contrarreforma e pelo Concílio de Trento, a que se deve o colorido peculiar da época, em arte, pensamento, religião, concepções sociais e políticas. Se encararmos a Renascença como um movimento de rebelião na arte, filosofia, ciências, literatura — contra os ideais da civilização medieval, ao lado de uma revalorização da antiguidade clássica [...], podemos compreender o Barroco como uma contra-reação a essas tendências sob a direção da Contra-Reforma católica, numa tentativa de reencontrar o fio perdido da tradição cristã, procurando exprimi-la sob novos moldes intelectuais e artísticos (COUTINHO, 1997, p. 18.)

Não estamos tentando diminuir o valor da literatura com essas afirmações, pois consideramos que a literatura não é formada apenas por posicionamentos ideológicos. Com efeito, isoladamente, nenhuma espécie de militância possui as condições de atribuir literariedade a um texto. A reflexão sobre o real tem um papel complementar muito importante na constituição do literário, mas não de todo texto literário, que pode ser apenas um som, caso da poesia sonora. De algum modo, pode-se perceber nessa atitude, um posicionamento, o da valorização do irracional, mas não se poderia ir muito além. Há exemplos também, e isso desde o surgimento da prosa na literatura, em que o elemento intelectual sobrepõe-se aos elementos formais. Em *Capitães de Areia*, verificar-se-á muito menos trabalho formal que em *Morte e Vida Severina*, quando consideramos que, na poesia cabralina, preocupações com a métrica, a rima, paralelismos, além de outros recursos literários, estarão presentes, o que não ocorre em *Capitães de Areia* ou com a literatura em prosa em geral, exceção para Guimarães Rosa, cuja linguagem funde prosa e poesia. A intangibilidade linguística, por exemplo, uma das características do texto literário, a qual significa que não é possível retirar determinada palavra do texto literário e manter sua literariedade, será normalmente mais comum na poesia que na prosa. Em suma, o literário não é algo homogêneo²⁸.

Outro ponto a favor da análise do discurso literário é que a AD, desde o início, já se apresentou com uma disciplina transversal por conjugar linguística, marxismo e psicanálise, três ramos do conhecimento diretamente relacionados à crítica literária, porquanto entre as suas diversas correntes estão, precisamente, a crítica marxista, a crítica psicanalítica e a crítica linguística ou formalista. E é na comparação com essas correntes apenas, por razões de espaço

²⁸ Se compararmos *os discursos* do Pe. Antônio Vieira com a poesia de Gregório de Matos em toda sua diversidade, especialmente sua poesia erótica, para mencionarmos apenas o barroco brasileiro, ver-se-á que esse estilo também não é algo homogêneo.

e de propósito, que iremos mostrar as contribuições que a AD pode oferecer na interpretação do discurso literário²⁹.

É importante, no entanto, deixar claro que, não obstante muitos pontos de contato, há algumas diferenças entre a AD, a psicanálise e o marxismo³⁰. Os analistas do discurso sustentam que, na enunciação de um discurso qualquer, não se controlam os sentidos que podem ser gerados. Os marxistas, em geral, pensam de outro modo (Marx também se incluiria aí), pois sempre defenderam a ideia do sentido único da obra de Marx:

O que poderia acontecer — o que, de certo modo aconteceu — é que Marx foi considerado como... o primeiro teórico marxista, a despeito da famosa frase pela qual ele rejeitou este adjetivo categorizante, que certos companheiros seus já haviam forjado enquanto ele vivia, por derivação a partir de seu próprio nome. [...] O fato de que Marx tenha assim recusado se reconhecer nos efeitos iniciais associados à “recepção” sócio-histórica de sua obra foi quase sempre entendida como uma denegação, significando, de fato: “Eu, Karl Marx, sou efetivamente marxista... mas não no sentido em que se entende comumente”. Nesse ponto preciso começa, me parece, a temática aristocrática da “boa” leitura oposta às más leituras (banais e falaciosas), da interpretação justa, sempre em reserva quanto as interpretações errôneas, da verdade como télos de um processo de retificação potencialmente infinito. (PÊCHEUX, 1990, p. 39-40).

É uma crítica àquela ideia de que Marx não foi compreendido como deveria, e que, por isso, o socialismo não ocorreu de maneira perfeita, é uma crítica aos marxistas em geral, mesmo Pêcheux sendo um “marxista”, é a distância entre a concepção de sentido no marxismo, nesse aspecto, filológica, e na AD³¹.

Maingueneau (2012, p. 21), outrossim, embora por outro viés, enxerga uma aproximação entre a abordagem marxista da literatura e a filologia. A diferença dar-se-ia apenas no nível vocabular, já que a ideia de a obra literária expressar uma visão de mundo continua. Apesar de Maingueneau não enfatizar isso, acrescentaríamos um elemento distintivo considerável entre essas duas concepções: a corrente marxista levará em conta a relação entre discursos e classes sociais, algo que a filologia não faz, pois entende a sociedade apenas do ponto de vista da classe dominante, sendo, portanto, mais redutora em termos de pensamento.

²⁹ Já tratamos da concepção filológica de leitura separadamente, em 3.1, pois a filologia não representou somente uma proposta de interpretação do texto literário, mas uma concepção geral de leitura.

³⁰ A distância entre a AD e a linguística (científica) é escusável secundar nesta seção.

³¹ Noutra passagem, Pêcheux (2014c, p. 161, grifo nosso) reitera, e não se isenta da crítica: “Eu gostaria que, marxistas ou não, sejamos capazes de frustrar, em nosso domínio de investigação e de reflexão, a irresistível tendência ao narcisismo teórico que pode tomar diversas formas integrativas, entre a a-historicidade antropológica e a historicidade homogênea de um simbolismo coletivo que parece ter dificuldades em suportar a categoria de contradição. [...] Submeto esta discussão crítica, e as hipóteses que ela contém, à discussão geral, de maneira que **meu próprio narcisismo teórico não seja injustamente protegido**”.

Freud, por sua vez, trata de duplo sentido, ao investigar os chistes. Novamente, a compreensão de que o sentido está no texto, a ideia de conteúdo a ser explorado, de que um chiste limita-se a expressar uma ambiguidade:

A este ponto devemos estar preparados para enfrentar uma objeção que afirma que estas sutis distinções estão procurando separar coisas que pertencem ao mesmo todo. Será que todo duplo sentido possibilita um deslocamento desviando o curso do pensamento de um sentido para outro? Estaremos, pois, preparados para permitir a postulação do ‘duplo sentido’ e do ‘deslocamento’ como representantes de dois tipos de técnicas de chiste bastante diferentes? (FREUD, 2006, p. 36).

Na AD, o sentido está ligado à memória discursiva ou interdiscurso e a usos dominantes na sociedade, porém, não é fixo. O que pode parecer um chiste ou uma piada para alguns; para outros, pode ser uma ofensa, cabendo, em alguns casos e lugares, *inclusive* uma ação penal, visto que o sentido pode sempre variar de acordo com a formação discursiva (FD) em que está inserido quem lê o texto. Não cremos que Freud estivesse ciente disso ao discutir os chistes:

Dois judeus se encontram nas vizinhanças de um balneário. “Você tomou um banho?³²”, pergunta um deles. “O quê?”, retruca o outro, “há um faltando?” [Freud comenta que] Se alguém ri de um chiste com toda sinceridade, não está precisamente na melhor condição de investigar sua técnica. Daí que algumas dificuldades assomam quanto ao progresso dessas análises. [...] a técnica do chiste [...] consiste no uso da palavra ‘tomar’ em dois sentidos. Para um dos interlocutores, ‘tomar’ é o neutro auxiliar; para o outro, trata-se do verbo com seu sentido esvaziado. Lidamos portanto com o caso do uso ‘pleno’ e ‘esvaziado’ da mesma palavra [...] Se substituirmos a expressão ‘tomou um banho’ pela equivalente, mais simples, ‘banhou-se’, o chiste se esvai. [...] Dessa forma, o chiste uma vez mais conecta-se à forma da expressão ‘tomou um banho’. [Na verdade?] O chiste [...] assenta [...] na segunda pergunta: ‘O quê? há um faltando?’. Não se pode negar a esta resposta caráter chistoso, seja por alguma extensão ou modificação, sem interferência com o sentido. Temos também impressão que na réplica do segundo judeu o fato de que nem lhe ocorre a ideia de ter-se banhado é mais importante que a compreensão errônea da palavra ‘tomar’. (FREUD, 2006, p. 33-34).

Não iremos negar o valor da reflexão de Freud; no entanto, o chiste abre espaço para outras interpretações. Tomemos como exemplo alguém que abomine o antissemitismo, seja judeu, seja de outra nacionalidade qualquer, inserido nessa FD, o chiste soará como uma

³² Em português, o chiste é intraduzível, por isso não faz sentido. No entanto, em inglês, por exemplo, a primeira pergunta (“Você tomou um banho?”) é “Have you taken a bath?”. E, nessa língua, ‘take a bath’ é, precisamente, tomar banho de banheira, ou seja, não vale para banho de chuveiro. Assim, ‘take a bath’, “tomar/pegar uma banheira”, pode apresentar os dois sentidos que Freud está tentando apresentar como possibilitadores do chiste, já que a segunda pergunta do interlocutor ficaria traduzida assim: ‘há uma (banheira) faltando?’ Obviamente, no alemão, língua original da obra de Freud, as coisas devem ocorrer de modo semelhante.

ofensa e não provocará riso algum, uma vez que os judeus estão sendo chamados indiretamente de sujos. Imaginemos, outrossim, a possibilidade de um germanófono não atribuir sentido nenhum ao chiste, já que há muitas pessoas que não entendem certas “pilhérias”. Se isso ocorrer, qual é o sentido do chiste para esse ouvinte? Ou se o chiste chega aos ouvidos de alguém, um brasileiro, que desconheça o discurso antissemita ou o que seja um judeu, qual é o sentido do chiste nesse caso? Notemos como não é só uma questão de gramática, de saber quando um verbo é parte de uma expressão e quando ele não é, há de mister conhecer também o exterior ao texto, ou seja, determinadas FDs. Demais, pensemos num religioso cuja ideologia religiosa proíba o riso, que esteja convicto de que esse prazer é um pecado, sua relação com esse texto não será a que Freud espera. Também não seria absurdo incluir leitores que desprezem o texto em virtude da sua inverossimilhança, presente na resposta “há um faltando?” Quem poderia, realmente, responder com tal pergunta? Ainda é viável considerar que um leitor não perceba o antissemitismo do chiste e julgue que o segundo judeu estava brincando com o primeiro ao responder de maneira tão absurda. Portanto, não há sentido ou duplo sentido, há bem mais que isso, os efeitos de sentido são inúmeros, se o chiste não for enunciado em condições ideais, algo muito provável de acontecer.

Apesar disso, a percepção de Pêcheux de que sempre dizemos mais do que queremos ao enunciar tem muito da contribuição da teoria do inconsciente, o qual “se expressa na fala à revelia da intenção do sujeito e além de seu conhecimento consciente. O sujeito diz mais do que pensa e do que quer dizer; a fala tem a propriedade de ser inevitavelmente ambígua”. (CASTRO, 1986, p. 5). Não nos delongaremos mais nesses pormenores. O fato é que, se não existissem essas divergências, tornar-se-ia justamente questionável a intervenção da AD como mais uma corrente de investigação da literatura, pois, reiteremos, já existe a crítica marxista e a crítica psicanalítica.

No tocante à linguística e sua relação com a literatura, o estruturalismo serve de base para diversas correntes imanentistas e para a própria configuração da teoria da literatura no início do século XX, ou de uma nova teoria da literatura, crítica literária ou poética³³, já que os estudos, nessa área, remontam, no Ocidente, a Platão e a Aristóteles. Uma corrente da teoria literária, o formalismo russo, concebe-a como um ramo da linguística. Jakobson (1999, p. 119) defende essa tese:

³³ “[...] no século XX observa-se concorrência de uso dos termos crítica literária, poética, ciência da literatura [influenciado pelo alemão *Literaturwissenschaft*] e teoria da literatura.” (SOUZA, 1986, p. 30). Utilizamo-los como intercambiáveis, conquanto estejamos a par das sutis diferenças entre eles. Porém, ‘poética’ pode também tratar-se de adjetivo feminino singular ou da obra homônima de Aristóteles.

A Poética [teoria da literatura] trata dos problemas da estrutura verbal, assim como a análise de pintura se ocupa da estrutura pictorial. Como a Linguística é a ciência global da estrutura verbal, a Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística.

As concepções de linguagem de Jakobson e de Pêcheux são bastante distintas, o que serve, mais uma vez, para legitimar a análise do discurso literário. Como o alvo da AD é o discurso, suas preocupações vão sempre além do puramente estético; com efeito, forma também é discurso, e é por esse viés que a AD trata desse tema como uma nova crítica literária. Enquanto se estabelece nesse papel, a AD questionará diversos pontos de uma concepção de literatura, por exemplo, formalista, a iniciar pela tentativa de fixar as diferenças entre um texto literário e um texto não literário. A propósito, ao definir o objeto precípua da teoria da literatura, Jakobson (1999, p. 118-119, grifo do autor) faz esta afirmação:

A Poética trata fundamentalmente do problema: *Que é que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte?* Sendo o objeto principal da Poética as *differentia specifica* entre a arte verbal e as outras artes e espécies de condutas verbais, cabe-lhe um lugar de preeminência nos estudos literários³⁴.

Os formalistas consideravam que a crítica deveria tratar exclusivamente da “obra literária” e afastar o enfoque filosófico, psicanalítico, sociológico (questões que interessam à AD). Sobre os formalistas, Moisés (1982, p. 305) afirma que “nutriam a esperança de chegar a uma ciência da Literatura, que tivesse por objeto não a Literatura, mas a ‘literariedade’ do texto, ou seja, aquilo que o torna literário”. Essa separação problemática entre conteúdo e forma, como se isso fosse possível, reduziria o texto literário a nada, porquanto a qualidade de uma metáfora, por exemplo, é indissociável dos efeitos de sentido que se criam a partir dela. Destarte, interessa-nos mais uma concepção de literatura que envolva a totalidade do que encontramos no literário, pois o que seria da capacidade da obra de arte de despertar nossa sensibilidade humana se a limitássemos apenas à suposta literariedade? Sobre esse ponto, estamos mais de acordo com esta posição para, *inclusive*, responder à questão feita por Roman Jakobson mais acima:

[O] caráter *literário* das obras literárias reside precisamente na integração de todos os elementos recebidos das várias formas de conhecimento que influenciam a Literatura, integração essa que se transforma em unidade, em

³⁴ Contudo, Jakobson (1999, p. 119) acrescenta: “É evidente que muitos dos procedimentos estudados pela Poética não se confinam à arte verbal”.

totalidade³⁵. Noutros termos: o texto literário caldeia, transfigura e unifica tudo quanto a sensibilidade do escritor capta do mundo de fora em matéria de realidade sociológica, política, psicológica, etc. (MOISÉS, 1982, p. 314-315, grifo do autor).

Nota-se, no formalismo, a mesma posição de Saussure em relação à língua, isto é, relegar o significado a segundo plano a fim de possibilitar, também à poética (ou teoria da literatura), o *status* de ciência. E se o linguista suíço considerou a linguística parte da semiótica, analogamente, a poética formalista foi encaixada na linguística por Jakobson. Não é preciso lembrar como a linguística saussuriana é insuficiente para resolver os problemas linguísticos, o que, para mantermos o procedimento do linguista russo, pode-se estender para o formalismo quanto a dar conta do discurso literário.

Na AD³⁶, o poético³⁷, ou a literariedade, na concepção dos formalistas russos, não reside fora da linguagem. É uma propriedade da língua essa possibilidade de deslizamento para o poético, de fazer a palavra passar de um sentido a outro. Curiosamente, a tese de Jakobson de que o objeto da poética é unicamente a literariedade, lançar-nos-ia para a análise de qualquer texto em que se encontrasse a literariedade, a qual não é exclusividade do que, atualmente, considera-se literatura. Como amostra disso, no Brasil, recentemente, passou a circular este discurso: “MAIS CONHA, MENOS CUNHA!”, de autoria do Growroom, um grupo que pleiteia a legalização da maconha e que, como se pode ler, deseja o impedimento de Eduardo Cunha, atual Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, por seu envolvimento comprovado em corrupção. É um discurso de natureza política no qual se podem encontrar diversos elementos “poéticos”: “ambiguidade”, antítese, paronomásia, metáfora. Como, para a AD, não há o discurso poético, no sentido de algo fora da língua, o que significa privar o texto literário da exclusividade da literariedade, essa ocorrência de elementos “conotativos” em outros discursos é algo esperado por fazer parte da natureza da língua:

³⁵ Com essa ideia de “totalidade” não podemos concordar, pois a obra literária não faz sentido isoladamente, não é um todo semântico. É preciso sempre relacioná-la a outros textos, quer literários, quer não literários.

³⁶ A concepção de discurso literário como discurso constituinte, defendida por Maingueneau (2012, p. 59-71), não faz sentido para nós. Ele, além de unificar os discursos literário, religioso e filosófico e científico, quanto a esse aspecto, enxerga o discurso literário como origem de outros discursos, mas não originado ele também. Aliás, Maingueneau até reconhece que os “discursos constituintes” não são apenas fundadores, interagem com os discursos “não constituintes”, mas possuem a característica de negar isso. Na verdade, muita gente quando fala também se considera a origem do discurso. Pêcheux chama a isso de esquecimento nº 1 e, como se pode perceber, não é exclusividade do discurso literário e, por isso, insuficiente para defini-lo.

³⁷ Ao ser questionado sobre o que era para ele o poético, João Cabral deu esta resposta: “Para mim, a poesia é uma construção, como uma casa. Isso eu aprendi com Le Corbusier. A poesia é uma composição, quero dizer uma coisa construída, planejada — de fora para dentro. Ninguém imagina que Picasso fez os quadros que fez porque estava inspirado. O problema dele era pegar a tela, estudar os espaços, os volumes. Eu só entendo o poético neste sentido. Vou fazer uma poesia de tal extensão, com tais e tais elementos, coisas que eu vou colocando com se fossem tijolos. É por isso que eu posso gastar anos fazendo um poema: porque existe planejamento”. (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 1996, p. 21).

Da nossa perspectiva, não há “desvio” — e, portanto, não há linguagem “poética”. Há somente um processo geral de linguagem, funcionando tanto no aprendizado verbal de crianças quanto no uso cotidiano da linguagem por todos os falantes, bem como nos seus usos político e literário. (PÊCHEUX; GADET, 2014, p. 104, grifo dos autores).

Percebamos como o olhar da AD já nos obriga a uma reformulação da concepção de linguagem que prepondera no meio literário, porquanto nem mesmo a linguagem quotidiana está isenta de ser poética. Aparentemente, no dia a dia, a presença de clichês seria mais significativa que no texto literário, em virtude da espontaneidade. Contudo, é mais aceitável pensar numa convivência entre clichês e “novas” metáforas no literário.

Notemos como, no discurso político, humorístico, propagandístico a probabilidade do que a teoria da literatura considera poético ocorrer são enormes. E isso não é uma descoberta dos analistas do discurso, sejamos justos, é mais uma ênfase, pois em Aristóteles (2012, p. 179-184, grifo nosso) já há esse reconhecimento: “este elemento [a metáfora] possui a maior eficácia **tanto na poesia como no discurso oratório** [...] há também metáforas inapropriadas, umas devido ao seu caráter burlesco (**e também os comediógrafos utilizam metáforas**) [...]”.

Essa é uma verificação que desmonta os argumentos contrários a uma análise do discurso literário, pois, se ele compartilha até elementos estéticos com outros textos, como a AD poderia investigar o discurso político, humorístico, etc., mas não o discurso literário? Aliás, nem se pode mesmo garantir essa divisão de maneira clara. O que não deve ocorrer é a preterição desses aspectos artísticos, os quais estão, notadamente, relacionados à literatura, caso a AD arvore-se no papel de crítica literária. Os analistas do discurso precisariam reformular diversas questões, as quais, para fazer parte de um livro didático, por exemplo, teriam de ser sistematizadas.

Não obstante esses argumentos, nossa investigação central trata pouco de questões estéticas, fazemos apenas algumas observações sobre elas no trabalho. Sendo assim, uma vez que, na proposta que serviu de mote a esta dissertação, estamos tratando principalmente do discursivo no texto literário, sem dar muita importância a aspectos mais formais, nossa análise do discurso cabralino é plenamente aceitável tanto por teóricos da literatura, propriamente falando, quanto por analistas do discurso.

Entendemos que a AD já tem muito que contribuir para a análise do discurso literário, mas o termo “consolidando”, que aparece na primeira linha desta seção secundária, deve ser destacado. Nas palavras de Maingueneau (2012, p. 7): “O terreno [...] se acha em

constituição”. Contudo, há críticas literárias que ignoram os aspectos discursivos estéticos e dedicam-se apenas aos elementos tradicionalmente discursivos ou ideológicos, e, mesmo assim, detêm esse *status*, demonstrando que não há a teoria da literatura, mas teorias da literatura, pois não concebemos a teoria da literatura também como algo homogêneo. Essa realidade de que cada crítica literária existente acaba privilegiando determinados aspectos do discurso literário, de que não haja uma sequer que dê conta do discurso literário completamente viabiliza para que a AD também possa ser considerada crítica literária.

3.4 Contribuições da Análise do Discurso para a crítica literária

Discutiremos alguns conceitos tradicionais da literatura que poderiam ser reformulados pela AD, a fim de observarmos como essa disciplina contribuiria para a leitura do discurso literário. São reflexões que se baseiam nos conceitos e nos pressupostos da AD, no que Michel Pêcheux pensava a respeito e, também, em outros analistas do discurso. Trataremos apenas de mais dois conceitos, pois, se não é adequado que esta pesquisa tenha tal lacuna, também não deve deter-se demasiadamente em teoria literária. Outro conceito que já mencionamos, ainda que apressadamente, em 3.3, foi a concepção de poético na AD.

Dissemos que a AD é, principalmente, uma proposta de leitura, um aparato teórico para esse fim: os conceitos de *discurso*, *FD*, *formação ideológica*, *formação imaginária*, etc., os quais precisam também ser aplicados à literatura para que, nesse discurso, seja possível sua interpretação nos moldes da AD, visto que as maneiras cristalizadas de pensar o literário possuem pressupostos que não coincidem com as concepções pecheutianas. Sendo assim, é importante que se faça esta reflexão para que os analistas do discurso passemos a repensar o que já foi formulado por outras concepções de leitura acerca do poético.

3.4.1 A plurissignificação

Entre os elementos que distinguem um texto literário de um texto não literário, está a *plurissignificação*. Esse é um discurso que envolve uma concepção de linguagem que vai de

encontro à AD. Jakobson põe a questão nestes termos, porém, utiliza o termo “ambigüidade”, consoante a tradução³⁸:

A ambigüidade se constitui em característica intrínseca, inalienável, de toda mensagem voltada para si própria, em suma, num corolário obrigatório da poesia. Repitamos com Empson: “As maquinações da ambigüidade estão nas raízes mesmas da poesia”. Não somente a própria mensagem, mas igualmente seu destinatário e seu remetente se tornam ambíguos. (JAKOBSON, 1999, p. 149-150).

Jakobson pensa a linguagem como instrumento de comunicação. A ambigüidade, ao atrapalhar a comunicação, configura um ruído, exceto as ambigüidades propositadas do uso da linguagem poética. Com efeito, alguns discursos até podem ser mais polissêmicos que outros, mas a plurissignificação não é, para a AD, exclusividade da literatura ou da arte. Qualquer discurso, seja literário, seja político não está livre da falta de controle de seu autor sobre os efeitos de sentidos que podem ser gerados:

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. [...] na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2010, p. 36).

Portanto, a tese da plurissignificação literária provém de uma FD defensora de uma unidade de sentido do texto, que considera que a língua é clara, sendo os “ruídos” algo exterior a ela. Desse modo, caberia ao literato romper com a linguagem rotineira e criar a ambigüidade, ou a plurissignificação, como se fosse exequível conter as derivas de sentido de um discurso. Para a AD, o “ruído” é intrínseco à linguagem, independentemente de ser poética ou denotativa. Estudar a linguagem para evitar os ruídos na comunicação é uma fantasia para a AD. Contudo, vejamos como pensa Jakobson (1999, p. 46):

Muitas vezes, em um diálogo, os interlocutores cuidam de verificar se é, de fato, o mesmo código que estão utilizando. “Está me ouvindo? Entendeu o que eu quero dizer?”, pergunta o que fala, quando não é o próprio ouvinte que interrompe a conversa com um “O que é que você quer dizer?” Aí então, com substituir o signo que causa problema por outro signo, que pertença no mesmo código lingüístico ou por todo um grupo de signos do código, o emissor da mensagem procura torná-la mais acessível ao decodificador.

³⁸ Iremos ignorar a distinção entre *ambigüidade*, *plurissignificação* ou *polissemia*. Porém, entendemos que, diferentemente dos dois últimos, a utilização de *ambigüidade* revela uma visão muito limitada das possibilidades de sentido do texto literário.

Essa é mesmo uma situação possível de ocorrer, no entanto, a falta de comunicação ocorre mesmo quando se presume que tudo foi compreendido perfeitamente, circunstância, aliás, mais perigosa, pois envolve a ilusão da univocidade do sentido ou de que a língua é clara. E como estamos tratando de algo inconsciente, não haverá verificação da compreensão entre os interlocutores na maioria dos diálogos. Entretanto, isso não significa que a comunicação (da perspectiva da teoria da comunicação) esteja acontecendo.

Sendo assim, a concepção de que o discurso literário é plurissignificativo, enquanto o discurso não literário é inequívoco não representa a visão de linguagem da AD. É uma suposta diferença que não se sustenta. Nem mesmo teríamos o texto literário como representante do esforço de ampliar as possibilidades de polissemia, já que o sentido é também da ordem das FDs, ou seja, externo à língua. Com base nisso, a plurissignificação como característica “intrínseca, inalienável” apenas da literatura não mais seria levada em consideração.

A fim de que apenas não teorizemos sobre a polissemia no texto não literário, daremos um exemplo com o texto “PARE”, mais precisamente, a placa de trânsito³⁹. Evidentemente que, para que se imagine esse discurso materializado, é preciso pensar uma placa vermelha com letras brancas, presa a uma estaca, fixada na margem de alguma estrada brasileira, isto é, nas condições ideais em que devem estar uma placa de trânsito em funcionamento. O sentido parece óbvio: “*parada obrigatória*”; porém, não é. O linguístico serve de guia, mas, se alguém seguisse à risca o que diz a placa, *ficaria parado com seu carro por tempo indeterminado ao vê-la*. O “sentido oficial” quer que *o motorista siga viagem depois que os carros na via confluyente passem*. Curiosamente, *o motorista nem para quando não visualiza carro nenhum*, situação que não se aplica sempre, já que há circunstâncias em que, só parando o veículo, é possível certificar-se de que a via está livre. Ou melhor, *pode ser igualmente quase parando o veículo*. A propósito, é uma placa endereçada para motoristas, não para pedestres; quem está nessa posição, não estabelece sentido algum. Algo de que já falamos é o contexto, a placa não pode estar em qualquer local. Se acaso estiver no quintal da casa de alguém escorada num muro, não provocará os mesmos efeitos de sentido; na verdade, *não terá*

³⁹ Ousaremos demonstrar a polissemia num discurso dessa natureza. No entanto, com base em Pêcheux (1997, p. 96, grifo do autor) fica claro que as derivações de sentido não ocorrem tão facilmente em códigos, como acontece nas línguas naturais. É sempre possível tentar ajustar o significado deles por existirem línguas à parte que podem explicá-lo: “Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y*; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e as ‘línguas artificiais’, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua ‘natural’: em outros termos, um sistema ‘natural’ não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua”. Ainda assim, no nosso exemplo, apresentamos leituras diversas desse tipo de linguagem, artificial.

nenhum valor legal. Sua apresentação material também é importante, formato, cores, até mesmo o tipo de letra. Entretanto, a leitura da placa não se esgota aí, e, se assim fosse, já teríamos vários sentidos para ela, os quais foram destacados no texto. Outra questão importante, que fará que esse texto, mesmo sendo composto de uma palavra, possa gerar mais sentidos é como os motoristas brasileiros lidam com regras no trânsito, ou seja, a FD em que se inserem. *Muitos condutores não respeitam, em dado momento, os sinais de trânsito por razões diversas: pressa, ignorância, desatenção, rebeldia*; e tudo isso deve ser de conhecimento do motorista prudente e experiente; *há pontos onde os sinais são menos respeitados*; por exemplo, o sinal será mais efetivo num trecho em que haja um guarda de trânsito; *há condutores que não observam a lei se seu carro for maior que o que se aproxima pela outra via*, há aqueles que a querem respeitar, *mas podem ser constrangidos a não fazer isso pelos carros que vêm atrás dele*, especialmente se ele estiver numa motocicleta e o carro de trás for um caminhão que parece não diminuir a velocidade ao aproximar-se da convergência; *nos horários de grande fluxo de automóveis, há trechos em que a passagem só é possível se houver mesmo o desrespeito ao que dita a placa*. Do contrário, o condutor poderia reter o trânsito da via em que se encontra por horas. Como se pôde perceber, a presença da placa tem a pretensão de organizar o trânsito, a fim de que acidentes sejam evitados com sua “leitura apropriada”. No entanto, justamente para poder obedecer à finalidade da existência da placa, é que o motorista pode atribuir-lhe outros sentidos, pois o sentido que foi atribuído a ela pelos legisladores, idealizado, unívoco, dá lugar a outros, no “mundo real”, muitas vezes, em virtude de diversas coerções que afetam as posições discursivas em que se encontra o leitor da placa. De que adiantaria parar e dar passagem aos carros que vêm na faixa concorrente, como exige a lei se, ao agir assim, arrisca-se perder a vida? Ou seja, ferir-se-ia um dos propósitos da criação da placa: conservar a integridade física das pessoas. Assim, um condutor que está na via preferencial e percebe a chegada de um caminhão na outra via, imaginemos um bastante carregado, deve medir se realmente vale a pena fazer a “leitura oficial” do texto em apreço. Se não houver carros atrás do seu, sem dúvida, é muito mais prudente ceder o direito ao caminhoneiro, quando não se percebe uma diminuição na velocidade do caminhão.

Portanto, um discurso, aparentemente tão simples como esse, possibilitou tal discussão; o que dizer de livros, textos extensos, quer literários, quer não literários? Faz-se mister, a esta altura, esclarecer uma questão: não defendemos que o sentido pode ser qualquer um; isso seria negar a história, assim como advogar o sentido literal. Por essa razão, utilizamos a expressão “sentido oficial”, já que se trata de um texto ligado ao governo ou a uma instituição autorizada

por ele para funcionar. O que negamos é que o sentido esteja preso ao texto e que tenhamos sempre de submeter-nos a uma FD específica, podemos recusar o sentido histórico ou mesmo oficial dos textos, o discurso: “O sentido, para a AD, não está já fixado *a priori* como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica”. (ORLANDI, 2007b, p. 27). Assim, no texto literário, estamos autorizados a plurissignificá-lo até certo ponto; existe a consciência de sua polissemia, o que não acontece com os demais textos. Nestes, há uma busca pela univocidade; naqueles, às vezes, a intenção é acentuar a equivocidade. Seja como for, é preciso repensar seriamente a ideia de plurissignificação do discurso literário, e a AD pode auxiliar muito nessa revisão.

3.4.2 Metáfora⁴⁰

Vimos acima, em 3.3, que, apoiando-se na AD, a divisão entre linguagem literária e linguagem não literária tende a esvaír-se. Com efeito, a AD é sempre avessa a categorizações ou divisões estanques. Uma concepção de metáfora, nos moldes da AD, irá de encontro a dois pontos de vista: *o entendimento de que a linguagem literária é exceção*, “*o domingo do pensamento*”, *uma linguagem à parte*, de que já tratamos; e os efeitos dessa visão em relação à metáfora, isto é, *à existência de uma língua que seria denotativa, com sentidos literais, da qual a metáfora não faz parte, é algo incomum*.

Um das explicações mais antigas de que se tem registro sobre a metáfora foi dada por Aristóteles ([2001?], p. 33) na sua *Arte Poética*: “A metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por analogia”. Já aí se encontra o gérmen da concepção mais difundida de metáfora, isto é, “que [ela] viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente *pré-social* e *pré-histórico*” (PÊCHEUX, 2009, p. 123). Contudo, aceitando, por ora, que as coisas são como Aristóteles imaginava, há, nesse pensamento, a ignorância de que o nome “original” possa, igualmente, possuir uma relação metafórica, desfazendo essa separação que ele enxergava.

⁴⁰ Na nota de rodapé anterior, lê-se que ‘metáfora’ na AD significa deslizamento de sentido, sinonímia contextual, algo constitutivo do sentido nas línguas naturais. Entretanto, trataremos da metáfora como figura de linguagem, um tema ligado à retórica, já que estamos tratando do discurso literário. Pêcheux faz considerações sobre o tema em sua obra a partir da visão da retórica também, como se verá mais abaixo.

A palavra ‘brasil’, que nomeia um país, numa frase como ‘O Brasil é o maior país da América do Sul’ é um exemplo de que essa divisão não acontece de modo tão simples. Para a maioria das pessoas, ‘Brasil’, nesse contexto, é denotação. Todavia, se analisarmos a questão mais a fundo, veremos que se trata de linguagem figurada. Isso porque o adjetivo ‘brasil’, significando da cor da brasa, teria passado a qualificar uma árvore, o pau-brasil, a partir de uma característica dela, a cor. Posteriormente, nomearia o lugar em que os portugueses a encontravam, um típico caso de metonímia⁴¹, já que temos aí o continente, Brasil, pelo conteúdo, pau-brasil. Destarte, não pensamos, normalmente, em ‘Brasil’ como uma figura de linguagem, no entanto, quando aceitamos que o país assim se chama por causa da madeira, passamos a repensar a questão. Aliás, se ‘Brasil’ for uma abreviação de ‘pau-brasil’ — os portugueses inicialmente referiam-se, igualmente, à terra como ‘pau-brasil’, não só à árvore, para só depois reduzir o nome para ‘brasil’ em virtude de tanto utilizá-lo — teríamos uma metonímia perfeita. Estamos apenas especulando quanto a isso, uma prática típica dos etimologistas, porém, não faria sentido que, de repente, os portugueses denominassem a terra de ‘brasil’, ‘vermelha’, como é compreensível que tenha feito com a árvore. Entretanto, como vinham muito, nos primeiros anos após o descobrimento, em busca dessa planta, não seria impossível que dissessem, no século XVI, ‘Vamos para o pau-brasil?’, pensando na árvore, e não na terra.

Vamos a mais um exemplo. O vocábulo ‘palavra’, é uma metáfora mais precisamente; originado de *parabolam*, e não de *verbum*, advoga o discurso de que o acesso ao real é indireto, isto é, a palavra não é a coisa, é uma parábola até ela. Podemos, ainda, acrescentar ‘língua’, sinônimo de idioma, sem a ilusão de que, como órgão do corpo, não possa ser, igualmente, resultado de processo metafórico/metonímico, o que vale também para ‘brasil’ (da cor da brasa) e para ‘parábola’. Na verdade, é inviável recuperar a origem última das palavras etimologicamente⁴², o que fizemos foi voltar a determinado ponto da história da

⁴¹ Aristóteles não utiliza esse termo em sua obra, mas nosso propósito é apenas indicar que a distância entre o literário e o não literário é volátil. Assim, nos permitimos esse deslizamento de metáfora para figura de linguagem, assim como Aristóteles também fez, porém, inconscientemente, na sua *Arte Poética*: “Metonímia é uma palavra que não aparece na *Poética*, nem na *Arte retórica*. Gilberto Mendonça Teles ensina que *o termo metonímia deve ter sido criado no período do helenismo greco-latino* [...] Há pesquisadores que não vêem diferença entre metonímia e sinédoque [...] Umberto Eco, no entanto, argumenta que nos quatro tipos de metáfora ensinados por Aristóteles, dois são sinédoques [...]” (LIMA, 2006, p. 34, grifo do autor).

⁴² A etimologia estuda a origem e a evolução das palavras. A palavra é formada pela junção de dois radicais gregos: ἔτυμος (étymos), “verdadeiro”, e de λόγος (lógos), “tratado”, “estudo”. Portanto, “etimologicamente”, etimologia significa ‘o estudo da verdade’. Percebamos um discurso de que a verdade está no passado, na origem. Platão, por exemplo, defendia que tudo que existe neste mundo é reflexo de uma matriz, que está no mundo das ideias. A etimologia é a busca do sentido original e da forma original de uma palavra. A AD refuta o sentido único, original ou atual. De qualquer modo, se fôssemos buscar o étimo de um vocábulo, como querem os etimologistas, isso nos levaria a querer descobrir o étimo do étimo *ad infinitum*, o que também ocorreria com

língua e considerar *um* sentido específico; no entanto, julgamos que esse procedimento foi útil, para mostrar que seria muito complicado provar que o étimo de uma palavra não era, ele mesmo, linguagem figurada também. Esta passagem da obra *Metaphors We Live By*⁴³, de Lakoff e Johnson (2003, p. 4) é ilustrativa do nosso ponto de vista:

Metaphor is for most people a device of the poetic imagination and the rhetorical flourish—a matter of extraordinary rather than ordinary language. Moreover, metaphor is typically viewed as characteristic of language alone, a matter of words rather than thought or action. For this reason, most people think they can get along perfectly well without metaphor. We have found, on the contrary, that metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.⁴⁴

A questão é que normalmente não estamos cientes disso. Lakoff e Johnson (2003, p. 8-9) dão diversos exemplos da presença da metáfora nos discursos quotidianos. Como utilizamos apenas palavras nos nossos, é interessante observar a presença da linguagem figurada, igualmente, em expressões, paráfrases do discurso de que “Tempo é dinheiro.”: Você está *desperdiçando* meu tempo. Como você *gasta* seu tempo? *Perdi* meu tempo com você; Você *tem* tempo de *sobra*? E, assim, Lakoff e Johnson (2003, p. 195-196) chegam à conclusão de que o modo de conceber a metáfora, como algo à parte da linguagem, deve-se ao mito da objetividade, presente na filosofia ocidental desde os pré-socráticos, defendido tanto por racionalistas quanto por empiristas, os quais veem a metáfora como um agente do subjetivismo e, por conseguinte, um óbice para a consecução da verdade.

Pêcheux apresenta a questão por um ângulo um pouco diferente, conquanto a AD, outrossim, enfatize o aspecto irracional do nosso pensamento. Ele concebe que outros sentidos passam a ocorrer simultaneamente na língua. De fato, ‘brasil’, não significando o espaço geográfico, mas com o sentido de ‘tintura’, teria surgido antes de ‘brasil’, o nosso indígena? Em virtude da impossibilidade de encontrarmos a origem de uma FD, (que se dizer

a metáfora, haja vista a palavra língua no sentido de idioma, uma metáfora que pode ter-se originado de outra. No entanto, não há garantia de que houve um momento em que ‘língua’ só se referia a uma parte do corpo humano, mas não a idioma simultaneamente.

⁴³ No Brasil, o livro foi publicado pela Companhia das Letras com o título *Metáforas da Vida Cotidiana*.

⁴⁴ A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e do floreio retórico — uma questão mais de linguagem extraordinária que de linguagem ordinária. Além disso, a metáfora é vista tipicamente com uma característica apenas da linguagem, uma questão de palavras mais que de pensamento ou ação. Por essa razão, a maioria das pessoas pensa que pode viver perfeitamente bem sem a metáfora. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida quotidiana, não apenas na linguagem, mas na ação e no pensamento. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual tanto pensamos quanto agimos, é, fundamentalmente, metafórico por natureza. (Tradução nossa).

então de várias FDs?) torna-se muito incerto pensarmos em metáforas como algo secundário a um sentido denotativo original:

Isto suporia que não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso. Não haveria assim naturalidade “técnica” do balão livre ou da estrada de ferro, ou naturalidade “zoológica” da toupeira, que seria *em seguida* objeto de metáforas literárias ou políticas; a produção discursiva desses objetos “circularia” entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária. (PÊCHEUX, 2014c, p.158, grifo do autor).

Não obstante, essa consideração de Pêcheux, vimos acima que, mesmo se cogitássemos a metáfora da perspectiva da etimologia, ou seja, de que há uma origem recuperável para a língua, não há garantia de que o suposto étimo seria denotativo. Assim, seja de que ponto de vista examinemos a questão, quer da etimologia, quer da AD, o conceito de metáfora mais corriqueiro não se sustenta.

Sendo assim, da forma como é entendida atualmente a metáfora, na perspectiva de uma língua objetiva, com sentido, único, original não encontra fundamento nem mesmo na linguística saussuriana, pois, embora o estruturalismo não lide com o sentido, Saussure rejeita o estudo diacrônico, para considerar apenas o eixo sincrônico da língua, o que afetou, automaticamente, os estudos etimológicos. Assim, a metáfora ainda faz parte de uma concepção de língua anterior à linguística moderna. Do nosso ponto de vista, portanto, a separação entre sentido metafórico e sentido literal só pode existir num nível inconsciente, tanto da onipresença da metáfora quanto das FDs, já que tal distinção não existe efetivamente.

3.5 Conceitos fundamentais da Análise do Discurso utilizados nesta dissertação

Não é tão simples separar cada conceito da AD e tratar apenas dele. Ao falarmos de interdiscurso, trataremos também de “sujeito”, de sentido, entre outros, embora não seja nossa pretensão. Seria mais didático se pudéssemos classificar cada um deles separadamente. A noção de FD e de formação ideológica (FI), por exemplo, é uma amostra perfeita dessa imbricação conceptual a que fazemos alusão. Essa percepção da inadequação do recorte cartesiano, muito adotado pelos cientistas, é própria da AD:

Aqui surge uma dificuldade que os teóricos marxistas conhecem bem: a de caracterizar as fronteiras reais dos objetos reais que correspondem aos conceitos introduzidos (p. ex., formação ideológica, formação discursiva, condições de produção). Esta “dificuldade” não é efeito apenas de um malfadado acaso mas resulta da contradição existente entre a natureza destes conceitos e o uso espontaneamente imobilista e classificatório (de que não se pode impedir a ocorrência) sob a forma de questões aparentemente inevitáveis do tipo: “quantas formações ideológicas existem numa formação social? Quantas formações discursivas pode conter cada uma delas etc.?” Efetivamente, e levando em conta precisamente o caráter *dialético* das realidades aqui designadas, uma *discretização* de tal ordem é radicalmente impossível, salvo se inscrever-se na própria determinação de cada um destes objetos a possibilidade de se transformar em outro, isto é, de denunciar precisamente como ilusão o seu caráter discreto. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 168, grifo dos autores).

Por conseguinte, estamos cientes de que, ao tentar traduzir os conceitos pecheutianos, incorremos no risco de uma simplificação excessiva. Entretanto, consideramos ser oportuno, a fim de estabelecermos alguma tentativa de comunicação com um eventual leitor, especialmente aquele não muito familiarizado com a AD.

3.5.1 O discurso

A palavra discurso remete a diversos sentidos. O mais popular deles é o de *uma exposição oral que se faz a uma plateia*. Há ainda outro uso desse vocábulo, vinculando o enunciado de um indivíduo a determinado segmento ideológico, por exemplo: *Esse é um discurso muito reacionário*. É bem mais que isso que discurso significa na AD, e tentaremos, nesta seção secundária, defini-lo de modo mais preciso, mas esse segundo sentido aproxima-se bem mais do que é discurso para a AD que o primeiro aqui expresso.

A distinção que Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166, grifo dos autores) fazem entre discurso e ideologia é muito relevante para compreendermos melhor o que é o discurso na AD: “se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico”. Em verdade, o termo “materialidade” não deve ser entendido como se o discurso fosse palpável, mas que podemos perceber um posicionamento ideológico a partir dele, com a leitura de um texto, por exemplo, o qual é, com efeito, discurso(s). Por sua vez, Orlandi (2007a, p. 98) concebe que “a expressão ‘materialidade’, na análise de discurso,

adquire seu sentido por se inscrever no quadro do materialismo histórico”. Como se nota, o termo tem origem no marxismo e significa “que as causas últimas do devir histórico não são de natureza ideal ou espiritual, mas materiais, sociais, econômicas e produtivas. [Isto é], *não é a consciência a determinar a existência, mas a existência a determinar a consciência*”⁴⁵. Em relação aos discursos, os sentidos estão ligados às FDs. Não há o sentido único, pois as classes sociais têm interesses econômicos antagônicos. De certo modo, o discurso é ideologia, já que é parte dele, assim como o braço é corpo: “O todo sem a parte não é todo” (Gregório de Matos). No entanto, não devem ser igualados, porque uma ideologia comporta diversos discursos.

É preciso observar que discurso não é língua, conquanto seja por meio dela que o discurso se atualize. Há “a distinção entre base (lingüística) e processo (discursivo) que se desenvolve sobre esta base” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 179). A língua é neutra, opaca, com falhas e equívocos, o que implica declarar que ela não é uma superestrutura ideológica. Os seres humanos utilizam a mesma língua (assim como a linguagem) para materializarem discursos diferentes. Os discursos não são neutros. Sob a mesma língua, podem ser gerados processos discursivos diversos, de acordo com o interesse de pessoas ou de grupos específicos.

Pêcheux (2009, p. 81) não nega que o sistema linguístico, de fato, possua uma autonomia relativa, com leis internas: fonológicas e morfossintáticas, as quais são o objeto específico da linguística; porém, o discurso não pode ser considerado a *parole*, a realização individual da língua. Isso não existe, é uma visão idealista da língua, pois os processos discursivos estão sempre alinhados com alguma ideologia, a qual sempre representa uma classe social. Balibar (1966 apud PÊCHEUX, 2009, p. 82) confirma a questão nestes termos: “O fato de que a língua [...] seja ‘indiferente’ à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam ‘indiferentes’ à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política”.

Não raro, um mesmo discurso, uma declaração considerada polêmica do presidente de um país, será analisado por outros políticos a partir da perspectiva que interessa a seu partido. Se for uma legenda de oposição, provavelmente tentará dar um sentido ao que o presidente falou que comprometa a imagem dele. Nessas situações aparece, amiúde, o verbo deturpar na boca de que fez a declaração ou de seus aliados, acusando seus opositores de terem “deturpado” o sentido das suas palavras, como se as palavras tivessem um sentido fixo. O fato

⁴⁵ NICOLA, U. **Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna**. Tradução de Margherita de Luca. São Paulo: Globo, 2005, p. 399, grifo do autor.

é que os grupos interpretam os textos de acordo com seus interesses políticos ou de classe. No entanto, também não há uma liberdade total de interpretação. Há condicionamentos linguísticos e históricos. Sobre essa distinção entre língua e discurso, Orlandi (2010, p. 22) faz uma advertência:

[...] a fronteira entre língua e discurso é posta em causa sistematicamente em cada prática discursiva, pois as sistematicidades acima referidas não existem [...] sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica. A relação é de recobrimento, não havendo portanto uma separação estável entre eles.

Também há diferenças entre discurso e linguagem. A linguagem pode ser visual, verbal, de sinais, e, apesar dessa natureza distinta, pode servir para um mesmo discurso. Da mesma maneira, discursos que se opõem podem ser defendidos com o mesmo tipo de linguagem. A AD, ainda, diverge bastante da teoria da comunicação desenvolvida por Roman Jakobson. O ponto central dessa teoria é que a linguagem é instrumento de comunicação. Contudo, sobre esse assunto, Orlandi (2010, p. 21, grifo nosso) faz a seguinte ressalva concomitantemente a sua definição de discurso:

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: *o discurso é efeito de sentido entre locutores.*

Tomemos, assim, a linguagem como aquela que viabiliza a relação entre seres humanos, ou melhor, alguma relação. Decerto, não existe linguagem sem discurso, nem discurso sem linguagem. Porém, é possível imaginar que as diversas classes sociais utilizem uma mesma linguagem, mas não os mesmos discursos.

A este ponto, cabe trazer aqui uma apresentação de discurso por Pêcheux mais específica, que toma o lugar dos gêneros do discurso ou do texto, como já se mencionou de modo não tão direto nesta seção secundária:

Chamaremos discurso uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso. (PÊCHEUX, 2014a, p. 214).

Nessa definição, questões que ainda não tinham sido citadas aparecem: a historicidade do discurso, ou seja, as condições históricas ou de produção, as quais não podem ser excluídas na construção do sentido. Pêcheux, ainda, faz alusão ao interdiscurso, do qual trataremos mais abaixo, e ao lugar ou posição daquele que fala e, igualmente, daquele que ouve.

A fim de que se tenha um exemplo concreto disso, pode-se pensar numa fala de Paulo Skaf, presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que foi exibida no Jornal Nacional da Rede Globo em 2015. Apesar dessa imprecisão quanto à data, é possível encontrar vídeos de Paulo Skaf na rede confirmando o que será relatado aqui. Na tentativa de influenciar a aprovação do PL 4330/04, que trata da terceirização, ele, que também é membro do PMDB, coloca-se a favor da alteração na lei, apresentando (ou criando) apenas pontos positivos que se fundamentam no argumento de que a terceirização já é uma realidade. Embora isso seja verdade, esse projeto de lei pretendia criar outras realidades, e disso Paulo Skaf não tratou, como a terceirização das atividades-fim, o que não é permitido ainda atualmente. O que importa, efetivamente, nesta discussão, é compreender que o posicionamento discursivo de Paulo Skaf apresenta todas essas características da definição de Pêcheux: a extensão; a historicidade: essa questão não seria discutida na época da escravidão, por exemplo; o interdiscurso, o que diz o locutor é compreendido, porque existem outros discursos que tratam da mesma questão, como o próprio projeto de lei; o lugar ou posição daquele que fala: o projeto de lei tornaria as condições de trabalho mais precárias para os trabalhadores e favoreceria os grandes empresários, o que é muito óbvio, pois não podemos imaginar que Paulo Skaf está no cargo de presidente da FIESP para dar prejuízo aos seus colegas e a si mesmo, já que ele é empresário, e ajudar os funcionários.

3.5.2 O silêncio

Pode existir discurso, mesmo no silêncio ou no não dito. Orlandi (2007a, p. 102) distingue silêncio de implícito. Este “é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”. Se voltarmos a refletir sobre a fala de Paulo Skaf sobre a terceirização, é possível notar que o silêncio (a exclusão) sobre as mudanças nas atividades-fim, por exemplo, já que há outros silêncios ali, ajuda-nos a compreender seu posicionamento

em relação ao PL 4330/04. Orlandi ainda classifica o silêncio em dois tipos: a) o silêncio fundador e b) a política do silêncio.

O silêncio fundador está relacionado à possibilidade de significação. Sem ele, não poderíamos compreender um texto. O texto fecha-se arbitrariamente, pois sempre há o que dizer; no entanto, seria impossível chegar a alguma conclusão com uma sequência verbal infinita. As palavras também são delimitadas uma das outras pelo silêncio e, mesmo internamente, entre as sílabas há igualmente silêncio.

A política do silêncio, por sua vez, pode ser subdividida em: a) silêncio constitutivo e b) silêncio local (a censura). O silêncio constitutivo está presente em todos os discursos, pois ao falar de alguma coisa, preciso calar-me em relação a outras. Apesar de muito parecido com o silêncio fundador, está, ainda, relacionado com a seleção que fazemos do que será dito. Um discurso preenche um espaço que poderia ser de outro, e utiliza-se esse recurso para a defesa de um determinado ponto de vista.

O silêncio local ou censura não é necessariamente calar o interlocutor. O que está em jogo é proibi-lo de sustentar um discurso contrário. O silêncio local existe não apenas nos regimes ditatoriais, mas também nos regimes democráticos. Há discursos que não podem mais ser sustentados atualmente, pelo menos não direta ou publicamente. Um deles seria a defesa da volta da escravidão; outro, bater em crianças com cipós para educá-las. Um jornalista brasileiro, hipoteticamente falando, que sustentasse publicamente esses discursos, no mínimo, enfrentaria algum tipo de problema. Esse tipo de silêncio local, no entanto, é benéfico, pois a escravidão e o espancamento ferem a dignidade humana, um valor absoluto atualmente. Contudo, quando as pessoas não têm o direito a fazer crítica nenhuma a um poder instituído e, ao tentarem fazê-lo, são cerceadas ou violentadas fisicamente, nesse caso, o silêncio local é maléfico.

Na literatura brasileira, há um caso emblemático de silêncio constitutivo. É quando José de Alencar, em *O Guarani*, não menciona o negro na história da formação do Brasil. Seu romance trata apenas dos índios e dos portugueses. Não aparece a escravidão, nem a mistura entre as três raças. Os brasileiros não teriam o DNA africano, porque não houve negros na história do Brasil. A presença do africano na história do Brasil, no entanto, não é negada, é silenciada, como quem destrói um documento. Seríamos todos mamelucos, frutos da mistura de Peri (índio) e Cecília (branca). Não haveria o mulato nem o cafuzo. Em *Morte e Vida Severina*, veremos se há reflexão em torno das causas da situação dos severinos ou se isso é silenciado, se essa condição aparece como se fosse uma fatalidade.

Na imprensa, o tempo todo, vozes são silenciadas. A Rede Globo de Televisão, por exemplo, não faz referência a seus concorrentes. É comum vermos um apresentador da TV Bandeirantes ou do SBT mencionar a Rede Globo. Isso não ocorre na Globo, exceto em situações muitíssimo especiais. O não dito tem a força de evitar qualquer tipo de propaganda. Pode funcionar mais do que faria uma voz de crítica a esses concorrentes. É como se eles não existissem. Além disso, os discursos contrários ao que pensam os donos da Rede Globo têm bem menos espaço que os discursos que lhes favorecem, quando não são censurados. Isso evidencia que não existe neutralidade no jornalismo ou na imprensa de um modo geral. O exame dos textos, ou melhor, dos discursos torna patente que sempre se fala de algum lugar, sempre se adota uma posição discursiva. Não existe discurso neutro.

3.5.3 O interdiscurso

O que denominamos discurso é, na verdade, um interdiscurso, quando considerado sob determinados aspectos, uma vez que todo discurso retoma um discurso anterior. Não existe um discurso fundador de uma FD, embora possamos ter a ilusão de que as coisas se deem de outro modo e que inauguramos um ponto de vista na sociedade. Em termos discursivos, a criatividade não é algo impossível, mas extremamente raro.

O sujeito⁴⁶ não é a origem do sentido, autor do discurso que ora defende, mas “ele” não sabe disso. À inconsciência de que é assujeitado pela ideologia, Pêcheux chama de esquecimento nº 1. E é essa preexistência do discurso, é o já dito, presente na FD, que possibilitará a “construção do sentido”, que nada mais é que filiar um discurso a uma FD. O discurso, portanto, é uma paráfrase do interdiscurso, o “sujeito” é apenas um porta-voz. Há sempre algo anterior a ele:

Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de *encadeamento do pré-construído* e o efeito do que chamamos *articulação* — que consideramos, de início, como leis psico-lógicas [sic] do pensamento — são, na realidade,

⁴⁶ Estamos utilizando o termo sujeito, mas ele aqui significa, com efeito, assujeitado, como o concebe Pêcheux.

determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso. (PÊCHEUX, 2009, p. 149, grifo do autor).

À ilusão de univocidade do sentido, Pêcheux chama de esquecimento nº 2. O sentido não existe *a priori*, mas, por meio de uma memória discursiva, alguns sentidos vão permanecendo e formam uma espécie de tradição; no entanto, Pêcheux esclarece que o sentido não é completamente solto, ele é delimitado pela posição do emissor:

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não “existe em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem⁴⁷. (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147, grifo do autor).

A partir dessa citação também é possível afirmar que João Cabral pode ser considerado tanto racionalista quanto irracionalista, pois nossa posição é de relativizar sua formação imaginária (FI_m), de perceber contradições em sua FI, não como um defeito, mas como algo inerente ao discurso, já que ele é vazio de sentido, ou também, cheio de sentidos.

O conceito de intertextualidade⁴⁸ não deve ser confundido com interdiscurso. Apesar de certa similitude, são ideias bem diversas. O interdiscurso é uma concepção bem mais ampla com relação a autorizar o sentido de um texto por meio da ativação de nossa memória discursiva. A fim de que se tenha uma noção, um texto em chinês e um texto em português podem ter uma relação interdiscursiva. A intertextualidade não tem esse alcance de percepção.

A canção ‘A Raposa e as Uvas’, de Reginaldo Rossi, é outro exemplo interessante da diferença entre intertextualidade e interdiscurso. Nela, é retomada a fábula homônima de Esopo. No entanto, o eu lírico (da canção), metaforicamente a raposa, “tinha certeza que, no fim do baile, na [sua] lambreta, aquele broto bonito (as uvas) ia-[lhe] abraçar”. Como se pode notar, a noite termina da maneira como o eu lírico espera, o final é feliz; ao passo que, na

⁴⁷ Poderíamos dar diversos exemplos. Por ora peguemos um bem atual: a palavra terrorista. Para os judeus, são os grupos que, sem declarar uma guerra oficialmente, atacam Israel ou seu povo. Para os muçulmanos que fazem esses ataques, os judeus é que são terroristas, porque tomaram uma terra que não mais lhes pertenciam há aproximadamente dois mil anos. Assim, por estarem esses grupos inseridos em FDs distintas quanto à ideia do que é terror, essa palavra não tem, *grosso modo*, o mesmo sentido para judeus e para muçulmanos.

⁴⁸ Intertextualidade é, basicamente, quando um texto cita outro texto. É um conceito mais formal que discursivo. Sendo assim, não é alvo de estudo por parte da AD.

fábula de Esopo, as coisas não saem do modo como a raposa gostaria, ela não consegue pegar as uvas, o que a faz desdenhar delas. Portanto, embora haja uma relação formal entre os textos, intertextualidade, não se dá o mesmo discursivamente. Não há nem mesmo uma negação do discurso histórico presente na narrativa escrita, o que, igualmente, configuraria uma relação interdiscursiva, a relação é meramente formal. Algo que ainda pode ser acrescentado acerca da disparidade entre interdiscurso e intertextualidade é que este conceito geralmente limita-se a dois textos, já uma sequência (incontável) de interdiscursos dará origem a uma FD.

3.5.4 Formação discursiva e formação ideológica

A expressão *formação discursiva* não possui um único significado na AD. É utilizada tanto para referir-se à determinada posição discursiva quanto no sentido de discurso/interdiscurso, já que, nela, também está implícita a ideia de que o discurso possui uma história anterior ao sujeito e de que não se pode chegar à origem de um discurso. Uma questão também importante, já mencionada, é que a relação entre sentido e FD é indissociável na AD, em outras palavras, não há sentido fora das FDs.

De início, trataremos um pouco da segunda acepção a fim de distinguir o termo FD de interdiscurso, pois, normalmente, quando se fala em interdiscurso, leva-se em consideração um discurso anterior, não diversos discursos sobre um determinado tema. Além disso, o interdiscurso pode ser um discurso contrário, não necessariamente uma paráfrase, como costuma mais ou menos ser a constituição de um mesmo discurso no tempo ou FD. Como exemplo, peguemos um discurso qualquer, o antissemitismo. Possui uma história no tempo, uma formação, com regularidades e dispersões. Não foi um sentimento exclusivo dos nazistas. A aversão ao judeu, presente ainda hoje no mundo árabe e em muitos discursos racistas, nem mesmo tem um início identificável, no Ocidente, com a morte de Jesus no lugar de Barrabás, pois não se pode esperar que os romanos nutrissem apreço por um povo dominado por eles. Destarte, só o fato de ser subjogado pelos romanos já fazia existir, nesse povo, o antissemitismo. Os brasileiros passaram por isso e ainda são discriminados pelos portugueses. Seria possível voltar mais no tempo e ver outros casos de antissemitismo, especialmente nos povos rivais dos judeus como os babilônios, algo que estimamos escusável. Entretanto, não se pode supor que a FD antissemita funcione da mesma maneira em todos esses contextos históricos diferentes. Na Alemanha nazista, por exemplo, era muito comum igualar os judeus

a ratos, e um dos argumentos de Hitler, para justificar o ódio aos judeus, é que a eles, mais do que a qualquer raça, interessava o socialismo. Como esse sistema político-econômico não valorizava nenhuma raça específica e, por essa razão, foi chamado de internacionalismo, os judeus estariam por trás dele, a fim de que todas as raças fossem igualadas, já que, num mundo aristocrático, no qual o nascimento, ter linhagem é o que dava mais *status* às pessoas, os judeus, uma “raça inferior”, seriam sempre menosprezados. Essa forma de ver os judeus e de justificar o antissemitismo não faria muito sentido para os católicos que expulsaram do Recife os judeus no século XVI como fazia para os alemães inseridos numa FD antissocialista. Os argumentos desses católicos, obviamente, eram outros. Ainda assim, apesar de se tratar da mesma FD, Hitler não poderia invocar esse ódio do nada, ele já existia na Europa; todavia, há algum afastamento, nesse caso, novos “argumentos”.

Outro uso de FD faz que a expressão confunda-se com discurso, como se pode observar na citação em 3.5, em que as FDs aparecem como partes integrantes de uma FI. Aliás, não é raro ver igualmente o conceito de FD ser utilizado no lugar de FI, como se estivesse ocorrendo uma espécie de extensão de seu significado. Um exemplo disso seria falarmos em FD cristã, como já vimos fazê-lo Mussalim (2006, p. 119). No entanto, na concepção pecheutiana não existe uma FD cristã, mas uma FI cristã, já que o cristianismo é uma ideologia, comporta diversos discursos. O cristianismo possui um discurso em relação ao sexo, um discurso em relação à nudez, um discurso em relação ao casamento, ao divórcio. Decerto que o texto bíblico apresenta muitas FDs antagônicas, mas deixemos isso à parte por ora. Diversas FDs formam, portanto, uma FI:

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166-167, grifo dos autores).

Visto que uma FI pode ser formada por somente uma FD, talvez isso elucidie a utilização do termo FD no lugar de FI igualmente em ocorrências em que apenas caberia este. Fica patente, nessa citação, que a FD com a qual um indivíduo se identifica irá determinar seu discurso em relação a diversos temas. Todavia, como um discurso para significar para um sujeito depende da FD em que ele se insere, na prática, a FD passa a ser também o lugar ideológico de onde se fala ou posição discursiva. Esta passagem seguinte confirma, mais uma vez, o que vimos defendendo sobre a diferença entre FD e FI:

[...] as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes. Tomemos um exemplo: *a formação ideológica religiosa* constitui, no modo de produção feudal, a forma da *ideologia dominante*; ela realiza “a interpelação dos indivíduos em sujeitos” através do Aparelho Ideológico do Estado religioso “especializado” nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc....) que, sob a figura da religião, intervêm, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto no próprio interior das relações de produção feudais. Na realização destas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto componentes, combinadas cada vez em formas específicas [...] (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 167, grifo dos autores).

Pêcheux; Fuchs (1997) ainda acrescentam que muitas das FDs de uma FI, mesmo aquelas de uma ideologia religiosa, integram outras FIs, novas ou já existentes. Reiteramos que não há discurso inédito, nisso reside o próprio conceito de FDs, mas, ao serem agrupadas, podemos criar uma nova FI. A ideologia nazista é uma boa amostra disso. Sua visão do homem, da raça, da arquitetura, não é nova. A novidade está na combinação de diversas FDs específicas⁴⁹.

O nazismo, como toda FI, está sujeito à lei de desigualdade-contradição-subordinação entre suas FDs. Para termos uma amostra concreta do que significa *contradição*, numa FI, podemos apreciar o discurso homofóbico na Alemanha fascista e confrontá-lo com o discurso de valorização da arquitetura clássica. Não é coerente perseguir e assassinar homossexuais e, ao mesmo tempo, prestigiar um estilo artístico e mesmo o modo de vida grego (espartano), quando se sabe que muitos gregos eram bissexuais ou homossexuais. Não é possível ter certeza, mas, dificilmente, os artistas gregos seriam heterossexuais para receberem tanta admiração de Hitler e, conseqüentemente, dos nazistas. Mais grave ainda e até muito óbvio, havia fascistas gays na Alemanha, inclusive no alto escalão. Ernst Röhm é um exemplo conhecido. No entanto, homossexuais foram perseguidos na Alemanha, provavelmente por causa da importância da virilidade naquela sociedade. Assim, toda FI apresenta contradição entre algumas de suas FDs.

A propósito, ainda sobre *contradição* numa FI, há quem costume defender que certas FDs não podem deixar uma FI para não deturpá-la, desvirtuá-la. Ao negar, por exemplo, alguns pontos da lei judaica de sua época, isto é, algumas FDs, Jesus acabou contribuindo para o surgimento de uma “nova religião”, o cristianismo, que mantém muitas FDs em comum com o judaísmo (ambos tratados como homogêneos por praticidade), o monoteísmo é

⁴⁹ Se compararmos o fascismo alemão com o fascismo italiano, veremos que as FDs são praticamente as mesmas. Uma diferença curiosa é o discurso de raça superior, muito enfatizado na Alemanha nazista.

uma delas. Nesse caso específico, as pequenas diferenças geraram um cisma no judaísmo. Dentro do budismo, no entanto, há o budismo ortodoxo e o budismo heterodoxo. As discordâncias sobre alguns discursos não foram suficientes para uma nova “religião”. Para a AD, a existência de heterodoxias é algo do discurso, de sua possibilidade de polissemia, é uma demonstração do deslocamento. A utilização de FD por FI, aparentemente censurada acima por nós, é parte desse movimento de deriva de sentido.

O significado de *desigualdade*, numa FI, relaciona-se de modo diametral com o de paráfrase, porquanto é preciso que um discurso não seja paráfrase de outro na formação de uma FI. O discurso que parafraseia outro é, na verdade, o mesmo discurso. A desigualdade, assim, é uma necessidade inerente à existência de uma FI.

A noção de *subordinação* também não oferece grande dificuldade de compreensão. Numa FI, alguns discursos serão mais importantes do que outros. No cristianismo, por exemplo, ser celibatário não é tão importante quanto acreditar que Jesus ressuscitou. Mesmo no catolicismo, com exceção dos sacerdotes, o celibato é algo dispensável para os fiéis. Desse modo, o discurso em torno da importância do celibato, o qual não é tão simples quanto o estamos tratando aqui, tem menos importância para um cristão que o discurso da ressurreição de Jesus, ou o discurso de que Jesus era O Cristo, e não apenas O Nazareno. A questão da subordinação de uns discursos em relação a outros, numa FI, possui essa configuração.

Uma vez que as pessoas são interpeladas por diversas FDs e advogam algum dos discursos sobre infinitos assuntos, pena de morte, fidelidade conjugal, importância da leitura, pode-se igualmente atestar que cada uma delas representa uma FI. Obviamente, há uma coerção do Estado, das igrejas, da escola, etc., tácita ou explícita, para que nos filieemos todos às mesmas FDs e sejamos uma só FI. Isso ocorre tanto em países onde há níveis avançados de educação quanto em lugares como o Oriente Médio. Por caminhos diversos, sociedades onde há níveis supostamente avançados de educação e lugares onde impera o fundamentalismo religioso, esforçam-se pela homogeneização das pessoas. Contudo, as FIs tendem a ser mais estáveis que as pessoas, as quais podem mudar de posição com menos dificuldade, ao passo que a história constrange imensamente a manutenção dos sentidos de uma FI.

É válido mencionar que não há diferença entre o conceito de FI e de ideologia na AD. O que muda é apenas a maneira de olhar o objeto. Quando pensamos em FI, há uma clareza maior do que se trata, já que é possível, *inclusive*, dissecá-lo entre várias FDs e estar ciente de que uma FI ou ideologia pode perder uma ou várias FDs e ainda continuar a existir.

3.5.5 As formações imaginárias

A maioria dos professores de literatura, notadamente aqueles do ensino básico, costuma retratar os autores e também os estilos literários de modo homogêneo. Essa mesma postura é também muito comum nos livros didáticos. Não seria absurdo considerar que boa parte desses mestres embasa suas afirmações nesse material. Curiosamente, produções bem mais críticas, produzidas por especialistas em literatura, são as fontes dos livros didáticos.

Façamos uma reflexão sobre Olavo Bilac quanto a esse ponto. Se quisermos considerá-lo um poeta estritamente parnasiano, sua poesia não será bem exemplificada com poemas como *Nel Mezzo del Camin*, uma composição com certa distância da rigidez parnasiana. Malgrado ser um soneto e ser decassílabo, outros elementos tipicamente parnasianos não estão presentes, como a racionalidade, pois a discussão se dá em torno de uma experiência amorosa do “eu lírico”, ou seja, não é o melhor exemplo de tema universal, uma questão pessoal amorosa, bem à moda romântica. O amor não é exclusividade desse estilo artístico, mas para um poeta empenhado em combater o romantismo, situação de Olavo Bilac, a escolha desse tema, especialmente o modo lírico como ele o trata, demonstra que o poeta enuncia de um lugar quase oposto ao que indicaria sua FIm mais conhecida, parnasiana. A primeira estrofe é bastante musical, o segundo e o quarto versos dela são repetições dos versos ímpares com a alteração do sujeito da oração apenas, o que dá bastante simplicidade ao poema no início e faz lembrar o *leixa-pren* das cantigas de amigo, ainda que se trate da mesma estrofe, em virtude da inversão da ordem dos termos da oração⁵⁰. Aliás, no universo dos poemas de Bilac, quantos efetivamente poderiam ser modelos adequados do parnasianismo? Ou melhor, da imagem de parnasianismo que se construiu?

Por um lado, pode-se contestar acima a imagem apresentada de muitos professores e dos livros didáticos, e é verdade que o que afirmamos não pode ser tomado em absoluto, já que também se fazem ressalvas em muitos desses materiais sobre aspectos não parnasianos da poesia do Príncipe dos Poetas. No entanto, Bilac aparecerá sempre, nos livros didáticos, em capítulos que tratem do parnasianismo. O que justificaria então sua classificação como parnasiano? Certamente, a época e as características de parte sua produção. Ainda assim, as

⁵⁰ Moisés (1988, p. 209) também faz uma leitura desse poema muito semelhante a nossa: “*Nel Mezzo de Camin* [...] sobreleva o lirismo-amoroso, numa dualidade em que se pode vislumbrar a mescla de um sentimento romântico, ou pelo menos comovido, e subjetivo, e de uma roupagem clássica, de recorte camoniano, incluindo o tom discursivo, conceitual, exprimindo a busca dum universal no plano da emoção, e a idéia-fixa do soneto, exemplo de apego às estruturas formais acabadas e rigorosas. Dir-se-ia que, nessa fase, prevalece a ortodoxia parnasiana, dentro da relatividade apontada”.

datas em que publicou seus livros não coincidem todas com o período oficial do parnasianismo no Brasil (1893-1902). Outra explicação plausível é a FIm que se criou dele e que adquiriu um *status* de tradição, a qual, compreensivelmente, ocorre por razões didáticas; noutras situações, por necessidades práticas, como em concursos públicos (exames vestibulares), visto que é preciso evitar todo tipo de contradição, a fim de que as pessoas possam seguir alguma linha de pensamento fixa⁵¹. Sendo assim, a fabricam-se estereótipos dos escritores para os estudantes, os quais não se confirmam com a leitura das obras completas⁵². Pêcheux (1997, p. 82, grifo do autor) define deste modo o conceito de FIm:

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um *a si e ao outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações).

A imagem que temos de João Cabral, aquela que é reforçada em nós amiúde, é a de um poeta muito ligado à razão e à objetividade. Isso, no entanto, será verdadeiro considerando todos os seus poemas, *inclusive* o mais famoso deles? A projeção que fazemos de outra pessoa, Pêcheux (1997, p. 83) chama de ${}^1B^{(A)}$. Onde 1 é a imagem; B são os interlocutores do poeta, nós, os leitores; ${}^{(A)}$ é a representação do poeta. Em outras palavras: “Quem é ele para me falar assim?” As FIm estão em todos os processos discursivos. Elas causam uma espécie de antecipação no leitor, além de já direcionar a interpretação do sentido, devido à posição discursiva do emissor [sic]. Essas FIm estão sempre atravessadas pelo já dito, pelo interdiscurso.

João Cabral, em diversas entrevistas, ao falar de si próprio, buscou também reforçar a FIm racionalista, que iremos investigar aqui. Alegou não gostar de música, dizia que *Morte e Vida Severina*, embora não fosse de todo ruim, não chegou a marcar a literatura brasileira. Seria uma pós-consciência dos efeitos de sentido que essa peça poderia projetar sobre sua FIm

⁵¹ Sobre a homogeneidade, Pêcheux (1990, p. 33) afirma que “o sujeito pragmático — isto é, cada um de nós, ‘os simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida — tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica”. Entretanto, é algo artificial, a totalidade é sempre heterogênea.

⁵² Situação semelhante acontece quando pesquisamos as características de um estilo literário como o classicismo, percebemos que elas não se ajustam perfeitamente, o que é muito previsível para um analista do discurso, com a maior obra de referência para a literatura lusófona: *Os Lusíadas*. Em rigor, haverá até características não clássicas na epopeia como a religiosidade cristã.

idealizada? Para a imagem que o emissor faz de si próprio, Pêcheux utiliza o símbolo $I_A^{(A)}$, ou “Quem sou eu para lhe falar assim?” Por exemplo, um professor consciente de que não pode assumir qualquer posição discursiva, em virtude de seu papel na sociedade, procurará defender uma postura mais próxima do politicamente correto em casos polêmicos. Se o ENEM exige, nas redações, que seus candidatos, ao apontarem soluções para alguns problemas sociais, respeitem sempre os direitos humanos, seria, no mínimo, estranho que um professor afirmasse que uma saída plausível para diminuir a criminalidade nas cidades brasileiras seria repetir algo semelhante ao que aconteceu em Carandiru, em 1992. Como se pode observar, as FImS provocam restrições no discurso do emissor.

Nesse caso, especificamente, $I_A^{(A)}$ está totalmente relacionado com $I_B^{(A)}$, pois A é o professor, e todos nós temos uma imagem de como deve comportar-se alguém que ocupa esse cargo, já existe uma FD sobre o papel do professor, o qual um estudante conhece mesmo antes de imaginar-se nessa profissão. Assim, o que B pensa de A influencia sua postura também. Por ignorarem essas regras discursivas, alguns profissionais, professores, médicos, enfermeiros estão publicando na *internet* opiniões, fotos que não se coadunam com $I_B^{(A)}$ e, dependendo da gravidade e do alcance do escândalo, chegam a perder seus empregos. Ou seja, o conceito teórico de FImS tem aplicações bem práticas. Desse modo, é preciso estar atento à censura a que se submete o emissor, em virtude, principalmente da $I_B^{(A)}$. Nessa relação harmônica entre as FImS e o silêncio acerca dos discursos proibidos, estão ainda asseguradas a coerência, a história e o “caráter” de uma pessoa para um grupo do qual ela participe. E isso se aplica, igualmente, às instituições. Quando, em 2014, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e muitos dos seus membros alinharam-se com partidos brasileiros historicamente de direita, as pessoas de esquerda não só ficaram bastante decepcionadas, como muitos dos membros mais ilustres desse partido, Roberto Amaral, Luiza Erundina e Marília Arraes, trocaram de legenda a fim de poderem conservar não só $I_B^{(A)}$, mas também $I_A^{(A)}$.

4 CORPUS DISCURSIVO: TRÊS EXCERTOS DE MORTE E VIDA SEVERINA

O RETIRANTE EXPLICA AO LEITOR QUEM É E A QUE VAI

— O meu nome é Severino, não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria; como há muitos Severinos com mães chamadas Marias, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias. Mas isso ainda diz pouco: há muitos na freguesia, por causa de um coronel que se chamou Zacarias e que foi o mais antigo senhor desta sesmaria. Como então dizer quem fala ora a Vossas Senhorias? Vejamos: é o Severino da Maria do Zacarias, lá da serra da Costela, limites da Paraíba. Mais isso ainda diz pouco:

se ao menos mais cinco havia com nome de Severino filhos de tantas Marias mulheres de outros tantos, já finados Zacarias, vivendo na mesma serra magra e ossuda em que eu vivia. Somos muitos Severinos iguais em tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra, no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas, e iguais também porque o sangue que usamos tem pouca tinta. E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta,

de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida). Somos muitos Severinos iguais em tudo e na sina: a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima, a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar algum roçado da cinza. Mas, para que me conheçam melhor Vossas Senhorias e melhor possam seguir a história da minha vida, passo a ser o Severino que em vossa presença emigra. (NETO, 1984, p. 70-71-72).

[...]

APROXIMA-SE DO RETIRANTE O MORADOR DE UM DOS MOCAMBOS QUE EXISTEM ENTRE O CAIS E A ÁGUA DO RIO

— Seu José, mestre carpina, que habita este lamaçal, sabe me dizer se o rio a esta altura dá vau? sabe me dizer se é funda esta água grossa e carnal?

— Severino, retirante, jamais o cruzei a nado; quando a maré está cheia vejo passar muitos barcos, barcaças, alvarengas, muitas de grande calado.

— Seu José, mestre carpina, para cobrir corpo de homem não é preciso muita água: basta que chegue ao abdome, basta que tenha fundura

igual à de sua fome.

— Severino, retirante, pois não sei o que lhe conte; sempre que cruzei este rio costume tomar a ponte; quanto ao vazio do estômago, se cruza quando se come.

— Seu José, mestre carpina, e quando ponte não há? quando os vazios da fome não se tem com que cruzar? quando esses rios sem água são grandes braços de mar?

— Severino, retirante, o meu amigo é bem moço; sei que a miséria é mar largo, não é como qualquer poço:

mas sei que para cruzá-la vale bem qualquer esforço.

— Seu José, mestre carpina, e quando é fundo o perau? quando a força que morreu nem tem onde se enterrar, por que ao puxão das águas não é melhor se entregar?

— Severino, retirante, o mar de nossa conversa precisa ser combatido, sempre, de qualquer maneira, porque senão ele alaga e devasta a terra inteira.

— Seu José, mestre carpina, e em que nos faz diferença que como frieira se alastre,

ou como rio na cheia,
se acabamos naufragados
num braço do mar miséria?

— Severino, retirante,
muita diferença faz
entre lutar com as mãos
e abandoná-las para trás,
porque ao menos esse mar
não pode adiantar-se mais

— Seu José, mestre carpina,
e que diferença faz
que esse oceano vazio
cresça ou não seus cabedais,
se nenhuma ponte mesmo
é de vencê-lo capaz?
Seu José, mestre carpina,

que lhe pergunte permita:
há muito no lamaçal
apodrece sua vida?
e a vida que tem vivido
foi sempre comprada à vista?

— Severino, retirante,
sou de Nazaré da Mata,
mas tanto lá como aqui
jamais me fiaram nada:
a vida de cada dia
cada dia hei de comprá-la

— Seu José, mestre carpina,
e que interesse, me diga,
há nessa vida a retalho
que é cada dia adquirida?
espera poder um dia

comprá-la em grandes
partidas?

— Severino, retirante,
não sei bem o que lhe diga:
não é que espero comprar
em grosso de tais partidas,
mas o que compro a retalho
é, de qualquer forma, vida.

— Seu José, mestre carpina,
que diferença faria
se em vez de continuar
tomasse a melhor saída:
a de saltar, numa noite,
fora da ponte e da vida?
(NETO, 1984, p. 100-103.)

[...]

O CARPINA FALA COM O RETIRANTE QUE ESTEVE DE FORA, SEM TOMAR PARTE EM NADA

— Severino, retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga.
É difícil defender,
só com palavras a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.

E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.
(NETO, 1984, p. 112.)

4.1 Análise do *corpus* discursivo⁵³

Antônio Cândido, em 2.1, defende uma relação rigorosa entre forma e mensagem na poesia de João Cabral. Não há garantia dessa relação entre mensagem e rigor da construção em *Morte e Vida Severina*. Antônio Cândido, nessa passagem, encampou um discurso acerca desse poeta que virou tradição. Não é nada científico, ou melhor, impossível de ser comprovado, afirmar que João Cabral tenha uma capacidade comunicativa maior que os demais poetas, que cada verso seu é de uma precisão matemática em termos de informação. Aliás, livremos Cabral dessa responsabilidade, já que ele próprio não fez isso, pois a relação entre poesia e informação não costuma ser tranquila. Um exemplo que não deixa dúvidas sobre o engano de Antônio Cândido é a presença de repetições parafrásticas em *Morte e Vida Severina*, como aparece no segundo excerto: “sabe me dizer se o rio/ a esta altura dá vau? X sabe me dizer se é funda/ esta água grossa e carnal? A propósito, logo adiante, apesar de ter feito tal pergunta, Severino dirá que “para cobrir corpo de homem/ não é preciso muita água:/ basta que chegue ao abdome,”. Ora, se a fundura do rio não importa, por que perguntar sobre ela duas vezes? Se esse é um problema de Severino, da personagem, o autor dos versos é João Cabral.

O segundo excerto do *corpus* não apenas inicia, mas também se encerra com outra repetição “por que ao puxão das águas/ não é melhor se entregar?” X “que diferença faria/ se em vez de continuar/ tomasse a melhor saída:/ a de saltar, numa noite,/ fora da ponte e da vida?” Se estamos tratando de precisão numérica, e não de poesia, para que a mesma pergunta duas vezes? Do ponto de vista da informação, da comunicação, numa visão racionalista, questionar uma vez é suficiente.

Esse não é um caso isolado repetição. Em tempo, a repetição por meio do paralelismo: “sabe me dizer se [...]”/ sabe me dizer se [...]”, por exemplo, é um dos recursos do poético, não é sobre isso que estamos discorrendo, — embora também seja racionalmente questionável

⁵³ João Cabral tinha este pensamento sobre a interpretação dos seus poemas: “O sujeito faz uma obra e ponto final. O espectador vê essa obra como ele quiser. [Isso] Vai, de certa maneira [,] [de encontro a] minha idéia racionalista de escrever [,] [que] é uma coisa que eu me imponho. Eu não escrevo ambigüidades, penso que todos vão ler da mesma maneira, mas não posso impedir que outras pessoas leiam de outra maneira. Você pensa que cria uma obra o mais racional possível, pensando que ela vai ser recebida daquela maneira. Mas não é o que acontece. É aquela história do soneto de Mallarmé lido para um grupo de pessoas. Cada um interpretou de um jeito. Houve até quem falasse em pôr-do-sol e, na verdade, ele quis descrever apenas uma cômoda. Qualquer leitura é lícita, e quanto mais leituras diversas o poema suscitar, mais rico é o texto poético ou a pintura. Num quadro abstrato, pode-se ver o que quiser”. (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 1996, p. 21-22). Malgrado esse discurso, nessa mesma entrevista, ele afirma que *O Rio e Morte e Vida Severina* eram exceções por serem monossêmicas.

—, mas sobre dizer o mesmo duas vezes com palavras diferentes, pois entendemos isso igualmente como retórica, não como racionalidade. Ainda sobre o paralelismo, ele é um dos recursos poéticos que demonstram que a retórica sobrepõe-se ao racional na poesia, por isso nosso estranhamento quanto ao discurso de que João Cabral é o poeta da razão.

No entanto, esse não é o único caso de repetição de informação. Existem mesmo repetições parafrásticas de estrofes inteiras no segundo excerto: “— Seu José, mestre carpina,/ e em que nos faz diferença/ que como frieira se alastre,/ ou como rio na cheia,/ se acabamos naufragados/ num braço do mar miséria?” X “— Seu José, mestre carpina,/ e que diferença faz/ que esse oceano vazio/ cresça ou não seus cabedais,/ se nenhuma ponte mesmo/ é de vencê-lo capaz?” Tratando a miséria ora como rio, ora como oceano, Severino, de maneiras diferentes, diz-nos o mesmo. De um ponto de vista estritamente racional, a tese da precisão ao versejar mostra-se frágil. João Cabral gasta uma estrofe inteira, a dissipação aí não se limitou a versos, porém, no Arquivo N (2009a), o programa inicia-se com a afirmação de que Cabral não desperdiçava um verso, repetindo um discurso tradicional acerca do poeta.

O primeiro excerto, por sua vez, já se inicia com alguns problemas informacionais: “— O meu nome é Severino,/ não tenho outro de pia./ Como há muitos Severinos,/ que é santo de romaria,/ deram então de me chamar/ Severino de Maria; [...]”. Note-se bem que não afirmamos que haja problemas poéticos aí, mas se estamos tratando do Poeta da Razão, não vemos sentido em “não tenho outro de pia”. Normalmente, as pessoas só tem um nome de batismo. Alguns criminosos acabam adquirindo mais de um nome com a emissão de documentos falsificados; contudo, não nomes de batismo, pois já são adultos. E se fôssemos considerar como nomes de batismo por estarem num documento, Severino não é um criminoso. Assim, o emigrante traz uma informação completamente desnecessária. Ao afirmar: “— O meu nome é Severino,”, faria sentido que a personagem tratasse de algum sobrenome, dissesse de qual família é. Porém, mencionar “não tenho outro de pia” é um desperdício de verso. O trecho “Como há muitos Severinos,/ que é santo de romaria,” também traz outra curiosidade. Será que a personagem era confundida com um santo? As pessoas precisavam dizer Severino de Maria por isso? Não é aceitável que alguém, por mais ignorante que fosse, ao ouvir “Severino emigrou para o Recife”, pensasse referir-se a algum São Severino, ou ficasse na dúvida entre o Severino de Maria e algum São Severino. Na verdade, há uma contradição interessante nesse excerto, Severino não consegue dizer quem é, mas o “finado Zacarias” o faz facilmente, mesmo tendo existido “[...] outros tantos,/ já finados Zacarias,”. Aliás, é verossímil que, no interior do Nordeste, o nome Severino seja comum, o mesmo não se pode afirmar sobre Zacarias. O poeta concorda com isso. Por essa razão,

Zacarias foi, a princípio, identificável. Depois, acaba criando “outros tantos [...] Zacarias” para que a identificação de Severino só fosse possível emigrando; do contrário, estar-se-ia falando do Severino “[...] da Maria/ do finado Zacarias”.

No terceiro excerto, são patentes as repetições em “eu não sei bem a resposta” X “nem conheço essa resposta,”; “mesmo quando é assim pequena/ a explosão, como a ocorrida;” X “mesmo quando é uma explosão/ como a de há pouco, franzina;”. Efetivamente, esses recursos retóricos são, certamente, uma das causas de *Morte e Vida Severina* ter marcado a poesia brasileira, todavia, se sua utilização demonstra o valor poético da obra de João Cabral, por outro lado, só serve para afastá-lo de uma FIm racionalista.

Em relação ao metro, nos três excertos que selecionamos de *Morte e Vida Severina*, conquanto só tenhamos transcrito os dois versos iniciais, o poeta opta pela redondilha (maior)⁵⁴ “— O¹-meu²-no³-me_é⁴-Se⁵-ve⁶-ri⁷-no,/ não¹-te²-nho³-ou⁴-tro⁵-de⁶-pi⁷-a. [...]— Seu¹-Jo²-sé³,-mes⁴-tre⁵-car⁶-pi⁷-na,/que_ha¹-bi²-ta_es³-te⁴-la⁵-ma⁶-çal⁷, [...] — Se¹-ve²-ri³-no⁴,-re⁵-ti⁶-ran⁷-te,-dei¹-xe_a²-go³-ra⁴-que⁵-lhe⁶-di⁷-ga [...]”. Se por um lado, notamos uma preocupação formal, muito típica da poesia clássica e do parnasianismo, por outro, “o verso de sete sílabas [...] é o verso da poesia popular, o verso mais comum na poesia popular”, declara Ariano Suassuna (ARQUIVO N, 2009c). Esse metro, ao lado da redondilha menor, eram as medidas das cantigas trovadorescas. João Cabral não tolera o decassílabo: “[...] até hoje no meu ouvido tem um decassílabo por causa dessa coisa do colégio [ler o que o padre exigia]”. (MESTRES DA LITERATURA, 2007). Essa recusa a aceitar o metro clássico faz a preocupação formal em *Morte e Vida Severina* ser ligada ao metro medieval (ou romântico).

É intrigante João Cabral, que não superou um trauma pueril da época de estudante, o qual se estende também ao soneto, julgar ter-se livrado de toda influência anterior que ele próprio considera irracionalista: surrealismo, Murilo Mendes, Carlos Drummond para elaborar uma poesia racional, totalmente separada dessas bases que contribuíram enormemente para a sua formação artística. É como se existissem duas fases da poesia de João Cabral: uma irracionalista e a outra racionalista, e se estimasse como a infância a primeira, pois o poeta ainda não tinha encontrado seu caminho, e a segunda como a fase adulta do poeta, porque é com ela que o pernambucano marca seu lugar na poesia lusófona⁵⁵.

⁵⁴ Há também, em *Morte e Vida Severina*, exemplos de outros metros, como a redondilha menor, mas em passagens do drama que não fazem parte do *corpus* desta dissertação.

⁵⁵ Essa comparação com fases da vida é uma prática recorrente: “Como o projeto cabralino não nasce *ex nihilo*, mas por fortes injunções de natureza psicológica, geracional e cultural, é útil refletir sobre sua arqueologia, cujos sinais, um tanto crípticos, inscrevem-se no livro de estreia, *Pedra do Sono*. [...] **O livro é de 1942 e o poeta é então pouco mais que adolescente.** A dedicatória a Carlos Drummond de Andrade, [...], algumas peças de feitiço nitidamente muriliano (como ‘A poesia Andando’, ‘Noturno’ e ‘Janelas’) e o imaginário de feição surrealista

O Engenheiro, no máximo, poderia marcar a transição. Porém, esse apartamento do passado que se supõe na trajetória do poeta está mostrando-se mais desejo dele que realidade. Numa declaração sobre uma questão um pouco diversa, mas relacionável com esse caso por tratar da racionalidade, Feyerabend (1977, p. 32, grifo do autor) não acredita nessa cisão total entre passado e presente nos indivíduos:

Freqüentemente se dá por aceito que a clara e completa compreensão de novas idéias precede (e deve preceder) sua formulação e sua expressão formal. (A investigação tem início com um problema, diz Popper.) *Primeiro* temos uma idéia; ou um problema; *depois* agimos, isto é, falamos, construímos ou destruímos. Em verdade, entretanto, esse não é o modo como se desenvolvem as crianças. Usam palavras, combinam essas palavras, com elas brincam até que apreendem um significado que se havia mantido para além de seu alcance. E a atividade lúdica inicial é requisito básico do ato final de compreensão. Não há razão para supor que esse mecanismo deixe de agir na pessoa adulta.

Aí, Feyerabend trata das fases da vida de modo denotativo, ao passo que nós fazemos isso conotativamente. De qualquer modo, a opinião do filósofo é bastante coerente e pode ser estendida ao João Cabral poeta. Contudo, ainda é cedo para considerar *Morte e Vida Severina* um exemplo da fase irracionalista numa época em que se espera apenas racionalismo em João Cabral, pelo menos uma preponderância da sua marca poética. Desse modo, doravante analisaremos os discursos de uma perspectiva mais temática e menos estética ou formal para ter uma visão mais completa da obra.

Numa leitura do monólogo de abertura mais preocupada com questões sociais, pode-se alegar que a dificuldade de Severino dizer quem é ocorre por ser ele um miserável, se fosse um rei ou um imperador, não teria, em princípio, tanto trabalho para fazer isso. A miséria o colocou nessa condição. Nota-se, ainda, que o sujeito, dilui-se na multidão de severinos, quanto mais tenta definir-se, tornando-se apenas mais um, formando um bloco como as personagens de *Operários*, pintura de Tarsila do Amaral. Severino, desse modo, não se refere a uma pessoa, mas a várias, que estão na mesma condição social que ele: “Somos muitos Severinos/ iguais em tudo na vida:/ na mesma cabeça grande/ que a custo é que se equilibra,/ no mesmo ventre crescido/ sobre as mesmas pernas finas,/ e iguais também porque o sangue/ que usamos tem pouca tinta”. Secchin (2014, p. 113, grifo nosso.) tem uma compreensão semelhante sobre esse monólogo inicial:

traçam uma órbita nada acidental: são linhas de força da poesia da época e da arte moderna, já devidamente afirmadas e inspirando, sobretudo nos artistas mais jovens, um novo fôlego libertário [...]; **mas em Pedra do Sono o poeta engatinha [...]**” (VILLAÇA, 1996, p. 144, grifo nosso).

A autoapresentação do personagem, na fala inicial do texto, nos mostra **um Severino que, quanto mais se define, menos se individualiza**, pois seus traços biográficos são sempre partilhados por outros homens. Querendo distinguir-se, mais e mais revela sua dissolução no anonimato coletivo [...].

Se seguíssemos essa linha, já iniciariamos nossa investigação enquadrando João Cabral numa FD irracionalista, porquanto negar a individualidade não faz parte do discurso racionalista, especialmente a partir de Descartes. Seguir esse caminho, que, nesse primeiro monólogo, poderia fazer muito sentido, não ajudaria a explicar outras partes da obra em que as questões são postas ignorando a luta de classe, numa aproximação com uma FD racionalista, visto que, no marxismo, o coletivo sobrepõe-se ao individual⁵⁶. Além disso, os racionalistas, ou nem isso, poderiam acusar-nos de forçar uma interpretação marxista do texto. Contudo, não seria uma leitura absurda, se pensarmos que Marx é o filósofo que mais influenciou o poeta, o qual teve acesso a ele, indiretamente, por meio de Le Corbusier. É significativo recordar ainda que João Cabral foi acusado de ser comunista ainda antes da publicação de *Morte e Vida Severina*, em 1953: “Eu sempre me considerei materialista, por isso Marx me atraiu. [...] Quando o Muro de Berlim caiu, meu mundo ideológico veio abaixo”. (CADERNOS DE LITERATURA, 1996, p. 27). Segundo Antoni Tàpies, artista plástico e amigo de João Cabral, os trabalhos do poeta apontam na direção de uma preocupação social:

Conheci João Cabral no final dos anos 40 [...]. Naquele momento, o que estava mais em moda e mais interesse despertava entre os pintores e escritores eram as tendências de esquerda, influenciadas pelo comunismo russo. [...] O problema é que havia um dogmatismo excessivo em torno de certa arte engajada entre aqueles intelectuais que faziam oposição ao franquismo. Foi Cabral quem, pela primeira vez, alertou-me para o fato de que esse dogmatismo não era muito correto, que era possível preocupar-se com os problemas sociais sem cair no mau gosto do realismo socialista. [...] (CADERNOS DE LITERATURA, 1996, p. 15).

⁵⁶ Possenti (1993 *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 69, grifo nosso) também faz essa relação entre racionalismo e liberalismo, ou seja, não faz a associação com o socialismo ou marxismo: “Se compreender é descobrir a intenção do falante [...] tem-se que aceitar que de certa forma o sujeito da enunciação é responsável pelo sentido. Para os adversários desta hipótese, esta maneira de ver a relação do sujeito com a língua implica aceitar que a língua está à disposição de indivíduos que a utilizam como se ela não tivesse história [...] Uma característica importante desta concepção é a de que se acentua o predomínio, se não a exclusividade, da consciência individual no uso da linguagem. Em outras palavras, o falante sabe o que quer dizer e sabe qual a melhor maneira de fazê-lo para produzir os efeitos que quer. [...] Os adversários desta concepção dizem que se confere ao sujeito da enunciação, desta forma, o estatuto de fonte do sentido. [...] **O correlato político desta concepção de sujeito na linguagem seria a ideologia liberal, segundo a qual os indivíduos fazem o que querem na história.** [...] O sujeito faz a história, assim como produz sentidos. A língua não seria um entrave a suas intenções. **Esta concepção inscreve-se ‘numa filosofia do sujeito neutro, transparente a si próprio (uma filosofia antes da descoberta freudiana), e naquela de um sujeito sem determinações socioideológicas (uma filosofia antes de Marx)’.** Em 3.3 apontamos um interdiscurso racionalista no marxismo, mas, quanto à concepção de sujeito, o liberalismo exemplifica melhor o racionalismo que o socialismo.

De acordo com o poeta, dramaturgo e artístico plástico Joan Brossa, que também conheceu João Cabral por volta dos anos 40, apesar do interesse por questões sociais, a poesia do pernambucano não se circunscreve a isso. Há uma ênfase no papel indivíduo, o qual não se prenderá a nenhuma ideologia específica, uma espécie de livre-pensador. Apesar dessa suposta liberdade, Joan Brossa identifica uma linha específica, noutros termos, um discurso recorrente, para a poesia cabralina:

Cabral sempre dizia que a poesia e a arte deveriam ter algum comprometimento, mas que isso não poderia ofuscar a personalidade do artista. [...] E ele não concordava com os preceitos desse realismo, na medida em que inibiam a força individual. Para Cabral, a força individual, aquilo que é do artista, não poderia ser oprimido por nenhuma ideologia. [...] Não posso dizer, porém, que sua poesia tenha me influenciado. [...] A poesia de Cabral é racional, cerebral, tem versos curtos e agudos. [...] A influência de Cabral veio de outra parte, da maneira de expressar a preocupação social na arte. (CADERNOS DE LITERATURA, 1996, p. 15).

Destarte, estamos mais interessados noutra interpretação dos excertos, de ordem mais racionalista que socialista, partindo da tese tão alardeada, *inclusive* pelo próprio Cabral, de que ele é um racionalista, situando-o, ou tentando situá-lo, nessa FD. Apesar do interesse por Marx, Cabral apresentou-se como racionalista, e não socialista ou marxista⁵⁷. E, desse modo, não se poderá censurar-nos de ir numa direção com a qual até mesmo o poeta concordaria. Reiteramos a viabilidade da leitura do primeiro parágrafo, com sua FD de esquerda, negadora do sujeito cartesiano; todavia, notamos que há outro interdiscurso, menos óbvio, quiçá até para o próprio poeta⁵⁸, o da impossibilidade de a palavra dizer, o qual afasta o discurso cabralino de uma FD racionalista e alinha-o com FDs irracionais, representadas aqui por Schopenhauer, Rousseau e Górgias⁵⁹: “Primeiramente, nada existe: em segundo lugar, mesmo

⁵⁷ A propósito, Cabral não tem um discurso seguro em relação a suas influências. Se, num momento, elegeu Le Corbusier como seu maior mestre teórico; noutro, faz uma afirmação diversa: “Eu fui influenciado por praticamente todo mundo que li. Mas se tivesse que escolher um nome, eu daria o de um arquiteto: Lincoln Pizzie. Além de grande arquiteto, ele foi pintor. Era cubista. Detestava o surrealismo. Um amigo meu, Antônio Baltazar, me passou alguns livros dele e estas leituras foram fundamentais para mim. Veja o que estou dizendo: o livro decisivo para minha carreira de escritor foi escrito por um arquiteto”. (CADERNOS DE LITERATURA, 1996, p. 28).

⁵⁸ Não se trata de subestimar João Cabral. Para um analista do discurso, é impossível que o emissor de uma sequência textual consiga prever todos os efeitos de sentido que podem ser gerados a partir dela. Não se trata também de afirmar que João Cabral não percebesse em que situação estava colocando a palavra. O que é discutível é se tinha a dimensão das implicações ideológicas desse seu posicionamento em *Morte e Vida Severina*, especialmente quando comparadas com sua militância, pouco fundamentada filosoficamente, a favor da racionalidade.

⁵⁹ Citar Górgias, e não Platão, por exemplo, sobre o qual se havia discutido um pouco em 2.2, significa que Platão está presente pelo discurso oposto, ou seja, ele está sendo citado indiretamente, devido à interdiscursividade que há entre sua filosofia e a de Górgias. No entanto, se descrevemos Platão, e não Górgias,

que exista alguma coisa, o homem não a pode apreender; em terceiro lugar, mesmo que ela possa ser apreendida, não poderá ser formulada nem explicada aos outros”. (*Les présocratiques*, [19--?], 1022 *apud* REBOUL, 2004, p. 6). Esse discurso, ou melhor, esse interdiscurso não aparece apenas no início da história, mas será retomado no final⁶⁰, o qual também se transcreveu acima, quando Seu José responde ao questionamento de Severino. Górgias não acreditava que existisse uma referência além do mundo sensível, quando afirma que “nada existe” ou “nada é”. O discurso de sobrepor o sensível ao inteligível está presente também em *Morte e Vida Severina*.

Sobre sua identidade, no primeiro monólogo, o retirante resolve o problema com algo como ‘eu sou este aqui que você vê’; nas palavras da personagem: “passo a ser o Severino/ que em vossa presença emigra”. Todas as cópulas realizadas pelo verbo ser entre um sujeito e um predicativo falham, a saber: “O meu nome é Severino”; ‘Sou Severino de Maria’; ‘Sou o Severino da Maria do finado Zacarias’; ‘Sou o Severino da Maria do Zacarias, lá da serra da Costela, limites da Paraíba’. Todas as descrições que fez aplica-se também a outras pessoas, a outras referências, na terminologia de Jakobson. Essa dificuldade concernente a toda tentativa de definição é algo que remete ao célebre episódio ocorrido entre Platão e Diógenes, quando este contesta a definição de homem daquele, a saber: bípede implume, e leva a Platão um frango depenado e diz-lhe: “eis teu homem”. Embora o cinismo tenha origem nos ensinamentos de Sócrates, a ação tinha mais importância que a palavra. Essas possibilidades de interpretação da filosofia socrática é o que Pêcheux chama de uma deriva de sentido dos discursos. Entretanto, de uma FD platônica, a definição é possível. Na verdade, se considerarmos Górgias noutros contextos, veremos que ele atribui mais valor à palavra que João Cabral na construção desse primeiro monólogo, uma vez que o sofista conferia à palavra ou à linguagem o poder de persuasão, o que não se encontra no drama.

Assim, se a palavra pudesse formular e explicar o real, ela teria de definir Severino, o qual não é plenamente acessível por meio dela. A razão ultrapassaria a barreira das classes sociais, a possibilidade de dizer racionalmente tem de ser aplicada universalmente: “a razão é um instrumento universal, que serve em todas as ocasiões” (DESCARTES, [200-?], p. 35). Por meio dos sentidos, a visão, principalmente, Severino, que inicia a história como só mais um, depois de sua partida e ao longo do drama, torna-se identificável; se representa todo um grupo num dado momento, noutro, chega a levantar uma questão que não é tipicamente

no início da dissertação, é porque, a princípio, não esperávamos encontrar o interdiscurso sofista ou irracionalista em *Morte e Vida Severina*.

⁶⁰ Na verdade, na obra como um todo há muitos exemplos de FDs irracionalistas.

severina. Entretanto, essa opção pela visão como meio de dirimir os problemas não tem o aval de Descartes ([200-?], p. 26), que deixa sua posição mais clara deste modo:

[...] quer estejamos despertos, quer dormindo, jamais devemos nos deixar convencer exceto pela evidência de nossa razão. E deve-se observar que eu digo de nossa razão, de maneira alguma de nossa imaginação ou de nossos sentidos. Porque, apesar de enxergarmos o sol bastante claramente, não devemos julgar por isso que ele seja do tamanho que o vemos [...].

Certamente, não se deve ignorar que, em muitos casos, não se pode confundir o discurso das personagens com o discurso do autor. No entanto, no caso de *Morte e Vida Severina*, não há exatamente o discurso de uma personagem, mas discursos que emergem da obra como um todo, pois, ao tomar o final da obra como exemplo, percebe-se que não é Seu José quem responde à pergunta de Severino, questionamento, aliás, de ordem existencialista: “Seu José, mestre carpina,/ que diferença faria/ se em vez de continuar/ tomasse a melhor saída:/ a de saltar, numa noite,/ fora da ponte e da vida?” Porém, a vida é quem dá a resposta: “[...] mas se responder não pude/ à pergunta que fazia,/ ela, a vida, a respondeu/ com sua presença viva”. Por um lado, temos aí uma objetividade. Não é o discurso de ninguém, mas são os fatos que se nos apresentam. Todavia, por outro lado, tal “objetividade” está apenas no modo literário como João Cabral elabora seu discurso, ele utiliza uma prosopopeia. Ela abre espaço para questionamentos, desde que não é a vida quem dá a resposta, mas Seu José quem enxerga no nascimento do pernambucano a solução para a dúvida de Severino. Seja como for, tal “objetividade”, todavia, revela-se para negar a razão, a possibilidade de pensarmos racionalmente uma verdade, de a traduzirmos mediante palavras, visto que, um pouco antes dos versos citados acima, o carpina sustenta que “É difícil defender,/ só com palavras, a vida”. Sendo assim, é preciso algo irracional para justificá-la, sobretudo a vida miserável. E o argumento final para isso é o nascimento de mais um severino. Essa criança, não obstante o trabalho constante da morte, representa a “vontade de viver persistente e teimosa” (SCHOPENHAUER, [19--?], p.13); nas palavras de Seu José: “ver a fábrica que ela mesma,/ teimosamente, se fabrica”. O recém-nascido simboliza a vitória do instinto de sobrevivência sobre a racionalidade indagadora do sentido da existência. As palavras não solucionam um problema humano central, a razão falha. O real é apresentado como se fosse possível conhecê-lo por meio dos órgãos sensoriais apenas, como se desse modo, o acesso fosse mais direto, mais verdadeiro. Contudo, Habermas (2004, p. 45, grifo do autor) discorda desse posicionamento:

A realidade com a qual confrontamos nossas proposições não é uma realidade “nua”, mas já, ela própria, impregnada pela linguagem. A experiência pela qual controlamos nossas suposições é lingüisticamente estruturada e se encontra engastada nos contextos de ação. Tão logo refletimos sobre uma perda de nossas certezas ingênuas, não mais encontramos nenhuma classe de enunciados de base que se legitimam “por si mesmos”, ou seja, “primórdios” inequívocos para além da linguagem, experiências auto-evidentes aquém das razões.

Se a resposta de Seu José não tentasse criar um abismo entre linguagem e mundo, até se poderia ver no diálogo entre ele e Severino a construção de um consenso por meio do diálogo, a representação da razão comunicativa na literatura. Porém, há outro problema: o carpina acaba de ser pai. Sua empolgação diante da vida não seria igual, se presenciasse o nascimento do filho de outra pessoa, e Severino está numa situação financeira precária. Assim, o diálogo entre as personagens não cumpre dois requisitos indispensáveis para a razão comunicativa efetivar-se: a palavra, no discurso de Seu José, supostamente não tem importância para dirimir a dúvida de Severino; os envolvidos não estão numa posição de neutralidade. Seu José só obtém a resposta quando seu filho nasce, e Severino só passa a questionar a vida, quando “abandona [o campo] para ir procurar [na cidade] o pão que deveria levar para lá”. (ROUSSEAU, 1991, p. 295).

A esta altura cabe uma reflexão: faz sentido responsabilizar o autor de uma obra pelos discursos das personagens? Normalmente não; porém, se o discurso irracionalista presente em *Morte e Vida Severina* deve ser atribuído a alguém, essa pessoa é João Cabral, já que não é o retirante, por exemplo, quem se torna indefinível. Esse e outros fatos do drama são apresentados por um viés de alguém mesmo de fora da história. E posto que muito do que esteja ali seja escolha do autor, o controle total dos sentidos é inviável para um analista do discurso. João Cabral não tinha consciência de tudo que disse no seu drama. No entanto, essa não é a FIm que João Cabral tem de si. Para ele, tudo que está na obra é fruto de seu trabalho e da sua consciência, e é do seu viés que consideraremos essa questão da enunciação dos discursos. Como o auto inicia e encerra-se sustentando o irracionalismo, não seria adequado entender que João Cabral quisesse ser irônico, ou seja, estivesse apresentando esse discurso para, na verdade, refutá-los em algum momento da diegese.

Há de mister esclarecer que não há nenhum problema em ser irracionalista. Não estamos fazendo um juízo de valor de João Cabral por situar-se nessa FD. Qual é, então, o problema dessa postura do poeta? Qual é a inadequação em defender o discurso que bem entendesse em sua obra? O ponto é que a imagem que se fabricou dele, ¹B^(A), e que ele próprio procurava reforçar em conversas e em entrevistas, ¹A^(A), não se firma com a análise do discurso de seu poema mais célebre. Isso é assaz singular, e há aí duas agravantes: a) quando se desconsidera

quase todo o trabalho de um artista para se idealizar uma imagem dele, não se faz isso desprezando a composição que lhe deu maior visibilidade; b) a contradição é um problema para os próprios racionalistas. Assim, curiosamente, não será Platão, Descartes ou Kant quem melhor traduzirá o nascimento do filho de Seu José, mas Schopenhauer (2005, p. 230):

Por conseguinte, cada homem sempre tem fins e motivos segundo os quais conduz o seu agir e sabe a todo momento fornecer justificativas sobre seus atos isolados; no entanto, caso se lhe pergunte por que em geral quer, ou por que em geral quer existir, não daria uma resposta, mas, antes, a pergunta lhe pareceria absurda. Justamente aí se exprime propriamente a consciência de que ele mesmo nada é senão Vontade [...].

Schopenhauer concebe a natureza como vontade de viver, um princípio autônomo, sem explicação racional: vive-se para continuar a viver. Em *Morte e Vida Severina*, Seu José, num certo momento, deixa a entender que a questão existencial do retirante não reside na sua condição financeira. É um problema humano: “devasta a terra inteira”. O sofrimento transcende as classes sociais. É esse também o entendimento de Schopenhauer: “a vida é sofrimento”, um discurso já presente no budismo. Se buscasse abrigo na morte, Severino adotaria uma solução antinatural, contrária ao instinto de sobrevivência, embora Schopenhauer veja igualmente no suicídio uma expressão da vontade de viver. Para ele, a essência da negação da vontade está em evitar os prazeres, não o sofrimento: “O suicida quer a vida; porém está insatisfeito com as condições sob as quais a vive. Quando destrói o fenômeno individual, ele de maneira alguma renuncia à Vontade de vida, mas tão-somente à vida”. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 504). Desse modo, esse filósofo considera o suicídio contraditório, pois não será possível destruir a vontade de vida, mas apenas uma vida, o que torna o ato desaconselhável e inútil a seu ver. Não se pode pensar que Schopenhauer é irracionalista todo o tempo.

Ao buscar a resposta para o sofrimento de Severino noutro irracionalista, Rousseau, encontra-se o questionamento da vida como causa. Ele vê nas luzes “a fonte de todos os males do homem” (ROUSSEAU, 1991, p. 243), pois o “bom selvagem”, por estar privado da razão, limita seus desejos, os quais não ultrapassam as necessidades físicas básicas. Há aí uma convergência de ideias entre Rousseau e Schopenhauer: o desejo causa sofrimento e deve ser evitado pelo homem para que alcance a felicidade.

Severino está doente em virtude da presença da racionalidade, não dos problemas sociais: “[...] ousou quase assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário à natureza e que o homem que medita [reflete] é um animal depravado [corrompido]”. (ROUSSEAU,

1991, p. 241). A razão é a doença de Severino. É coerente fazer tal julgamento, já que não há outras personagens querendo morrer na história malgrado sejam igualmente desvalidas. Se observarmos melhor, Severino não desejava a morte quando vivia no interior, sua melancolia consolida-se com a chegada à cidade. Pobre, ele sempre havia sido. Não fora esse o motivo de sua emigração? E, se para Rousseau a miséria deve-se ao progresso humano, ao aprimoramento da razão⁶¹, as cidades são ainda mais maléficas para os homens que o campo; diferentemente deste, aquelas estão bem mais distantes do estado de natureza:

Mas, se compreendo bem o termo *miserável*, é ele uma palavra sem sentido algum ou que só significa uma privação dolorosa e sofrimento do corpo ou da alma. Ora, desejaria que me explicassem qual poderia ser o gênero de miséria de um ser livre cujo coração está em paz e o corpo com saúde. Pergunto qual das duas — a vida civil ou a natural — é mais suscetível de tornar-se insuportável àqueles que a fruem. À nossa volta, vemos quase somente pessoas que se lamentam de sua existência, inúmeras até que dela se privam assim que podem, e o conjunto das leis divinas e humanas mal basta para deter essa desordem. Pergunto se algum dia se ouviu dizer que um selvagem em liberdade pensou em lamentar-se da vida e em querer morrer. Que se julgue, pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria. Pelo contrário, nada seria tão miserável quanto um selvagem ofuscado por luzes, atormentado por paixões e raciocinando sobre um estado diferente do seu. (ROUSSEAU, 1991, p. 251, grifo do autor).

Se o sofrimento humano não está relacionado com a condição social, mas é algo geral, mesmo que uns sofram mais que outros, há nessa universalização da melancolia um procedimento racional, assim como imaginar que qualquer um, mesmo os severinos, é capaz de ser assombrado pela razão desse modo. Por outro lado, se considerarmos que todos os homens são racionais, mas que uns têm mais essa faculdade desenvolvida que outros, nesse caso, a personagem de Clarice Lispector, Macabeia, é muito mais verossímil que um severino filósofo, questionador não só da própria vida, mas até da existência humana. Os racionalistas, entre os quais João Cabral reputa-se estar, pensam deste modo: “[...] os homens de condição inferior [...] estão mais próximos do puro instinto natural e não permitem à razão grande influência sobre o que fazem ou deixam de fazer”. (KANT, 2007, p. 25). Contudo, se nessa aptidão incomum, pode-se notar a igualdade de todos os homens pela razão, algo que alguém situado numa FD racionalista defenderá certamente, e estar João Cabral ora falando de um lugar, ora de outro, é uma prática aceitável e compreensível para um analista do discurso, a

⁶¹ Numa semelhança com Marx, Rousseau também entende a propriedade privada como um dos males da humanidade, conquanto eles discordem quanto às origens de seu surgimento. Para Marx, a propriedade privada nasce do acúmulo de bens, ao passo que Rousseau enxerga no desenvolvimento da razão a causa do sentimento de propriedade, do “isto é meu” (ROUSSEAU, 1991, p. 259). Rousseau não propõe a divisão da propriedade privada ou seu fim.

dúvida do protagonista sobre qual a ação mais apropriada para conter seu sofrimento teria outra solução se a resposta fosse racional, e não embasada no pensamento de Schopenhauer⁶². Severino deveria continuar vivo por dever, e não porque a natureza insiste, irracionalmente, em continuar:

[...] conservar cada qual a sua vida é um dever, e é além disso uma coisa para que toda a gente tem inclinação imediata. Mas por isso mesmo é que o cuidado, por vezes ansioso, que a maioria dos homens lhe dedicam não tem nenhum valor intrínseco e a máxima que o exprime nenhum conteúdo moral. Os homens conservam a sua vida *conforme ao dever*, sem dúvida, mas não *por dever*. Em contraposição, quando as contrariedades e o desgosto sem esperança roubaram totalmente o gosto de viver; quando o infeliz, com fortaleza de alma, mais enfadado do que desalentado ou abatido, deseja a morte, e conserva contudo a vida sem a amar, não por inclinação ou medo, mas por dever, então a sua máxima tem um conteúdo moral. (KANT, 2007, p. 27-28, grifo do autor).

A natureza nos deu a razão, na concepção kantiana, para que ela lutasse contra o instinto de sobrevivência, mas não na sua função de autopreservação, pois isso seria contraditório, visto que há uma atribuição adequada para cada órgão do nosso corpo e também uma harmonia entre eles. Desse modo, a razão não surgiu para ser a causa de nossa morte, nem da nossa degradação, como pensa Rousseau, e como está posto em *Morte e Vida Severina*, mas para a busca da felicidade geral. Como o instinto de sobrevivência tenderia sempre a considerar apenas a felicidade individual, a razão, pairando sobre todos, permite-nos olhar de fora de nós mesmo e considerar a racionalidade de nossas ações, ou a moral por dever, que é “a necessidade de uma acção por respeito à lei”. (KANT, 2007, p. 31). Esse procedimento torna-se indispensável, a fim de que respeitemos o outro na busca pela felicidade, visto que o homem não sabe ao certo o que tal seja; muitas vezes, alguns confundem essa ideia com a satisfação de todas as suas inclinações em detrimento do bem-estar alheio. Sendo assim, é preciso racionalizar a vontade, de uma maneira geral, para que ela seja boa:

[...] a razão nos foi dada como faculdade prática, isto é, como faculdade que deve exercer influência sobre a *vontade*, então o seu verdadeiro destino deverá ser produzir uma *vontade*, não só *boa* quiçá como *meio* para outra intenção, mas uma *vontade boa em si mesma*, para o que a razão era absolutamente necessária, uma vez que a natureza de resto agiu em tudo com acerto na repartição das suas faculdades e talentos. Esta vontade não será na verdade o único bem nem o bem

⁶² Sobre o suicídio especificamente, vimos que Schopenhauer contrapõe-se a ele de modo racional. Ele julga ser uma atitude inútil, porque não destrói a vontade de viver. No entanto, João Cabral adota outra resposta de Schopenhauer, pois a questão que o poeta formula não é ‘Por que não devemos cometer suicídio?’, mas ‘Por que devemos continuar vivendo?’ Para essa questão, não há resposta racional em Schopenhauer, mas a que adota João Cabral em *Morte e Vida Severina*. É interessante observar que a postura de João Cabral faz que ele mantenha-se numa FD irracionalista.

total, mas terá de ser contudo o bem supremo e a condição de tudo o mais, mesmo de toda a aspiração de felicidade. (KANT, 2007, p. 25-26, grifo do autor).

A razão, numa FD racionalista, portanto, não leva o homem ao suicídio, mas à felicidade verdadeira: agir moralmente. Esse é o segundo motivo racional que deveria dissuadir o retirante. E, se fosse levado em conta que Severino era menos dotado de razão por sua condição social, mesmo que se adotasse uma visão mais verossímil de quem era o retirante efetivamente, o flerte com o suicídio de alguém como Macabeia, do ponto de vista racionalista, seria igualmente inadmissível: “[...] o conhecimento daquilo que cada homem deve fazer, e por conseguinte saber, **é também pertença de cada homem, mesmo do mais vulgar**”. (KANT, 2007, p. 36, grifo nosso). No entanto, podemos perguntar-nos, como fará o próprio Kant, sobre que lei seria essa que nos faria agir por dever, mesmo diante de uma condição infeliz. Severino não possui nem mesmo um trabalho. E ficar vivo não seria garantia de que ele alcançaria algum tipo de bem-estar:

Mas que lei pode ser então essa, cuja representação, mesmo sem tomar em consideração o efeito que dela se espera, tem de determinar a vontade para que esta se possa chamar boa absolutamente e sem restrição? Uma vez que despojei a vontade de todos os estímulos que lhe poderiam advir da obediência a qualquer lei, nada mais resta do que a conformidade a uma lei universal das acções em geral que possa servir de único princípio à vontade, isto é: devo proceder sempre de maneira que *eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal*. (KANT, 2007, p. 33, grifo do autor).

Explica-se aí, racional e em definitivo, por que Severino não poderia cometer suicídio. Sua ação não poderia tornar-se lei universal, dito de outra maneira, toda vez que um ser humano estivesse passando por semelhante dificuldade, se cometesse suicídio, isso deveria virar uma regra para todos. Porém, a autodestruição precisaria ser considerada um benefício, algo bom. Além disso, como já foi dito, a vontade de Severino deveria submeter-se ao dever, o suicídio teria de ser por esse motivo, e não ter como motor suas dificuldades financeiras. As respostas de Seu José deveriam ter sido paráfrases das ideias de Kant para que pudessem ser racionais, e não das de Schopenhauer.

Em tempo, o nascimento dessa vida severina, perto do fim do drama, mantém uma clara relação interdiscursiva com o natal⁶³ (nascimento) do menino Jesus, também representante da esperança para os cristãos. Seu pai tem o mesmo nome do pai de Jesus, José, assim como a

⁶³ Os autos de natal medievais eram dramas em que se narrava o nascimento de Jesus Cristo.

profissão, carpina ou carpinteiro, e a criança, igualmente, recebe presentes ao nascer, e há profecias acerca de seu futuro, como se lê na Bíblia:

A presença de seu José propicia a passagem para o que Benedito Nunes chamou de “o auto dentro do Auto” com a transposição à paisagem nordestina dos elementos que tradicionalmente representam a celebração do nascimento de Cristo, e a esperança num tempo mais justo que daí decorre. A identificação entre seu José/são José, além da homonímia, se faz pelo ofício de ambos (a carpintaria) e pela alusão a Nazaré (da Mata), local de origem do mestre carpina. (SECCHIN, 2014, p. 120).

Demais, o próprio subtítulo da peça já indica essa relação interdiscursiva do poema com o evangelho (boa nova)⁶⁴: *auto de natal pernambucano*, significa que, dessa vez, quem nasce não é Jesus, mas um pernambucano, filiando o discurso cabralino a uma FI cristã, religiosa e ampliando o afastamento de uma FD racionalista⁶⁵. Embora alguns filósofos racionalistas fossem teístas, cristãos, Kant e Descartes são dois exemplos. Em *Morte e Vida Severina*, não há uma racionalização da religião, mas um direcionamento para a fé no irracional, no inexplicável, a insistência da vida em continuar: “E não há melhor resposta/ que o espetáculo da vida [...] mesmo quando é a explosão/ de uma vida severina”.

⁶⁴ Em *Morte e Vida Severina*, o nascimento da criança é anunciado como uma notícia, uma nova, na verdade. Daí a relação com o termo grego evangelho (boa nova), já que o natal pernambucano ou nascimento de um pernambucano é considerado algo bom por representar a vontade de vida.

⁶⁵ João Cabral, igualmente, faz essa associação entre irracionalidade e religião, ao ser perguntado pela poetisa Marly de Oliveira quais eram as premissas de seu ateísmo cético: “Acho que meu racionalismo”. (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, 1996, p. 27).

5 CONCLUSÃO

É com a negação da exatidão das palavras ou revelando-nos sua ineficiência em traduzir uma realidade objetiva que João Cabral abre e fecha *Morte e Vida Severina*. O verbo (*logos*) não consegue descrever, não logra argumentar. Mesmo a narração está ocorrendo com a ação, o que torna o drama perfeitamente adequado para esse discurso irracionalista. Outra tipologia, a dialogal também se revela uma inutilidade para se chegar a alguma conclusão, concepção contrária à proposta habermasiana da construção de um consenso por meio do diálogo racional. Mais importante que a razão (*logos*)⁶⁶ é a visão, impossível ser mais anticartesiano, e, conseqüentemente, o silêncio (calar-se), já que, se a palavra não traduz nenhuma realidade objetiva, não faz sentido utilizá-la. A diegese termina quando Severino percebe isso. Ao ouvir sobre o nascimento da criança, ele não diz mais nada. Por aí, nota-se que a relação de João Cabral com a irracionalidade não pertence apenas a sua fase inicial, mas reaparece em seu auto, texto de uma época em que, supostamente, já superara o surrealismo e seus pressupostos na sua poesia para alinhar-se com uma FD contrária.

As tentativas, talvez por questões didáticas ou por uma busca ilusória das pessoas por homogeneidade, de criar uma imagem de João Cabral que não reflete toda a sua produção poética e formação como poeta, já que teve, por exemplo, influência de Murilo Mendes e de Carlos Drummond de Andrade. O próprio Cabral é um desses que se empenham em reforçar sua imagem de poeta da razão, mesmo em seus discursos não literários. Ele tentava construir uma imagem de si e de sua produção que não corresponde aos discursos presentes nela, notadamente aquela mais célebre. O poeta sempre foi interpelado por uma FD irracionalista, diferentemente do que pensam Massaud Moisés, Antônio Cândido e toda uma tradição, ou seja, nela, seu autor não se desprende da sua formação como poeta, da sua história.

Se não desprezarmos completamente esse legado crítico acerca do conjunto obra do poeta, perceberemos que, no máximo, não há uma coerência discursiva em *Morte e Vida Severina*, a FI de João Cabral é contraditória. Essa tendência a opostos pode ser notada, inclusive, nos poemas d'*O Engenheiro*, como vimos na observação de Peixoto. O mesmo diga-se de uma de suas alcunhas, O Poeta da Razão; do título de sua primeira obra *Pedra do Sono*, em que o elemento pedra é antítese do elemento sono; essa figura de linguagem também está presente no título *Morte e Vida Severina*. Todavia, se para a AD, como foi

⁶⁶ Em grego a relação entre palavra e razão é indissociável. *Logos* significa ambos.

discutido em 3.5.4, toda FI encerra contradição, qual a novidade em *Morte e Vida Severina*? Existem duas surpresas principais: o drama é um retorno ao irracional, quando deveria ser um esforço ainda maior de superação dessa corrente de pensamento do que o existente em *O Engenheiro*, em virtude da época em que foi escrita; os discursos irracionistas excedem o racionalismo de modo avassalador. Essa é a conclusão a que chegamos com a análise do drama. Seria essa a causa de João Cabral, em entrevistas, desmerecer tanto seu trabalho mais conhecido, a percepção posterior da força do discurso irracional ali presente? De qualquer modo, trata-se de mais uma composição, além de *Pedra do Sono*, que não faz jus à FIm racionalista que se foi construindo do poeta e de sua poesia, mais uma pedra, porém, no sentido drummondiano para o projeto de FIm racionalista de João Cabral. A propósito, seria interessante um exame de toda a produção do poeta para descobrir se há alguma em que a razão prepondere efetivamente.

Nossa tese de que João Cabral, na sua composição mais conhecida, foi malsucedido em manter a FIm que arrogou para si possui mais evidências. Na análise de outros interdiscursos ali presentes, deparamo-nos com um discurso alinhado com o pensamento de Schopenhauer, Rousseau e Górgias no que há de irracionistas em suas filosofias, visto que a solução de Schopenhauer para dissuadir o homem de cometer suicídio segue uma linha racionalista, e Górgias, conquanto negasse uma realidade objetiva, acreditava no poder de persuasão das palavras. Entretanto, Cabral adota, habilmente, a vontade irracional da natureza de continuar, emprega a resposta de Schopenhauer para o questionamento da existência, o que lhe dá ares de militante do irracionalismo em *Morte e Vida Severina*, mais fixado nessa FI, quanto a essas questões, que o próprio Schopenhauer foi, pois o poeta filtra os discursos. Isso nos leva a mais uma questão que este trabalho não pode responder: João Cabral, na época em que escreveu *Morte e Vida Severina*, ainda não se tinha fixado no discurso de que era “O Poeta da Razão”? Isto é, não obstante termos declarado que essa imagem foi, provavelmente, obtida após *O Engenheiro*, não se deve supor que ocorrera de imediato. Até esse discurso ampliar-se e seduzi-lo, levou bastante tempo. Essa é uma dúvida que só um estudo das entrevistas mais antigas de João Cabral, da década de 40 e início da década de 50, poderia dirimir.

Na análise que fizemos dos aspectos formais de *Morte e Vida Severina*, concluímos que eles apontam para uma FD irracionista igualmente. João Cabral utiliza um metro relacionado com a poesia popular, a redondilha, e é mais defensável relacionar o povo a instinto ou a senso comum que a razão ou a intelecto. Lembremos que esses versos de sete ou cinco sílabas poéticas eram utilizados na poesia medieval e foram considerados “medida velha” no classicismo, no qual se adotou a “medida nova”, o decassílabo, o qual está

historicamente vinculado a escolas nas quais a racionalidade, consoante a crítica, tinha mais valor que a emoção: classicismo, neoclassicismo, parnasianismo. Além disso, o auto é uma forma medieval de teatro, e a imagem tradicional da Idade Média é exatamente a de período de trevas⁶⁷, ou de muita religiosidade, o que a desvincula historicamente da época das luzes, o iluminismo. Razão, nesse período, foi sinônimo de luz, não de escuridão. Uma pesquisa futura mais aprofundada da estética da poesia cabralina, não apenas em *Morte e Vida Severina*, mas também em outros trabalhos desse artista poderia esclarecer se o metro cabralino tem sempre um apelo popular.

A relação interdiscursiva também com o texto bíblico só reforça nosso discurso em prol de uma obra que nega à razão a possibilidade de oferecer-nos qualquer tipo de resposta, pois, o homem religioso não deposita sua esperança nem busca explicações para os acontecimentos na razão. A religião sustenta seus dogmas apoiando-se na fé. João Cabral, apesar de não estar mais numa fase surrealista quando publica *Morte e Vida Severina*, também não poderia ser estimado como poeta da razão com essa aproximação com o interdiscurso cristão, nas figuras do carpinteiro e da boa nova. Há também o interdiscurso budista, mediante a filosofia schopenhaueriana, o qual depreende que a vida é sofrimento. No entanto, fica nisso, uma vez que Sidarta Gautama passa a ser chamado de Buda, ‘iluminado’, ‘inteligente’, precisamente por compreender essa condição humana. O evangelho é mais eficiente que búdi (compreensão) por ser menos racional. Essa relação com a religião é outro ponto controverso de João Cabral, pois ele afirmou, antes ainda de escrever sua obra-prima, que se existisse Deus, não haveria esta vida severina. Contudo, o pequeno Severino salvador da humanidade, assim como Jesus, não veio libertar os severinos da miséria material, apenas do sofrimento espiritual, a salvação verdadeira no cristianismo.

A defesa de uma razão universal enfraquece a importância do conflito entre as classes sociais, porquanto a verdade não estaria sujeita a nenhuma contingência. O indivíduo tem a liberdade de agir, independentemente das condições de produção. No entanto, os severinos de João Cabral estão esmagados por um sistema que ignora sua existência e necessidades. Eles aparecem como explorados na história. Em nenhum momento, eles são acusados de serem os responsáveis pelo estado de miséria em que se encontram, mesmo o retirante podendo questionar a existência. Essa limitação das personagens, que já nasceram num meio totalmente desfavorável, que impedirá o desenvolvimento delas para o resto da vida dá um tom esquerdista ao poema, não mais que isso, e também irracionalista, visto que o liberalismo

⁶⁷ Temos ciência de que há um ponto de vista que contesta essa compreensão acerca da Idade Média, porém, do ponto de vista discursivo, um olhar não exclui o outro, ainda que um deles seja novidade.

defende a autonomia do indivíduo e sua capacidade de superar sozinho as adversidades, sem a alteração da pirâmide social ou ajuda do Estado. Em outras palavras, o racionalismo, com sua crença no indivíduo, está muito ligado ao sistema capitalista, cuja versão mais extrema traduz-se numa paráfrase das palavras de Margaret Thatcher, que afirmou não haver sociedade, apenas indivíduos.

Entretanto, embora o termo razão também signifique causa, Severino não indaga por que se acha na condição de indigente. A personagem não reflete sobre essa questão. Esse silêncio constitutivo revela que a racionalidade de Severino e de sua obra é ainda parcial, justamente no ponto em que havia uma pequena amostra de um discurso racionalista, ao sustentar que a faculdade da razão é um atributo de todos os homens, até dos severinos. Isso nos leva a deduzir, à moda de Rousseau, que a causa da miséria de Severino está no uso da razão e na vinda à cidade. Esse silêncio cabralino mais uma vez reforça a distância do discurso marxista na obra, que só não está apagado de todo pela escolha de João Cabral de retratar a pobreza, pois, se asseveramos que há no marxismo elementos irracionistas, como o mundo material determinar o espírito, o sujeito ser fruto das condições das produções, e não quem as determina; Marx, por outro lado, esteve muito preocupado com as causas da miséria dos trabalhadores. Na verdade, embora artistas e amigos de João Cabral, Tàpies e Brossa são apenas dois exemplos, declarem uma preocupação social no trabalho do poeta, em *Morte e Vida Severina*, há mesmo um discurso antissocialista, quando desvinculamos a miséria das condições sociais.

Vimos, nesta dissertação, que a homogeneidade é mais uma ideia que uma realidade. Com João Cabral não é diferente. Não obstante, a preponderância quase total de discursos irracionistas na sua obra-prima, o poeta também não nega totalmente a existência da razão, como já vimos na capacidade de um Severino questionar a existência, o que pressupõe que os seres humanos são racionais. No entanto, essa relação entre essa faculdade e o suicídio, a razão como algo nocivo, que enfraquece a vida por estimular a reflexão é o golpe final de João Cabral. Em outras palavras, a razão, quando consegue emergir, faz isso para destruir-nos. É o instinto, porém, algo inconsciente, que nos dá força para viver. São FDs nas quais podemos perceber tanto o discurso de Schopenhauer quanto de Jean-Jacques Rousseau. Este filósofo imputa à reflexão a corrupção do homem, isto é, a razão é a causa da degradação dos seres humanos, que irão desnaturar-se à medida que o pensamento evolua. Notemos como isso se opõe à visão socrático-platônica, que pretende atingir a essência das coisas por meio da reflexão, mas se assemelha a ideia de que a vantagem da fé é que ela não deixa espaços para dúvidas e discussões. Há um excerto de *Morte e Vida Severina*, o qual se transcreveu

acima e que agora parafraseamos, em que Seu José, enquanto ouve os questionamentos de Severino, afirma que, se as pessoas ficassem pensando numa razão para continuar vivendo, todas elas começariam a refletir sobre o suicídio. Ao se observar o trajeto de Severino na história, apesar da miséria, ele tem esperanças enquanto é parte de uma coletividade e homem do campo. Quando seus contornos passam a delinear-se na história, quanto mais se torna um indivíduo e passa a questionar sua existência, o que vai ocorrer plenamente ao chegar à cidade, isto é, à proporção que a razão aprimora-se tanto interna quanto externamente, mais ele se frustra e se torna pessimista. O auge de sua tristeza é o desejo de tirar a própria vida. Sua “salvação”, e aí poderíamos incluir a humanidade inteira, não reside em superar os problemas sociais, está na irracionalidade, tanto numa perspectiva filosófica quanto religiosa.

REFERÊNCIAS

A arquitetura do verso: o autor de “Morte e Vida Severina” e o seu cálculo — a palavra mais exata constrói a melhor poesia. **Veja**. São Paulo, n. 199, p. 3-5, 28 jun. 1972.

AMARAL, T. **Operários**. 1933. 1 original de arte, óleo sobre tela, 150 cm x 205 cm. Acervo artístico-cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://tarsiladoamaral.com.br/obras/social-1933/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

ARISTÓTELES. **Arte poética**. [S.l.: s.n.], [2001?]. 53 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000005.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

_____. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 256 p. 8 v. 1 t. (Coleção Obras Completas de Aristóteles).

ARQUIVO N. João Cabral de Melo Neto. Roteiro e edição de Luciana Savaget. Produção de Natalia Bruscky e Célia Perrone. Rio de Janeiro: TV Globo, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XvxWkAVVl-k>>. Acesso em: 24 de fev. 2014. 1 v.

ARQUIVO N. João Cabral de Melo Neto. Roteiro e edição de Luciana Savaget. Produção de Natalia Bruscky e Célia Perrone. Rio de Janeiro: TV Globo, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KCzGatTHnTc>>. Acesso em: 24 de fev. 2014. 2 v.

ARQUIVO N. João Cabral de Melo Neto. Roteiro e edição de Luciana Savaget. Produção de Natalia Bruscky e Célia Perrone. Rio de Janeiro: TV Globo, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cnvQWu1D9Y4>>. Acesso em: 24 de fev. 2014. 3 v.

BÍBLIA. Jó. Português. **Bíblia Online**. Almeida Corrigida e Revisada Fiel. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/j%C3%B3/1>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. João Cabral de Melo Neto. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 1, mar. 1996. 136 p.

CÂNDIDO, A. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1989. 223p. (Temas, 1).

_____. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. 98 p.

CASTRO, E. M. **Psicanálise e linguagem**. São Paulo: Ática, 1986. 80 p. (Princípios, 45).

COUTINHO, A. **A literatura no Brasil: era barroca e era neoclássica**. Direção de Afrânio Coutinho; codireção de Eduardo de Faria Coutinho. 4. ed. São Paulo: Global, 1997. p. 3-196 (Volume 2, parte II).

DESCARTES, R. **Discurso do método**. [S.l.: s.n.], [200-?]. 48 p. Disponível em: <<http://elivros.website/book/download-discurso-do-metodo-rene-descartes-em-epub-mobi-e-pdf-2/>>. Acesso em: 16 de fev. de 2015.

EFKEN, K. H. Ação comunicativa como construção discursiva de integração social não violenta. *In*: BARROS, I. R. *et al.* (Org.). **Ensino, texto e discurso**. Curitiba: CRV, 2014. p. 103-122.

ENTRELINHAS. João Cabral de Melo Neto. Produção Gal Buitoni. São Paulo: TV Cultura, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Pv6scli2Ek>>. Acesso em: 24 de fev. de 2014.

FEYERABEND, P. **Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento**. Tradução de Octanny S. da Mata e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. 495 p.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p.

FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2006. 155 p. 8 v. Disponível em: <http://minhateca.com.br/livros_gratis_BR/FREUD*2c+Sigmund.+Obras+Completas+%28Imago%29+-+Vol.+08+%281905%29,71395.pdf>. Acesso em: 21 de jun. de 2014.

GAARDER, J. **Sophie's World: a novel about the history of philosophy**. Tradução de Paulette Møller. London: Phoenix, 2003. 436 p.

GAMA-KHALIL, M. M. Veredas possíveis dos estudos discursivos sobre a literatura: as vozes de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin nos campos da AD e da teoria literária. *In*: FERNANDES, C. A.; GAMA-KHALIL, M. M.; JUNIOR, J. A. A. (Org.). **Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 272-297.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 339 p.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1999. 162 p.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2007. 120 p. (Textos Filosóficos, 7).

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003. 277p.

LIMA, A. **Metáfora cognição**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, 120 p.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 336 p.

_____. Filologia e análise do discurso. *In*: RODRIGUES, M. G. S.; NETO, J. G. S.; PASSEGGI, L. (Org.). **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 44-58.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997. 198 p.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 296 p. (Educação linguística, 2).

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2009. 144 p. (Coleção L&PM Pocket, 227).

MESTRES DA LITERATURA BRASILEIRA. Quatro vezes quatro: João Cabral de Melo Neto. Roteiro e direção de Luiz Fernando Ramos. São Paulo: Televisión América Latina, 2007. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/x1392x3_mestres-da-literatura-quatro-vezes-quatro-joao-cabral-de-melo-neto_creation>. Acesso em: 27 mai. 2016.

MOISÉS, M. **A criação literária: prosa**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. p. 293-349.

_____. **A literatura brasileira através dos textos**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1988. 512 p.

_____. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 523 p.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. Tradução de António José Massano e Manuel Palmeirim. Lisboa: Dom Quixote, 1978. 302 p.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 101-142. 2 v.

NETO, J. C. M. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. 20. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. p. 69-112.

NICOLA, U. **Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna**. Tradução de Margherita de Luca. São Paulo: Globo, 2005. 478 p.

NUNES, B. **João Cabral: a máquina do poema**. Organização e prefácio de Adalberto Müller. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. 174 p. (Letras e Idéias).

O INIMIGO DO MEU INIMIGO. Direção: Kevin Macdonald. Produção: Rita Dagher. Intérpretes: Raymond Aurbac; Robert Bandinter; Klaus Barbie e outros. Roteiro: Kevin Macdonald. Música: Alex Heffes. França: Yalla Films; Wild Bunch; France 3; Channel 4, 2007 (85min.), son., color. Disponível na Netflix.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. 100 p.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. 184 p.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. 156 p.

_____. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 11-20.

PÊCHEUX, M. A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 203-226.

_____. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

_____. As ciências humanas e o “momento atual”. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 175-202.

_____.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

_____.; GADET, F. A língua inatingível. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 93-105.

_____. Metáfora e interdiscurso. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 151-162.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990. 68 p.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. 288 p.

PEIXOTO, M. **Poesias com coisas: (uma leitura de João Cabral de Melo Neto)**. Perspectiva, 1983, 222 p. (Debates, 181).

PESSOA, M. B. O núcleo de estudos históricos de manuscritos e impressos (NEHMI). *In*: _____. (Org.). **Língua, textos e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro**. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005. p. 11-25.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 353-391. 3 v.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 253 p.

REBUZZI, S. **O idioma pedra de João Cabral**. São Paulo: Perspectiva, 2010. 170 p. (Estudos, 280).

ROSSI, R. A raposa e as uvas. Intérprete: Reginaldo Rossi. *In*: REGINALDO ROSSI. **Reginaldo Rossi**. Manaus: GAL, [p200-?]. 1 CD. Faixa 1. (20 Super Sucessos, 3).

ROUSSEAU, J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 201-320. (Os Pensadores, 6).

RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Tradução de Jaimir Conte. Florianópolis: [s.n.], 2005. 132 p.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Charles Bally e Albert Sechehaye (org.). Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1977. 279 p.

SCHOPENHAUER, A. **Dores do mundo: o amor, a morte, a arte, a moral, a religião, a política, o homem e a sociedade**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19--?]. 55 p. (Coleção Universidade, 254). Disponível em: <http://minhateca.com.br/livros_gratis_BR/SCHOPENHAUER*2c+Arthur.+Dores+do+Mundo,71118.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. **O mundo como vontade e como representação**. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 695 p. 4 v. em 1.

SECCHIN, A. C. **João Cabral de Melo Neto: uma faca só lâmina**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 480 p.

SIBILA. Revista de poesia e cultura. Conversas com o poeta João Cabral de Melo Neto. São Paulo, ano 9, n. 13, ago. 2009. Disponível em: <http://sibila.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/04/Joao_cabral_revista.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014. Número especial em pdf. 138 p.

SILVA, M. **Abreviaturas no impresso: cartas de leitores do século XIX**. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. 45 p.

SOUZA, R. A. **Teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1986. 80 p. (Princípios, 46).

VILLAÇA, A. Expansão e limite da poesia de João Cabral. *In*: BOSI, A. (Org.). **Leitura de poesia**. São Paulo: Ática, 1996. p. 141-170. (Temas, 1).